



**ÉRIC ALVES GALLO**

**PATRIMÔNIO EM TERRITÓRIO INVISIBILIZADO:  
Igreja de São Daniel Profeta na Favela de Manguinhos (RJ)**

**Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural  
das Ciências e da Saúde**

Rio de Janeiro

2021

ÉRIC ALVES GALLO

PATRIMÔNIO EM TERRITÓRIO INVISIBILIZADO:  
Igreja de São Daniel Profeta na Favela de Manguinhos (RJ)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/ Fundação Oswaldo Cruz, como requisito para obtenção do grau de Mestre.  
Orientadora: Profa. Dra. Inês El-Jaick Andrade

Linha de Pesquisa: Patrimônio Cultural: história, memória e sociedade

Rio de Janeiro

2021

**ÉRIC ALVES GALLO**

**PATRIMÔNIO EM TERRITÓRIO INVISIBILIZADO:  
IGREJA DE SÃO DANIEL PROFETA NA FAVELA DE MANGUINHOS (RJ)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/ Fundação Oswaldo Cruz, como requisito para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Inês El-Jaick Andrade (PPGPAT/COC/Fiocruz) – Orientadora

---

Prof. Dr. William Seba Mallmann Bittar (FAU/UFRJ)

---

Prof. Dr. Renato da Gama Rosa Costa (PPGPAT/COC/Fiocruz)

Rio de Janeiro

2021

---

Ficha Catalográfica

---

G172p Gallo, Éric Alves.

Patrimônio em território invisibilizado : Igreja de São Daniel Profeta na Favela de Manguinhos (RJ) / Éric Alves Gallo ; orientado por Inês El-Jaick Andrade. – Rio de Janeiro: s.n., 2021.

137 f.

Dissertação (Mestrado em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2021.

Bibliografia: 85-91f.

1. Arquitetura Moderna. 2. Memória Coletiva. 3. Território Sociocultural. 4. Patrimônio Cultural. 5. Brasil.

CDD 720

---

Catálogo na fonte - Marise Terra Lachini – CRB6-351

Aos fiéis e resistentes da Igreja  
de São Daniel Profeta e  
moradores de Manguinhos.

## **AGRADECIMENTOS**

A gratidão, sem dúvidas, é uma das maiores virtudes do ser humano. Possuo um sentimento de gratidão diário, pelas conquistas, aprendizados, amizades etc. Agradeço em primeiro lugar a Deus, por tudo! A conclusão deste trabalho foi possível graças a contribuição de muitas pessoas, as quais gostaria de destacar:

À minha orientadora, Inês El-Jaick Andrade, pela plena disponibilidade em compartilhar seu conhecimento, apoio, paciência e compreensão. Sem dúvidas, minha contínua gratidão e admiração profissional.

Aos fiéis da igreja de São Daniel Profeta e moradores de Manguinhos, em especial a Elenice Pessoa e Patrícia Oliveira, que representam muito bem as lutas de suas comunidades e sempre estiveram dispostas para contribuir no desenvolvimento da pesquisa e contribuem incansavelmente com os trabalhos da Comissão de Preservação da Igreja de São Daniel Profeta.

Ao Padre Gege, pela confiança e apoio no desenvolvimento das atividades em prol da restauração da igreja de São Daniel Profeta.

Ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Unisuam, em especial ao coordenador Gustavo Jucá e aos profs. Andréa Borges, André Carvalho e William Bittar que me apresentaram a grandeza do universo acadêmico, da pesquisa e do patrimônio. Também pelas trocas, ensinamentos etc.

Ao Laboratório Territorial de Manguinhos pelas parcerias, aprendizados e oportunidades.

Ao grande colega Leandro Chaves, sempre disposto a colaborar com as atividades relacionadas a igreja de São Daniel Profeta, em especial com os cartazes de divulgação delas. Também a Alyne Reis, Andreza Baptista e Núbia Nemézio pelas trocas e apoio na fase de levantamento arquitetônico do bem.

À prof<sup>a</sup>. Diana Bogado e os profs. Renato Gama-Rosa e William Bittar, pelos comentários e recomendações durante a banca de qualificação, que permitiram o aprimoramento de diversas questões aqui exploradas.

À Casa de Oswaldo Cruz, pelas oportunidades e apoio em um dos momentos mais difíceis da minha vida, durante à pandemia de Covid-19.

À equipe da Secretaria Acadêmica, em especial a Valéria Souza e Christina Rivas, pela atenção e presteza de sempre.

Às coordenações, corpo discente e docente do PPGPAT, em especial aos colegas e professores do curso que sempre estiveram dispostos a criar um ambiente de harmonia, trocas e aprendizados nas disciplinas.

Ao Departamento de Patrimônio Histórico, em especial aos colegas da eternizada “sala 1 do Castelo”, do Núcleo e NEP (atual SEP): Carla Coelho, Cristina Coelho, Daniel Moreira, Inês El-Jaick, Maria Luisa Carcereri, Renato Gama-Rosa e Sônia Nogueira, que sempre apoiaram e incentivaram a pesquisa e estiveram dispostos a contribuir.

Ao Gabriel Reis e Sandra Gonçalves pelo apoio nas transcrições das entrevistas.

A todos os meus familiares, por todo apoio para que eu pudesse sempre me dedicar aos estudos, em especial aos meus pais e tia Ana, que sempre me apoiaram, incentivaram e vibraram. Também às minhas avós Ivone e Meri, pelo incondicional amor e cuidado que sempre tiveram por mim.

Aos meus amigos que compreenderam meu distanciamento e sempre estiveram disponíveis nos momentos mais necessários, em especial à Ana Beatriz Campos e Ulisses Soares, e meu parceiro, Pedro Albuquerque.

E, por fim, agradeço a minha psicóloga Giselle Cunha, que me ajudou a contornar as diversas crises de ansiedade.

*A vida pode mudar a arquitetura.  
No dia em que o mundo for mais justo,  
ela será mais simples.*

*Oscar Niemeyer*



## RESUMO

A Igreja de São Daniel Profeta, localizada no Complexo de Favelas de Manguinhos, no bairro homônimo, na cidade do Rio de Janeiro) em um território urbano adensado por autoconstruções, é um projeto com assinatura arquitetônica de Oscar Niemeyer e está tombado a nível estadual desde 1966 e a nível municipal desde 1998. Em um espaço marcado pela anomia, em meio às construções populares, a “hóstia”, como é identificada pela população, teve os atributos formais de sua arquitetura bastante alterados ao longo dos anos. No entanto, configura-se como um espaço de identidade e pertencimento que ativa processos de construção e reconstrução de memória associados a ele pela comunidade. Moradores lutam por sua integridade física a fim de manter o culto e as características que a chancelam como patrimônio moderno. A pesquisa discute o processo que culminou em seu tombamento, a significação cultural atribuída pela comunidade de fiéis ao bem e nas recentes propostas de destombamento. Objetiva-se contribuir com estudos sobre a memória urbana dessa região, sob a perspectiva do patrimônio cultural, inserido em contexto de vulnerabilidade social e conflitos sociais. São analisadas experiências participativas nesse território no âmbito das ações de preservação da Comissão de Preservação da Igreja de São Daniel Profeta (2019-2021) e exploradas as relações sociais, políticas e religiosas na construção de uma narrativa histórica, que caracteriza o bem como centro comunitário e de memória.

**Palavras chaves:** Arquitetura moderna, Memória coletiva, Territórios de Conflitos Sociais, Patrimônio Cultural, Sociedade.

## ABSTRACT

The Church of São Daniel Prophet, located in the Favelas de Manguinhos Complex, in the homonymous district, in the city of Rio de Janeiro), in an urban territory densely populated by self-constructions, is a project with the architectural signature of Oscar Niemeyer and is listed at state level since 1966 and at the municipal level since 1998. In a space marked by anomie, amidst popular constructions, the “host”, as identified by the population, had the formal attributes of its architecture significantly altered over the years. However, it is configured as a space of identity and belonging that activates processes of construction and reconstruction of memory associated with it by the community. Residents fight for their physical integrity in order to maintain the cult and the characteristics that seal it as a modern heritage. The research discusses the process that culminated in its registration, the cultural significance attributed by the community of believers to the good and the recent proposals for registration. The objective is to contribute with studies on the urban memory of this region, from the perspective of cultural heritage, inserted in a context of social vulnerability and social conflicts. Participatory experiences in this territory are analyzed in the context of the preservation actions of the Preservation Commission of the Church of St. Daniel the Prophet (2019-2021) and social, political and religious relations are explored in the construction of a historical narrative, which characterizes the property as a community center and memory.

**Keywords:** Modern architecture, Collective memory, Territories of Social Conflicts, Cultural Heritage, Society.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 – Contexto territorial da Igreja de São Daniel Profeta.....	17
1.1 – Territórios urbanos e seus patrimônios culturais .....	17
1.2 – Fluxos e permanências territoriais em Manguinhos .....	20
CAPÍTULO 2 – Temporalidades e narrativas da Igreja de São Daniel Profeta .....	31
2.1 – Construção e inauguração.....	31
2.3 – Efervescência cultural e religiosa e início do processo de invisibilidade...42	
2.3 – Processo de patrimonialização da arquitetura moderna: o caso da Igreja São Daniel.....	51
2.4 – Participação e mobilização social insurgente contra a ameaça de destombamento.....	59
CAPÍTULO 3 – Marco socioterritorial: a Igreja como centro comunitário e de memória ....	67
3.1.2 – Valores associados.....	69
3.2 – Estratégias para promoção da participação social em territórios de conflitos urbanos e desigualdade social.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	82
BIBLIOGRAFIA .....	85
ANEXO I – DECRETO “E” Nº 1.189 – DE 29 DE AGOSTO DE 1966 .....	93
ANEXO II – LEI Nº 2677 – DE 18 DE SETEMBRO DE 1998.....	94
ANEXO III – LEVANTAMENTO CADASTRAL DA IGREJA SÃO DANIEL PROFETA	95
APÊNDICE A – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS .....	96

## INTRODUÇÃO

Fim de tarde, 16 de junho de 2015, era realizada a primeira incursão do grupo do projeto de extensão *Arquitetando Intersubjetividades*<sup>1</sup>, em Manguinhos, a fim de mapear os impactos gerados pelas inacabadas obras do Programa de Aceleração do Crescimento em Manguinhos (PAC Manguinhos), iniciadas em 2008 e que não foram concluídas. A presente incursão ocorreu por mediação de uma integrante do grupo, Patrícia Oliveira, moradora do território em questão. O que inicialmente se apresentava como um grande caos aos poucos ia ganhando sentido à medida que alguns códigos iam sendo revelados. Confirmando os caminhos apontados por Lévi-Strauss (1996, p.54), ao descrever que “toda paisagem se apresenta de início como uma imensa desordem, que nos deixa livres para escolhermos o sentido que preferirmos lhe atribuir”. Os limites entre onde se pode ir e o que se pode registrar, estabelecidos pelos locais, logo vão mostrando as muitas fronteiras que são invisíveis aos olhos dos “estrangeiros”. Entretanto, fato tornara-se marcante nesta primeira pesquisa de campo: a descoberta de um patrimônio ignoto dentro da favela. Uma assinatura no espaço da anomia, a Igreja São Daniel Profeta projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer e inaugurada por Juscelino Kubitschek, apresentada com muito orgulho pela integrante<sup>2</sup> - guia do grupo formado por estudantes de arquitetura e urbanismo (GALLO & CARDOSO, 2016).

Aguçado o interesse pela descoberta da construção cercada por becos e autoconstruções, o desejo de pegar a máquina fotográfica foi logo podado pela guia, relatando a impossibilidade de fotografar, bem como circular a construção, pois ali era um dos locais mais “delicados” da comunidade. À medida que o projeto e os diálogos com os atores sociais avançavam, essas informações eram ratificadas, sendo percebido que a maioria dos conflitos armados locais, ocorriam nas imediações da “hóstia”.

---

<sup>1</sup> O projeto de extensão *Arquitetando Intersubjetividades*: Assistência técnica para Habitação de Interesse Social, vinculado ao curso de Arquitetura e Urbanismo, do Centro Universitário Augusto Motta (Unisuam), apresentava como foco de interesse principal a oferta de assistência técnica gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social para famílias de baixa renda, na cidade do Rio de Janeiro, tendo como base a aplicação da Lei 11.888 de 24 de dezembro de 2008. Durante o ano de 2015 atuou em parceria com o Laboratório Territorial de Manguinhos (LTM/Fiocruz), o Laboratório Socioambiental de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo (LSecau/FEN/UERJ) e a Comissão de Moradores de Manguinhos, documentando e sistematizando os problemas que os moradores enfrentavam, de forma a subsidiar suas demandas junto a Defensoria Pública e ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> Patrícia Gomes de Oliveira, atualmente formada, e nas redes sociais auto reverenciada como “Favelada Arquiteta”, tendo sua atuação pautada na disseminação da arquitetura popular e para todos. Mais informações disponíveis em: <<https://pt-br.facebook.com/pg/faveladosarquitetos/posts/>>. Acesso em 25 nov. 2021.



**Figura 01:** Equipe do Projeto de Extensão Arquetando Intersubjetividades em sua 1ª incursão na comunidade de Manguinhos. 16 de junho de 2015. Fonte: Acervo Arquetando Intersubjetividades.

Com ampliação das investigações sobre o território e gênese de cooperações, foi organizada uma oficina pelo Laboratório Territorial de Manguinhos (LTM/ Fiocruz), com participação ativa dos moradores de Manguinhos, para elaboração de uma cartografia dos problemas coevos, em particular, os gerados pelos impactos da execução do Programa de Aceleração do Crescimento<sup>3</sup> (PAC/ Manguinhos). Com a aplicação da metodologia de cartografia social<sup>4</sup>, buscava-se compreender as deficiências e necessidades dos moradores para subsidiar a elaboração de soluções técnicas, oriundas da universidade, na oportunidade de expandir um novo olhar sobre arquitetura social e popular para a comunidade. Desse modo, a participação ativa dos moradores foi essencial para compreensão dos lapsos deixados ao longo

<sup>3</sup> O Programa de Aceleração do Crescimento, criado em 2007, no segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, buscou promover a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu crescimento acelerado e sustentável. Na cidade do Rio de Janeiro, foi implementado em complexos de favelas com os piores índices IDH, tais como Alemão, Rocinha e Manguinhos, tendo como objetivo uma intervenção pacífica do Estado, de grande impacto, para melhoria das condições de vida dos moradores, por meio da garantia do acesso à educação, cultura, lazer, emprego e desenvolvimento comunitário.

<sup>4</sup> A cartografia social, também denominada de etnomapas ou contra-mapeamentos, traz uma abordagem que se propõe ser participativa, envolvendo pesquisadores e agentes sociais, de modo a aproximar as comunidades do trabalho de aquisição dos dados e produção de mapas, considerando as suas interpretações do espaço. Estabeleceu-se na luta por direitos civis dos anos de 1970 e é muito aplicada em comunidades que se encontra em uma situação de conflito (ACSELRAD, 2008).

dos anos. A dinâmica indicou a centralidade que a igreja ocupa no território de Manguinhos na percepção dos moradores participantes.

Como parte da equipe de organização, durante o encerramento das atividades, ao guardar os mapas produzidos, fui abordado pela participante Elenice Pessoa, moradora de Manguinhos, também fiel da Igreja de São Daniel, me solicitando o mapa correspondente a área que se insere a edificação. Nesse momento iniciava um diálogo sob a ótica patrimonial, permanente até os dias atuais, atualmente como integrantes das mobilizações e ações em prol valorização e conservação, por meio da Comissão de Preservação da Igreja São Daniel Profeta.



**Figura 2:** Moradores e pesquisadores participantes da Oficina de Trabalho sobre os problemas não resolvidos pelo PAC. Fonte: Projeto Arquitetando Intersubjetividades, jan. 2016.

Meu envolvimento com a comunidade e o bem cresceram nesses anos e permitiram refletir acerca dos processos de apropriação dos bens culturais em contextos periféricos. O objetivo da dissertação é levantar e discutir a significação cultural do bem tombado atribuída pelos agentes públicos e, sobretudo, pela comunidade de fiéis sob a perspectiva do patrimônio cultural, inserido em contexto de vulnerabilidade social e conflitos sociais. Para isso serão analisadas as experiências participativas nesse território no âmbito das ações de preservação da Comissão de Preservação da Igreja de São Daniel Profeta (2019-2021) e explorar as relações sociais, políticas e religiosas na construção de uma narrativa histórica, que caracteriza o bem como centro comunitário e de memória.

Para o desenvolvimento da pesquisa fez-se necessário o aprofundamento da análise de fontes, como: levantamentos em relatórios e pareceres técnicos do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro sobre o processo de tombamento e preservação

da igreja; reportagens de jornais e periódicos, na Biblioteca Nacional; fotografias pertencentes a acervos institucionais e pessoais, com objetivo de compreender os discursos dos atores envolvidos e construir uma narrativa histórica da edificação.

A fim de elucidar as estratégias de atuação em territórios conflagrados por conflitos urbanos e desigualdade social, foram levantadas referências bibliográficas que abordavam o pertencimento do território. Da mesma forma, foram realizadas entrevistas com os órgãos de preservação, profissionais das áreas de preservação do Patrimônio Cultural e fiéis da igreja de São Daniel Profeta, a fim de compreender a relação do bem com os diversos atores sociais. Essas entrevistas geraram conteúdo transcrito e audiovisual que poderão subsidiar ações no âmbito da Comissão de Preservação.

A análise se baseia em fontes históricas de um passado recente, ancoradas metodologicamente pela “história do tempo presente”, que reflete sobre os acontecimentos traumáticos deste tempo, numa tensão entre o desejo de denúncia e a necessidade de compreensão, numa “tensão própria da nossa geração”, que segundo Garretón (1983 apud Rossi, 2000), “nem sempre soube colocar-se bem entre o trabalho intelectual e a responsabilidade política”. A dissertação foi estruturada em três capítulos que exploram os contextos histórico, culturais, políticos e territoriais da igreja de São Daniel Profeta ao longo de sua existência.

No primeiro capítulo apresenta aspectos morfológicos e territoriais de Mangueiras, na cidade do Rio de Janeiro, local de implantação da igreja de São Daniel Profeta, sobre os aspectos políticos e sociais na implementação de políticas públicas habitacionais, tendo em vista o contexto de construção da edificação, que representa um marco territorial e arquitetônico na configuração espacial de Mangueiras, bem como na representação da arte sacra e em locais de vulnerabilidade socioeconômica. As questões são exploradas com base nos estudos geográficos e sociológicos, intensificados a partir da década de 1960, que auxiliam no entendimento das questões socioterritoriais, sobretudo na lógica da pós-modernidade, principalmente em países subdesenvolvidos.

No segundo capítulo são apresentadas as temporalidades e narrativas da igreja de São Daniel Profeta, com enfoque no período de sua construção, inauguração, de efervescência cultural e religiosa, além do início do processo de invisibilidade. A questão do tombamento da igreja traz reflexões acerca da patrimonialização da arquitetura moderna no país, como também

a participação e mobilização social insurgente, frente a preservação de bens com menos enfoque midiático, presente em áreas de conflitos urbanos e desigualdade social.

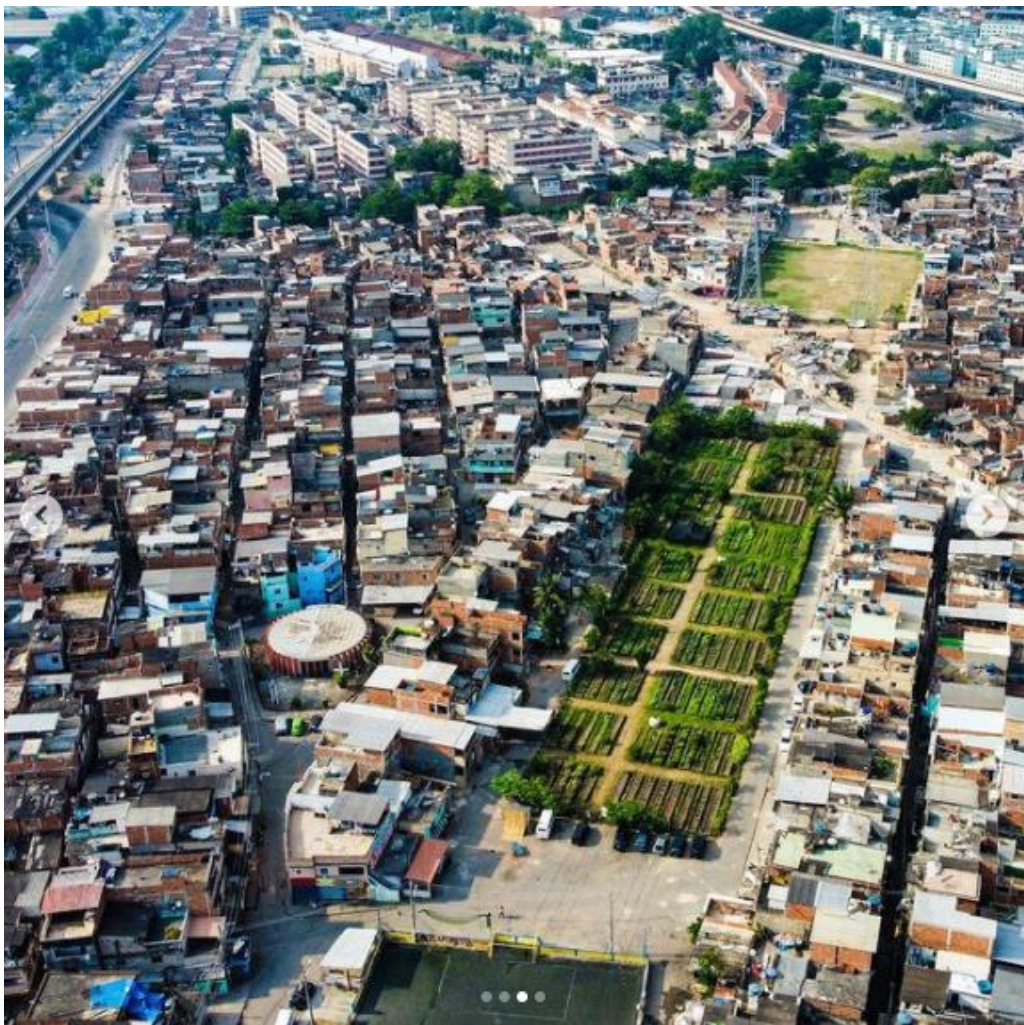
Por fim, o terceiro capítulo enfatiza a igreja como um centro comunitário e de memória, identificando os valores atribuídos por diferentes atores sociais. Apresenta as estratégias utilizadas para a promoção da participação social no território em questão, com seus conflitos urbanos e com os desafios impostos pela pandemia de Covid-19.



## CAPÍTULO 1 – Contexto territorial da Igreja de São Daniel Profeta

### 1.1 – Territórios urbanos e seus patrimônios culturais

Os territórios exercem papel importante na construção de identidades e cidadania. Sob as análises sociológicas e geográficas e os aspectos políticos, econômicos, ambientais etc., a relação social nos territórios urbanos é marcada por disputas e conflitos. Com ênfase no patrimônio cultural, analisamos diversas relações sociais, sobretudo da comunidade de Manguinhos com a Igreja de São Daniel, ao longo de sua existência, considerando diferentes narrativas e sua temporalidade em seu contexto territorial.



**Figura 3:** Vista aérea de Manguinhos, com Igreja de São Daniel (construção circular).  
Fonte: Jordan Silva, 2021.

Observamos o espaço enquanto elemento “que une e que separa”, conforme exposto por Santos (2012:31) quando propõe que é um capital comum a toda humanidade, mas sua utilização efetiva é reservada àqueles que dispõem de um capital particular, reforçando a noção de propriedade privada sobre um bem coletivo. Podemos, ainda, observar o espaço sobre dois

aspectos: o de paisagem e o do espaço. A paisagem, a partir das estruturas técnico-produtivas e da sociedade, por meio da formação social, que gera estímulos para novas transformações. O espaço, portanto, pode ser visto como um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos, resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais ou artificiais

A paisagem e o território, se diferenciam do conceito de espaço, apesar de muitas vezes serem utilizados como tal. A paisagem pode ser observada como o conjunto de objetos que nosso corpo alcança e identifica, ligados diretamente aos nossos sentidos. A configuração territorial que, todavia, representa o todo, convergindo aspectos que formam a natureza em seu aspecto superficial e visível, resultantes da *geografização da sociedade*, a partir do espaço. Ou seja, a paisagem está no campo dos sentidos e da percepção, já a configuração espacial é a forma sistematizada por meio de suportes (fotografias, mapas, cartas etc.) dispostos de informações (SANTOS, 2014), em um espaço delimitado.

A relação socio-mercadológica dos espaços, onde as classes sociais estão cada vez mais distribuídas em nichos, sobretudo quanto aos hábitos de consumo e formas culturais, estimulados pela tendência pós-moderna, que favoreceu o surgimento de cidades divididas, fragmentadas e propensas a conflitos é importante para compreensão das relações territoriais. Sob a ótica da ideologia neoliberal os territórios tornaram-se mercadoria universal e a política urbana passa a ser um “problema de mercado”. Portanto, o acesso à cidade é cada vez mais moldado e mediado pelo poder de compra, bem como a possibilidade de participação cidadã, numa relação de cliente/consumidor.

Os resultados da crescente polarização na distribuição de riqueza e poder, segundo Harvey (2014), impactam diretamente as formas espaciais das cidades, uma vez que se transformam em cidades de fragmentos fortificados, de comunidades muradas e de espaços públicos mantidos sob vigilância constante e, destaca o surgimento das cidades, desde sua gênese, a partir da concentração geográfica e social de um excedente de produção. No mesmo sentido, indica que “a urbanização sempre foi, portanto, algum tipo de fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado costuma permanecer nas mãos de poucos”, evidenciando uma “ligação íntima” entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização (ibidem:30).

A segregação socioespacial se dá, também, pela dificuldade aos serviços, infraestruturas e equipamentos urbanos, e somam-se, segundo Maricato (2003), a fatores como menores oportunidades de emprego e profissionalização, bem como maiores exposições à violência

marginal e/ou policial e discriminações raciais, de gênero etc. Dessa forma, a desigualdade é evidenciada como consequência de escolhas e políticas públicas – sociais, educacionais, políticas, culturais e institucionais – resultando numa habitual concentração de benefícios à uma camada menor da população em detrimento de uma parcela maior que não detém acúmulo de capital. Ribeiro e Santos Júnior (2003) consideram a segregação urbana como um mecanismo importante na formação das classes sociais, tomando como referência a cidade do capitalismo fordista-industrial.

A formação de classes sociais torna-se um processo fundamental para entender a segregação socioespacial, a partir da lógica econômica, e pode ser observada a partir das teorias desenvolvidas por Marx (1986). Portanto, cabe a compreensão das “lutas de classes” como um fenômeno social de embate entre pessoas ou grupos de diferentes classes sociais, nos campos econômico, ideológico e político, promovidos pelos competitivos interesses socioeconômicos, que se tornam promotoras de mudanças sociais radicais para uma maior parcela da sociedade. Esses conflitos podem ocorrer de diferentes formas, direta ou indiretamente, como guerras, violação e/ou suspensão de direitos, coerções, entre outros. Dessa forma, Santos (2014:20) afirma que a cidadania é um processo de aprendizado e torna-se um “*estado de espírito*” enraizado na cultura e, “é talvez, nesse sentido que se costuma dizer que a liberdade não é uma dádiva, mas uma conquista, uma conquista a se manter”.

A *cidadania* é um dos cinco fundamentos, junto com a dignidade da pessoa humana, a soberania, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político, que regem a Constituição da República Federativa do Brasil e caracteriza a condição de uma pessoa como membro de um Estado, lhe permitindo participar da vida política, por meio do princípio de liberdade participativa (BRASIL, 1988). De modo geral, as noções de direitos políticos e direitos individuais são frequentemente desrespeitadas ou deturpadas, propiciando condições e formas que favorecem o crescimento econômico suprimindo a cidadania e gerando novos processos de exclusão social.

Os estudos referentes às ações dos movimentos sociais intensificados pelo campo da geografia e antropologia, para além do referencial teórico das origens sociológica, econômica ou histórica, permitiram pensar as dimensões espaciais das ações e das relações construídas pelos movimentos sociais, a partir de uma leitura geográfica do processo. Desse modo, é possível compreender os espaços e os territórios produzidos/construídos pelos movimentos, as formas de organização, as relações e ações, que ocorrem no espaço geográfico e em dimensões diversas, como as sociais, políticas, econômicas, culturais etc.

Os territórios são consequências da materialização socioespacial. Harvey (2014) destaca o desprivilegio e marginalização dos pobres pela ausência do poder público/ político, onde “o novo mundo urbano” surge sobre os escombros dos antigos, do modo que a construção de um de território significa, quase sempre, a destruição de outro. Muitas dessas sobreposições são realizadas e justificadas, historicamente, em prol do desenvolvimento cívico, da recuperação ambiental e da renovação urbana. Comumente os reais problemas, sobretudo os sociais, não são solucionados, mas simplesmente são transferidos para outro lugar, como observamos sobre a questão da moradia na obra de Engels (2015).

No que tange os movimentos socioterritoriais, formam-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização e, para atingirem seus objetivos, constroem espaços políticos, a partir da espacialização.

Do mesmo modo que alguns movimentos transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam e carregam consigo suas territorialidades, suas identidades territoriais constituindo uma pluriterritorialidade. A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no enfretamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios. Os territórios se movimentam também pela conflitualidade. O território é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência. Por essa razão, carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade (FERNANDES, 2005:278).

A produção de cidades é, dentre outros fatores, estritamente ligada à produção e circulação de capital, vinculada diretamente ao sistema econômico. Essa relação demonstra o espaço enquanto um conjunto indissociável de sistemas de objetos, de ações e pelos sujeitos. Tal conceituação da produção do espaço, pode ser observado sob a ótica do movimento de unificação, que corresponde à própria natureza do capitalismo, com predominância, em toda parte, de um único sistema técnico, base material da globalização. Dessa forma, as relações socioeconômicas se sobrepõem em detrimento das relações socioespaciais, corroborando com os processos e estratégias de mercados impostos às cidades.

## **1.2 – Fluxos e permanências territoriais em Manguinhos**

Ao analisarmos qualquer território, é necessário compreender seus aspectos morfológicos, desde a paisagem natural à paisagem antropizada, seus fluxos, permanências e diversas fases de ocupação. As paisagens culturais são superfícies carregadas de signos, e abarcam “uma diversidade de manifestações de interação entre os seres humanos e seu meio ambiente natural” (CASTRIOTA, 2017:17), indicando atividade humana e cultural de uma comunidade. Elas não são fixas, uma vez que se adaptam às novas necessidades da sociedade,

acompanhando mudanças na economia, nas relações sociais e políticas, em ritmos e intensidades variados (SANTOS, 2012).

O espaço urbano, na complexidade de suas relações com a organização dos espaços circundantes, pode ser analisado a partir do espaço social (LEFÈBVRE, 2006), além de alguns conjuntos morfológicos de escalas, temporalidades e lógicas de funcionamento diversificados (BESSE, 2014). É, sobretudo, de suma importância considerar que os territórios possuem uma dimensão simbólica, repleta de memórias por parte dos que com ela interage. Nesse sentido, podemos articular o “lugar” a partir das relações humanas e apropriações dos territórios, enquanto espaços geográficos. Nora (1993), ressalta que os lugares perpassam, simultaneamente e em graus diversos, os sentidos materiais, simbólicos e funcionais:

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre. Trata-se de um lugar de memória tão abstrato quanto a noção de geração? É material por seu conteúdo demográfico, funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão (NORA, 1993: 22).

O próprio ato de habitar representa, claramente, uma ação que excede o simples fato de possuir uma casa e nela morar. Besse (2014) destaca que habitar um lugar é, principalmente, formar hábitos nele, vivenciando-o de modo cotidiano. Esses hábitos acabam por determinar um modo de vida, usos, práticas e expressões. Portanto, podemos compreender o habitar por meio das relações sociais, que não são possíveis sem a materialidade, onde a forma do espaço social é constituída como “o encontro, a reunião, a simultaneidade (LEFÈBVRE, 1974). Portanto, observamos que a noção de escala e do tempo é fundamental, pois a paisagem e suas formas são compostas de atualidades de hoje e do passado.

Santos (2012, p. 60) ressalta que “cada movimento da sociedade lhes atribui um novo papel”, onde o espaço construído é diverso, com suas formas, estruturas e funções organizadas de múltiplas maneiras, articuladas com a contemporaneidade. Ainda, destaca que os movimentos da totalidade social modificam as relações entre os componentes da sociedade alterando os processos e incitando novas funções e, do mesmo modo, “as formas geográficas se alteram ou mudam de valor; e o espaço se modifica para atender às transformações da sociedade” (ibidem, p. 55).

Ao centrar a análise deste trabalho nos processos de expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro, é preciso compreender os espaços a partir dos descompassos entre as formulações e aplicações das políticas públicas, sobretudo as de aspectos habitacionais, urbanísticos e sociais. Grande parte das problemáticas urbanas, advindas das transformações ocorridas nas estruturas socioterritoriais a partir do século 19, estão relacionadas ao desenvolvimento da industrialização e do capitalismo, que para expansão dos seus territórios, sobrepuseram-se às antigas estruturas e expandiram-se para áreas exógenas aos seus limites, constituindo, então, as áreas periféricas ou suburbanas (FERNANDES & COSTA, 2009; ABREU, 1988), que reflete as desigualdades sociais e habitacionais.

Das primeiras atividades desempenhadas na região que hoje conhecemos como Manguinhos, destaca-se a ocupação por povos originários, possivelmente, tupinambás da tribo *Eirámiri*, registradas por Léry em 1557 (SILVA, 2017). Posteriormente, no período colonial, a região pertenceu à Freguesia de Inhaúma, criada em 1743, conforme divisão utilizada pela Igreja Católica a fim de aplicar suas jurisdições eclesiásticas sobre o território na cidade. Ainda no Município Neutro, criado no Império, as freguesias designavam as divisões administrativas no Rio de Janeiro. A Freguesia de Inhaúma desempenhou um importante papel econômico na formação do subúrbio carioca, tendo em vista as produções agrícolas voltadas para o mercado externo, além das olarias. (BENCHIMOL, 1990, ABREU, 2006; FERNANDES & COSTA, 2009)

Os rios e, posteriormente, as ferrovias, foram vetores para ocupação e expansão do território. Os indígenas ocupavam áreas próximas aos rios, “onde garantiam a pesca, tomavam banho, buscavam água e guardavam as canoas” (SILVA, 2017: 115). Seguidamente, os rios serviram para escoar os produtos cultivados na região para o porto de Inhaúma e, mais tarde, para o porto do Rio de Janeiro. Com a descontinuidade dos engenhos de açúcar na região, os rios deixaram de ser os principais meios de deslocamento e, portanto, ocasionaram seu assoreamento. Os diversos aterros promovidos pelo Estado, onde foi construída parte da Avenida Brasil, inaugurada em 1946, contribuiu para a ocupação proletária da região nas décadas seguintes, nas áreas de mangues e pântanos, pela extensão da bacia dos rios Jacaré, Faria e Timbó.

O período compreendido no final do século 19 e início do 20 representou um enorme crescimento econômico na cidade do Rio de Janeiro, se constituindo também como maior centro populacional do país. Abreu (1988) aponta que, a partir da proclamação da República, o processo de multiplicação e espraiamento das indústrias para as regiões suburbanas foi

intensificado e, em grande parte, ocupavam antigos casarões deixados por uma elite que se deslocava para a Zona Sul. Ainda, o esgotamento do sistema escravista e o aumento no fluxo de imigrantes estrangeiros resultou num considerável crescimento populacional e, conseqüentemente, agravamento dos problemas habitacionais na cidade, com o adensamento dos cortiços e agravamento das epidemias que assolavam a cidade frequentemente.

O descompasso nas políticas públicas ocorria categoricamente em favor das elites oligárquicas em detrimento das classes populares. Com o movimento da *Belle Époque*, a cidade do Rio de Janeiro, então capital federal do Brasil, passou por intensas modificações urbanas, culturais e sociais, no início do século 20, onde a burguesia buscava reproduzir o estilo de vida parisiense, sobrepondo-o à cultura popular. Desse modo, com a remodelação na cidade, buscando alterar sua imagem e criando um simbolismo moderno integrado ao capitalismo mundial, as classes populares não eram mais aceitas em sua área central. Muitas remoções foram justificadas pela “Higiene” enquanto ideologia das transformações urbanas, colocadas junto a conceitos como “civilização”, “ordem”, “progresso”, e outros afins.

O discurso dos higienistas contra as habitações coletivas interessou sobremaneira a grupos empresariais atentos às oportunidades de investimentos abertas com a expansão e as transformações da malha urbana da Corte. [...] A prestigiosa ciência dos higienistas parecia legitimar as pretensões dos empresários ao insistir na necessidade de uma terapia radical no centro da cidade, e ao enfatizar sempre que a destruição das moradias consideradas insalubres e a diminuição da aglomeração de pessoas naquela área eram os dois motes essenciais de tal terapia (CHALHOUB, 2017: 61).

Com enormes impactos sociais, urbanísticos, habitacionais etc., o prefeito Pereira Passos (1902-1906), da cidade do Rio de Janeiro, influenciado pelos ideais parisiense, através do plano de urbanização implantado pelo prefeito Georges Haussmann (1853-1870), realizou diversas obras nos bairros portuários e do Centro. Essas intervenções ocasionaram a expulsão de populações pobres, uma vez que foram demolidos inúmeros cortiços, para surgimento de práticas autointituladas “modernizadoras”, “embelezadoras” e “saneadoras”. Essas práticas propiciaram uma higienização física e moral dos espaços e habitantes (BENCHIMOL, 1992; ABREU, 2006; CHALHOUB, 2017).

Pela constituição das classes sociais e destituição da habitação nas regiões centrais da cidade, sua expansão se deu para os subúrbios. Portanto, as classes se distinguiram em termos de territórios suburbanos, ficando o eixo Centro-Zona Sul com uma população mais abastada, tendo a concentração de investimentos públicos em infraestrutura e embelezamento, em detrimento das demais classes, que se deslocaram para o eixo Zona Norte-Oeste. A implementação dos sistemas de transporte foi crucial para tais expansões territoriais. A ferrovia

representou um vetor para a efetiva ocupação de parte dos subúrbios carioca, desde meados do século 19, por uma população extremamente carente que antes residia nas freguesias centrais pela necessidade de residir próximo aos locais de trabalho, em busca de moradia barata, enquanto a elite se deslocava nas áreas de expansão dos bondes (ABREU, 1988).

As habitações coletivas na cidade do Rio de Janeiro alteraram-se substancialmente no decorrer dos anos, desde as manifestações às tipologias, de acordo com as necessidades com as classes sociais. A segregação espacial como distinção de classes sociais em áreas distintas na cidade, foi intensificada pelas políticas de remoções das populações pobres das regiões mais valorizadas, gerando problemas que se perpetuam até a contemporaneidade. Ainda, Vaz (2002) ressalta as habitações como produtos dos sistemas econômico, político e cultural nos espaços.

Enquanto política e tecnologia governamental, as remoções das classes pobres, em favelas, cortiços, aglomerados etc., que afetam de diversas formas as vidas das pessoas, marcou o Rio de Janeiro ao longo do século 20, sobretudo nos territórios do eixo Centro-Zona Sul, permitindo a expansão da população mais abastada nas áreas de concentração de investimentos públicos em infraestrutura e embelezamento. Muitas remoções foram justificadas pelas questões sanitárias, historicamente moldadas em uma política higienista, com práticas voltadas para a promoção de melhorias nas condições de salubridade no ambiente urbano para um determinado setor da população em detrimento de outros.

Fernandes e Costa (2009) apontam que constituição das comunidades de Manguinhos iniciou-se também nos primeiros anos do século 20, por ocupações individuais e coletivas de fazendas produtoras de gêneros alimentícios que abasteciam a cidade e, numa área mais elevada e próxima ao Instituto Oswaldo Cruz (IOC), por ocupações de origem portuguesa e de funcionários do IOC, dada à proximidade do local de trabalho ou à possibilidade de conquista de emprego na instituição. A evolução física deste território representa, por meio das ocupações, a expansão da cidade em direção aos subúrbios e como, a partir de um lento processo, então considerados distantes, passaram a ser extensões territoriais.

Os fluxos migratórios também representam a constituição das comunidades de Manguinhos, consideravelmente, a partir do aumento populacional da região. Além da imigração de outras regiões do país, principalmente do Nordeste, e de zonas rurais, também houve deslocamentos ocasionados pelas políticas habitacionais implementadas na cidade do Rio de Janeiro entre as décadas de 1940 e 1960, além de movimentações internas e adjacentes, de locais impactados por incêndios ou enchentes.



A partir da década de 1930, as favelas eram vistas como “problemas” para a cidade e, portanto, passou a integrar os documentos governamentais relativos ao planejamento e à regulação urbanística da cidade<sup>5</sup>. Diversos projetos governamentais e políticas habitacionais impuseram o deslocamento de populações, principalmente da Zona Sul, para regiões distantes, menos valorizadas, com baixa (ou sem) estrutura urbanística e oferta de empregos, ocasionando posterior retorno para os subúrbios mais próximas ao centro, a exemplo de Mangueiras. Intensificados nas décadas de 1950 e 1960, esses mecanismos políticos, por meio da remoção das favelas, impactaram diretamente a espacialidade urbana, gerando territórios segregados e vulnerabilizados.

Nessa época as favelas eram tidas como o próprio reduto habitacional da pobreza urbana, e ainda eram observadas nos meios acadêmicos e políticos com base na teoria da marginalidade social. Como medidas mitigadoras para as classes populares e removidas foram construídos conjuntos habitacionais provisórios, que se transformaram permanentes, na maioria dos casos. O programa dos Parques Proletários Provisórios (PPP), iniciado na década de 1940, pelo prefeito Henrique Dodsworth (1937-1945),

foi apresentado como o *esboço de um plano de ação* governamental para as favelas do Rio de Janeiro [...] que propunha a transferência dos moradores de favelas para alojamentos provisórios em áreas do entorno, enquanto seriam construídas habitações definitivas, preferencialmente nos subúrbios da cidade, utilizando terrenos estatais. O programa contava ainda com um forte componente de controle social, analisado por alguns autores dentro do contexto populista e autoritário do Estado Novo (RODRIGUES, 2016:8-9).

O início da construção dos parques proletários provisórios foi marcado pela criação de uma Comissão de Favelas, oficializando o plano de ações do governo para erradicação da “proliferação de casebres”, assim evitando o “chocante contraste com os bairros mais novos e elegantes da cidade”. As favelas às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas foram as primeiras a serem removidas neste ínterim, que eram vistas como chocante contraste com os bairros mais novos e elegantes da cidade. Esse tipo de ocupação também era visto como “locais perigosos, insalubres” ou, ainda como “prejudiciais a beleza paisagística da cidade”. Desse modo, os moradores desses “casebres” foram removidos para o Parque Proletário Provisório n. 1, na

---

<sup>5</sup> Rodrigues (2016) aponta que na década de 1930 já se tinha em debate nos planos urbanísticos a questão da provisão de habitações para a população em favelas. No plano de remodelação urbana da cidade do Rio de Janeiro, elaborado por Alfred Agache entre 1928 e 1930, sob encomenda do então prefeito Antônio Prado Júnior (1926-1930) era apresentado a criação de bairros proletários em substituição às favelas. A autora ainda destaca que “o problema das favelas foi apresentado no Plano Agache como um tema mais geral do desenvolvimento urbano, e não como uma questão isolada”. Desse modo, ele sugeria a erradicação de favelas, sem que apresentasse opções para a população remanescente.

Gávea. Subsequentemente foram construídos, entre 1941 e 1943, os Parques Proletários Provisórios n. 2 e 3, respectivamente, nos bairros do Caju e Leblon. Esses conjuntos foram de fato provisórios, desativados entre 1969 e 1970 (PPP n. 2 e 3) e em 1975 (PPP n. 1), pois

A proposta original previa que os parques tivessem um período definido de utilização, mais precisamente, enquanto se construíssem os denominados conjuntos habitacionais ou se urbanizassem as áreas de onde haviam sido deslocados os moradores, sendo, por isso, construídos com material com pouca condição de permanência. Um dos principais objetivos dessas construções era que os seus apartamentos fossem alugados por baixos valores, e que as áreas possuíssem equipamentos sociais, como escola, creche, posto de saúde, centro comunitário, mercado e lavanderia (BRITO, 2004 apud FERNANDES & COSTA, 2009).

A favela também era vista também como um problema moral, que nas palavras do médico-higienista Vitor Tavares de Moura<sup>6</sup>, importante personagem no cenário da política habitacional popular no Rio de Janeiro, era

o nome dado ao aglomerado de horríveis casebres separados um dos outros por becos tortuosos e localizado em qualquer parte da cidade, de preferência nos morros e nas encostas, onde se encontra um terreno vago e onde mora uma população heterogênea e desajustada, da qual fazem parte muitos pobres, alguns abastados, outros vivendo à margem das agências de controle social, muitos trabalhadores honestos, muitos doentes e onde morrem muitas crianças e se cometem muitos crimes. (MOURA, s.d.)

Ao longo das décadas de 1940 e 1950 foram criados diversos órgãos com ações específicas nas favelas do Rio de Janeiro, empregando políticas sociais direcionadas a estes grupos e discutindo, inclusive a própria categoria de favelado, como o Departamento de Habitação Popular (1946) e Fundação Leão XIII (1947), além da Cruzada São Sebastião (1955), do Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (1956) e da Coligação dos Trabalhadores Favelados do Distrito Federal.

O Departamento de Habitação Popular<sup>7</sup> (DHP) foi criado em substituição ao Departamento de Construções Proletárias da Secretaria Geral de Viação e Obras da Prefeitura do Distrito Federal, com objetivo de solucionar o problema da habitação para os grupos sociais de salários baixos, incluindo neles, inicialmente, os servidores da Prefeitura do Distrito Federal, mediante a construção de grupos residenciais com baixo custo de aluguel (COSTA, 2004). Neste mesmo período a Igreja, na figura da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro,

---

<sup>6</sup> Médico higienista, pernambucano, trabalhou na remoção das favelas e na criação dos Parques Proletários Provisórios na remodelação urbana do Rio de Janeiro durante o Estado Novo. Em 1941 constituiu uma comissão para o estudo das favelas, tornando-se um dos responsáveis pela execução do projeto piloto dos Parques Proletários e em 1943 publicou o estudo intitulado Favelas do Distrito Federal.

<sup>7</sup> Criado por meio do Decreto-Lei 9124 de 4 de abril de 1946

teve um papel importante na assistência social e formulação de propostas e políticas habitacionais, enquanto setor conservador que se preocupava impedir a ação do Partido Comunista nas favelas. Além das atividades religiosas e catequéticas, esperadas de uma instituição cristã, seus esforços se voltavam para a realização de justiça social, inclusão dos favelados, em consonância com um modo de vida que fosse socialmente aceito, e, conseqüentemente, a erradicação da favela do ambiente urbano.

Burgos (2006:29) aponta que a Fundação Leão XIII “tinha por finalidade principal oferecer uma alternativa à pedagogia populista estado-novista” e que entre 1947 e 1954 “estendeu sua atuação a 34 favelas, implantando em algumas delas serviços básicos como água, esgoto, luz e redes viárias e mantendo centro sociais em oito das maiores favelas do Rio”. Teve sua atuação sistemática no cenário social, político e espacial, se diferenciando de outras instituições de assistência social brasileira ao longo do século, por ter sido a principal instituição assistencial no tocante às intervenções para a melhoria nas favelas na cidade do Rio de Janeiro e no Brasil. No aprofundamento do trabalho junto às favelas, por parte da Igreja e do Estado, foram criados a Cruzada São Sebastião, em 1955, e o Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (Serfha), em 1956, respectivamente. Ambas as iniciativas buscavam articular o controle político a uma pauta mínima de direitos sociais referente aos problemas de infraestrutura.

Por iniciativa de Dom Helder Câmara, bispo auxiliar da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, foi criada a Cruzada de São Sebastião, que objetivava dar solução racional, humana e cristã ao problema das favelas e se diferenciava da Fundação Leão XIII, pois buscava reunir de forma mais concreta a urbanização e a pedagogia cristã, vendo nisso “a condição mínima de vivência humana e elevação moral, intelectual, social e econômica” (VALLA, 1984:8 apud BURGOS, 2006:30), enquanto a Fundação “trabalhava com a perspectiva de influir nas associações de moradores e na formação de lideranças”. Com acentuada influência modernista, o conjunto habitacional no bairro do Leblon, foi o primeiro e maior projeto da Cruzada São Sebastião, numa experiência de alojamento de moradores nas proximidades das próprias favelas que habitavam (VALLA, 1978 apud BURGOS, 2006), mas teve também uma atuação mais abrangente com a melhoria de serviços básicos em diversas favelas.

A participação da Igreja nas políticas habitacionais propiciou “a cristianização das massas”, no lugar da “ideia de Estado-nação e do apelo a lideranças carismáticas” e “no lugar da coerção, a persuasão”, Burgos (2006:30) aponta que ao invés do conflito político, prometia diálogo e a compreensão; ao invés da luta pelo acesso a bens públicos, o assistencialismo; no

lugar da crítica, a resignação; em vez do intelectual orgânico, a formação de lideranças tradicionais.

Criado na gestão do prefeito Francisco Negrão de Lima (1956-1958), o Serfha até 1960 atuava modestamente, apoiando as duas instituições da igreja – Fundação Leão XIII e Cruzada São Sebastião. Sua atuação visava capacitar os moradores como cidadãos, permitindo certa independência, a fim de tratar com as autoridades públicas em vez de ter de depender de favores políticos (LEEDS & LEEDS, 2015), a fim de minimizar as ações da Igreja, onde na negociação com os moradores, em troca de intervenções nas favelas, o governo passaria a exercer maior controle sobre as associações gerando cumplicidade entre o poder público e as lideranças locais (BURGOS, 2006 apud FERNANDES & COSTA, 2009).

Com a criação do Estado da Guanabara<sup>8</sup> (1960-1975), o poder público apostou numa reestruturação do Serfha, que passou a integrar a Coordenação de Serviços Sociais do Estado. No que tange às possíveis obras de reurbanização em Manguinhos, Fernandes e Costa (2009) apontam a retificação do rio Faria-Timbó e a construção da Igreja de São Daniel, durante o mandato do primeiro governador do, recém estruturado, Estado da Guanabara, José Sette Câmara Filho<sup>9</sup>, em sua curta gestão, no ano de 1960.

Com a mudança administrativa e posse do primeiro governador eleito, Carlos Lacerda<sup>10</sup> (1960-1965), se consolidou um movimento antifavelas, com duas frentes, simultâneas, de ações concretizadas: a expansiva remoção e a parca urbanização de favelas. A distribuição do espaço urbano, claramente balizada pelo interesse do mercado imobiliário, direcionou a ocupação do subúrbio à indústria e às classes mais pobres, promovendo a destruição de 27 favelas e transferindo 41.958 pessoas (VALLADARES, 1978). Apesar de uma iniciativa polêmica, Motta (2000:61) aponta que o “modelo adotado na Guanabara obedeceu, em larga escala, à tendência mundial de planejamento urbano, seguida igualmente por países capitalistas e socialistas”.

Em 1962 houve uma desestruturação das atividades do Serfha, pois possuía marcas da gestão fundadora, passando suas funções para o Serviço Social das Favelas e suas atividades

---

<sup>8</sup> O Estado da Guanabara corresponde à atual localização do município do Rio de Janeiro, onde esteve situado o antigo Distrito Federal, que se migrou para Brasília, de acordo com as disposições transitórias da Constituição de 1946 e da Lei Número 3752, de 14 de abril de 1960.

<sup>9</sup> O advogado e diplomata, José Sette Câmara Filho, foi o primeiro governador do Estado da Guanabara, nomeado pelo presidente da República e exerceu o cargo entre 21 de abril de 1960 e 5 de dezembro de 1960.

<sup>10</sup> O jornalista, Carlos Frederico Werneck de Lacerda, foi o primeiro governador eleito pelo Estado da Guanabara e exerceu o cargo por um período de 5 anos, entre 5 de dezembro de 1960 e 11 de outubro de 1965, conforme previsto na Lei n. 3752, de 14 de abril de 1960, que ditava normas para a convocação da Assembleia Constituinte do Estado da Guanabara e outras providências.

físicas para o Departamento de Recuperação de Favelas (CRF). Ainda, o esvaziamento do Serfha, coincide com criação da Companhia de Habitação Popular (Cohab), criada com a finalidade de realizar uma nova política habitacional, favorecendo o acesso à habitação digna às famílias de baixa renda (BURGOS, 2006). Com financiamento norte-americano<sup>11</sup> foram construídos, entre 1962 e 1965, a Cidade de Deus e as vilas Kennedy, Aliança e Esperança, para destinação de moradores desabrigados pelas remoções, além da urbanização de algumas favelas (BURGOS, 2006; LEEDS & LEEDS, 2015). Ao longo do tempo, diante principalmente da falta de infraestrutura e de legalização do espaço, esses conjuntos foram ampliados e se transformaram em grandes grupos de favelas, com arruamento irregular, serviços públicos precários entre outros problemas sociais.

Com retorno de Negrão de Lima, em sua nova gestão (1965-1970), mesmo mantendo oposição ao governo anterior e defendendo a urbanização das favelas, adotou uma política de remoção, mantendo a lógica e respondendo fortemente à especulação imobiliária, uma vez que considerava irrecuperáveis as favelas localizadas em regiões de desenvolvimento do mercado imobiliário, em geral na Zona Sul da cidade. Nesse sentido,

para assentamento da população removida, investiu-se na instalação de conjuntos habitacionais e centros de habitação provisória – os CHPs. Os antigos Parques Proletários Provisórios (PPPs), construídos nas décadas de 1940 e 1950, foram agregados a esta proposta, recebendo, inclusive, a partir de 1969, a denominação de CHPs, sob a administração da Fundação Leão XIII, que desde 1962 havia sido incorporada à estrutura do estado da Guanabara, vinculada à Secretaria de Serviços Sociais. (FERNANDES & COSTA, 2009:59)

Burgos (2006) destaca que o contato entre o Estado e os excluídos, como efeito não esperado da experiência dos parques proletários, permitiu um processo embrionário de organização dos moradores das favelas e no período de expansão dos CHPs. Ainda na década de 1960, houve uma regulamentação de forma rígida às associações de moradores por parte da Secretaria de Serviços Sociais, seguindo parâmetros da ditadura militar. Ainda, os CHPs se caracterizavam como local temporário de assentamento das famílias desabrigadas pelas remoções, enquanto aguardavam o assentamento definitivo nos conjuntos habitacionais.

O atual CHP2, em Manguinhos, onde se situa a igreja de São Daniel, fez parte de uma remodelação no assentamento popular e processo de renumeração, obedecendo à ordem de

---

<sup>11</sup> Com recursos da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, mais conhecida por seu acrônimo em inglês USAID, que é um órgão do governo dos Estados Unidos, fundado em 1961, encarregado de distribuir a maior parte da ajuda externa de caráter civil.

construção e abrangendo os PPPs e os CHPs<sup>12</sup>. Desse modo, com a extinção dos três primeiros CHPs (Gávea, Caju e Leblon – antigos PPPs), institui-se uma nova numeração para os demais, onde os CHPs conhecidos pela numeração 4 e 5, originaram respectivamente, o Parque João Goulart e o CHP2. Fernandes e Costa (2009:61) ressaltam que “o Parque São José foi construído pela Fundação das Pioneiras Sociais<sup>13</sup>, para funcionários da Prefeitura. Este parque apresentava construções em alvenaria, que se aproximavam de um tipo de proposta de caráter mais permanente”. O conjunto era composto de 180 casas ocupadas por servidores da antiga prefeitura, cuja remuneração não ultrapassava um salário-mínimo, situado em zona não urbanizada, onde residia numerosa população operária, incluindo favelados.

O caráter permanente deste conjunto pode também ser observado pelas iniciativas conduzidas pela Sra. Aláisa Resende Sá Freire Alvim<sup>14</sup> e, posteriormente, pela Sra. Elba Carvalho Sette Câmara com a implantação do Programa de Recuperação do Conjunto São José. Foram planejadas diversas ações no Estado<sup>15</sup>, dentre elas a construção da igreja de São Daniel que surge nesse contexto da oferta de “uma vida melhor para os habitantes dos núcleos residenciais do Estado” (O Globo, 03 set. 1960). Nesse sentido, a construção da Igreja é fruto de possíveis obras de reurbanização em Manguinhos, conforme apontado por Fernandes e Costa (2009)..

---

<sup>12</sup> PPPs – Marquês de São Vicente (Gávea), Caju, Leblon; CHPs – Manguinhos, Parque São José (Manguinhos), Ramos, Nova Holanda, Paciência e Andaraí.

<sup>13</sup> A Fundação das Pioneiras Sociais foi uma instituição assistencial brasileira, criada por iniciativa da ex-primeira-dama, Sarah Kubitschek, reconhecida como instituição de utilidade pública a sociedade civil por meio do decreto n. 39865, de 29 de agosto de 1956, assinado pelo então presidente Juscelino Kubitschek. As ações voltavam-se principalmente às assistências médica e educacional da população pobre.

<sup>14</sup> Primeira-dama do Distrito Federal na gestão do prefeito José Joaquim de Sá Freire Alvim, nomeado pelo presidente da República e exerceu o cargo entre 8 de julho de 1958 e 21 de abril de 1960.

<sup>15</sup> Um posto de gêneros alimentícios da COFAP, calçamento, iluminação, policiamento, arborização de ruas, uma escola primária e maternal, telefone público, *playground*, posto médico de pediatria e outras medidas assistencialistas (O Globo, 03 set. 1960).

## CAPÍTULO 2 – Temporalidades e narrativas da Igreja de São Daniel Profeta

### 2.1 – Construção e inauguração

O período de governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) na presidência da República do Brasil, iniciou um período de intensa industrialização do país e a construção da nova capital federal. Sua eleição foi marcada pelo plano de ação “Cinquenta anos em cinco”, sob a ótica de uma ideologia de superação do subdesenvolvimento brasileiro e objetivava implementar no Brasil o desenvolvimento social e econômico<sup>16</sup>. Se observada na atualidade, quando a igreja de São Daniel completou seus sessenta anos desde a inauguração, sua história é marcada por uma efervescência em seus seis primeiros anos de existência, incluindo sua construção, inauguração, celebrações, festividades e até o tombamento, a partir do reconhecimento de sua importância arquitetônica-pictórica, que será analisada com mais rigor no próximo capítulo. Este período também foi marcado por intensas mudanças no território de sua inserção, com possibilidades inclusive de remoção da construção, com menos de dois anos de sua inauguração.

A relação de construção da igreja teve grande envolvimento de pessoas próximas à Juscelino Kubitschek, fato este que ele esteve presente na inauguração do templo. Inicialmente pode-se destacar a atuação de José Sette Câmara Filho, que teve importante atuação na diplomacia e política brasileira, por anos acompanhando e colaborando em diversos momentos de sua trajetória política. Entre 1940 e 1945 foi conselheiro para assuntos internacionais no gabinete de Juscelino Kubitschek, quando prefeito de Belo Horizonte (MG), e logo depois ingressou na carreira diplomática. Com a posse de Juscelino Kubitschek na presidência da República, em janeiro de 1956, iniciou no governo como subchefe do Gabinete Civil da Presidência e, posteriormente, tendo outros importantes cargos durante o governo e chegando a exercer a chefia deste gabinete a partir de março de 1959 a abril de 1960, quando foi

promovido a ministro de primeira classe e teve seu nome aprovado pelo Senado Federal para ser o primeiro governador provisório do recém-criado estado da Guanabara. A criação desse novo estado deu-se em função da transferência, em 21 de abril, da capital federal para Brasília. Exerceu o governo até que o novo governador, eleito em outubro de 1960, fosse empossado (CPDOC, 2002).

---

<sup>16</sup> O Plano de Metas foi um programa cuja objetivo era melhorar as infraestruturas brasileiras a partir de trinta objetivos, agrupados em cinco setores, a serem alcançados durante sua gestão: energia, transporte, indústria, educação e alimentação.

Maiores informações: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>.

O arquiteto Oscar Niemeyer igualmente acompanhou e colaborou com grandes feitos de Juscelino Kubitschek, tendo o início de uma longa parceria na década de 1940, em Belo Horizonte, com a convocação para projetar o conjunto da Pampulha, em uma barragem resultante do represamento de diversos córregos para de resolver os problemas de fornecimento de água para a cidade, sob a perspectiva do potencial turístico e de lazer. Dentre as obras estava a Capela de São Francisco de Assis, primeira igreja moderna do Brasil<sup>17</sup>. Posteriormente, em 1956, com a posse de Juscelino Kubitschek na presidência da República, foi nomeado diretor do departamento de arquitetura da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), empresa encarregada da construção de Brasília.



**Figura 4:** José Sette Câmara Filho ao lado de Juscelino Kubitschek. Fonte: CPDOC/FGV.



**Figura 5:** Da esquerda para direita: Israel Pinheiro, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Juscelino Kubitschek examinam maquete e projeto para a Praça dos Três Poderes. Fonte: CPDOC/FGV

Como observado, o contexto político do início da década de 1960 foi intenso, sobretudo com a transferência da Capital Federal. Também foi um período de instalação de infraestruturas básicas nas favelas cariocas, como ocorrido em Manguinhos. As mobilizações nas frentes sociais eram protagonizadas das Primeiras-Damas<sup>18</sup>, que tiveram papel importante no enfrentamento à pobreza, auxiliando na desresponsabilização do Estado na garantia do acesso

<sup>17</sup> A ousadia de Niemeyer em renovar um espaço religioso tradicional causou enorme estranhamento na população e reações negativas na Igreja Católica. Causando recusa, por parte de autoridades eclesíásticas, à sagração do templo. Nos jornais da época repercutiram críticas a arquitetura da capela, dizendo que a arte e a arquitetura modernas eram inadequadas para a construção e a decoração de igrejas. Somente 17 anos após sua construção, em 1959, quando Juscelino Kubitschek já havia sido eleito presidente da República, a capela foi consagrada (OLIVEIRA, 2018).

<sup>18</sup> A partir da década de 1940 as mulheres foram designadas Primeiras-Damas e exerciam atividades ações de assistência social, voltadas ao plano da atenção à pobreza, em ordem filantrópica. O marco dessa prática teve protagonismo de Darcy Vargas, em 1942, com a constituição da Legião Brasileira de Assistência (LBA).



de políticas públicas de caráter universal à população, uma vez que as ações possuíam, demasiadamente, caráter filantrópico. Marco dessa prática, em Manguinhos, dando continuidade aos esforços da Sra. Alaísa Resende Sá Freire Alvim, a Sra. Elba Carvalho Sette Câmara teve grande protagonismo com a proposta de construção de uma capela projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, onde considerava ser uma providência de grande interesse à comunidade, como parte de uma demanda da própria comunidade.

A atuação de Elba Sette Câmara, então primeira-dama do Estado da Guanabara, foi vista como de grande importância para a cidade, que assim se via engrandecida e valorizada e, colocava a mesma como uma “jovem, compreensiva, altamente inspirada pelo seu coração bondoso”, inscrevendo seu nome na história da cidade como um “anjo-bom, protetor das criancinhas, dos pobres, das flores e dos jardins”. A capela ratificava essa atuação, bem como os serviços de ajardinamento das praias de Ipanema e Leblon, que foram “realizadas do mesmo modo, dinâmico e prático”, não se contentando apenas com as honrarias do alto posto, não hesitando em “trocar o sossego, que poderia usufruir, por um trabalho intenso e constante até conseguir o almejado” (O Jornal do Rio de Janeiro, 02 dez. 1960).

Havia uma grande proximidade entre os atores políticos daquele momento e, portanto, a construção da igreja não oneraria o Estado, sendo totalmente custeada por particulares, reforçando o caráter filantrópico e, discretamente, movido à interesses políticos-pessoais. A primeira reportagem identificada, noticiada pelo Jornal O Globo (03 set. 1960), mencionava o Sr. Sarmiento Barata, a Cia. Engenharia de Fundações, o então ministro Sebastião Paes de Almeida como parte dos custeadores da obra que tinha previsão de término para final de outubro seguinte. Na ocasião a iniciativa de construção da capela já havia sido entendida com o Monsenhor Bessa e tinha inteira aprovação do Cardeal Dom Jaime Câmara, que decidiu dar-lhe o nome de São Daniel, o grande profeta, num ato de homenagem ao filho menor do casal Sette Câmara. Representou a primeira igreja dedicada ao Santo Profeta, em todo o mundo, “com intuito de começar mais uma devoção a um Santo de Deus, existente já há tantos séculos” (A cruz, 25 jul. 1965). Em apenas dois dias após o início da construção já era noticiada que a capela seria transformada em Paróquia, segundo resolução do Cardeal-Arcebispo Dom Jayme Câmara e comunicação feita pelo próprio à Elba Sette Câmara (Última Hora, 16 set. 1960).

O projeto em forma circular, visto de cima, foi inspirado no modelo canônico de uma hóstia, segundo indicam algumas reportagens da época e relatos de moradores de Manguinhos. A moderna capela de São Daniel, a exemplo da Capela da Pampulha e da Catedral de Brasília, foi idealizada para se transformar em uma das maiores atrações turísticas do Rio de Janeiro,

apesar de construída em local de difícil acesso. O fato dela ser circundada por várias favelas, à época já se faziam analogias a história do Profeta Daniel, com a máxima que a igreja São Daniel ficaria rodeada de leões. Muitos argumentavam que tal obra deveria ter sido realizada em outro local, sem a proximidade da favela. No entanto, Elba Sette Câmara acreditava não haver melhor local para a construção de uma capela tão maravilhosa. Sua localização foi intencional, uma vez que “ficando em um Parque Proletário, os visitantes teriam a oportunidade de ver os verdadeiros problemas do povo carioca, sendo, portanto, mais generosos nas suas doações”, além da possibilidade de atrair a atenção das autoridades e do povo para os problemas das favelas, pois a medida que fossem visitar a obra, forçosamente poderiam sentir de perto os problemas intrínsecos ao entorno (Última Hora, 29 nov. 1960 e 03 dez. 1960).



**Figura 6:** Croquis da Igreja de São Daniel, elaborado por Niemeyer.  
Fonte: Fundação Oscar Niemeyer, s.d.

A arquitetura de Niemeyer uniria e abrigaria outros bens artístico-culturais, como o conjunto de quadros da Via Sacra, pintado por Alberto da Veiga Guignard, especialmente para compor o templo, uma pia batismal, colonial autêntica, cedida pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) e uma réplica do Profeta Daniel, copiada em gesso de uma obra de Aleijadinho. O interior foi projetado pelo engenheiro decorador Heitor Coutinho, incluindo o desenho dos bancos, altar e confessionário, que foram executados pelo Sr. Manoel Silva Bandeira, e o projeto paisagístico para o jardim do adro foi desenvolvido pelo engenheiro Paulo Athayde. O próprio Niemeyer, dias antes da inauguração, mostrou-se admirado com a obra, tendo feito os maiores elogios ao trabalho de Guignard e de Heitor Coutinho.

Como observado, a igreja foi idealizada para ser um marco na cidade. Jayme Maurício<sup>19</sup> considerava que o Estado da Guanabara ganharia “mais um elemento de interesse cultural, religioso e turístico” e logo estaria “ocupando espaço das grandes revistas internacionais, especializadas ou não, como mais uma importante contribuição brasileira ao problema internacional da arte sacra e da estética contemporânea” (Correio da Manhã, 01 dez. 1960). Dias antes da inauguração, o poeta Augusto Frederico Schmidt visitou a igreja e disse ser “a maior coisa que já se fez no Brasil em matéria de arte” (Última Hora, 29 nov. 1960). Também, Elba Sette Câmara, junto a dois frades beneditinos, Heitor Coutinho e Jayme Maurício, falou sobre a construção na noite de autógrafos de Lúcio Cardoso, no lançamento de seu “Diário”, na Livraria Eldorado. Na ocasião, tomavam ciência do importante fato, personalidades como o poeta Manuel Bandeira, Jorge Amado, Pascoal Carlos Magno, o poeta Paulo Mendes Campos, Oto Lara de Resende, a admirável escritora Clarice Lispector, a Jornalista Marta Lima, Carlos Thiré, Medeiros Lima, Hélio Fernandes, Darwin Brandão, o ministro e a sra. Ranulfo Bocaiúva, o crítico e a sra. Willy Lewin e dezenas de outros nomes (Diário de Notícias, 30 nov. 1960).

Privados da convivência de Oscar Niemeyer, extremamente envolvido com a construção de Brasília, não foram possíveis explicações que o arquiteto comumente dava, com singela clareza, sobre os seus projetos. Para construção do templo, os operários da Companhia Auxiliar de Viação e Obras (CAVO) trabalharam arduamente, numa turma de 30 homens em revezamento diurno e noturno, com acompanhamento das obras a cargo do então presidente da Cia., engenheiro civil José Colagrossi Filho<sup>20</sup>, que considerava o projeto de Niemeyer em execução “o mais simples, belo e original em toda a América do Sul”. Os donativos angariados inicialmente para construção foram de cerca de três milhões de cruzeiros (Cr\$), tendo sido realizada a primeira doação, no valor de um milhão e seiscentos mil cruzeiros, pelo Circo de Moscou<sup>21</sup> (Jornal do Brasil, 19 out. 1960). O custo final ficou entre cinco e sete milhões de cruzeiros, exclusivamente de doações particulares, sob a gestão de Elba Sette Câmara e do

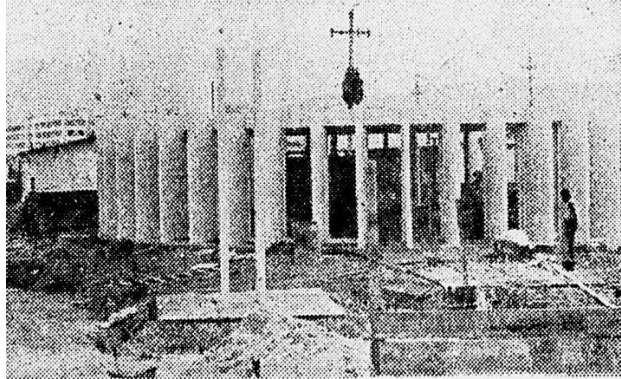
---

<sup>19</sup> Jayme Maurício Rodrigues Siqueira (1926-1997) iniciou sua carreira de jornalista no Correio da Manhã, em 1950, tendo destacada atuação como crítico de arte, mas no cenário cultural do Rio de Janeiro extrapolou a imprensa, com participação no movimento que, em 1951, buscava uma sede definitiva para o Museu de Arte Moderna (MAM) criado em 1948. Estudou pintura com Alberto da Veiga Guignard, quando residiu em Belo Horizonte.

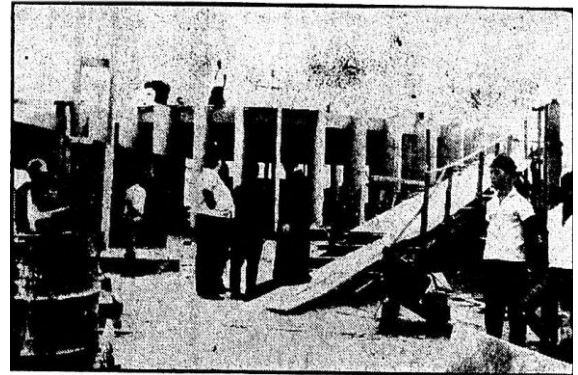
<sup>20</sup> Formado em engenharia civil em 1951, pela Faculdade de Engenharia da Universidade Mackenzie, em São Paulo, presidiu a Companhia Auxiliar de Viação e Obras (CAVO), grande empreiteira de obras públicas, entre 1954 e 1963 (CPDOC/FGV).

<sup>21</sup> Em 12 de março de 1960 estreava, no Maracanãzinho, o Circo de Moscou, com um público de dezoito mil pessoas e uma renda de um milhão e duzentos mil cruzeiros, em quatorze números calorosamente aplaudidos. Foi a primeira vez que saíram da URSS para uma turnê internacional, demonstrando que a arte circense vivia naquele período uma idade de ouro na União Soviética em detrimento ao franco declínio no Brasil e em muitos outros países (Diário da Noite, 14 mar. 1960).

Monsenhor Francisco Nogueira Bessa, secretário do Cardeal o qual também integrava a comissão que presidiu aos trabalhos relacionados a construção. Ambos tiveram o “escrúpulo de fazer uma escrita absolutamente exata sobre a entrada e saída de dinheiro, não havendo um só documento que não tenha duas assinaturas” (Última Hora, 29 nov. 1960).



**Figura 7:** Aspecto da capela concebida por Niemeyer, durante a construção.  
Fonte: Correio da Manhã, 17 nov. 1960.



**Figura 8:** Operários na construção do templo da igreja de São Daniel, em sua fase final.  
Fonte: Diário Carioca, 14 nov. 1960

A edificação se compõe de uma forma circular, sustentada por 16 pilares estruturais<sup>22</sup> e 32 pilares arquitetônicos, ambos nas bordas e equidistantes, não havendo qualquer pilar central sustentando a laje de 15m de diâmetro a uma altura de 2,80m do solo e formando *brise-soleils*. Estes fatos geraram inquietações entre os moradores da região, pois além de estranharem a forma circular, não acreditavam em sua segurança, uma vez que consideravam que o terreno não foi bem aterrado e faltava “uma pilastra no meio para sustentar o teto”. Por conta do recorrente questionamento sobre a segurança da construção, o encarregado da obra, sr. Pedro Ferreira da Silva, informou ao Jornal do Brasil (19 out. 1960) que havia sido proibido a visita de moradores das redondezas, afirmando que não sabiam de nada, pois somente a laje do teto havia consumido mais de vinte toneladas de ferro e por isso viviam “dizendo bobagens”.

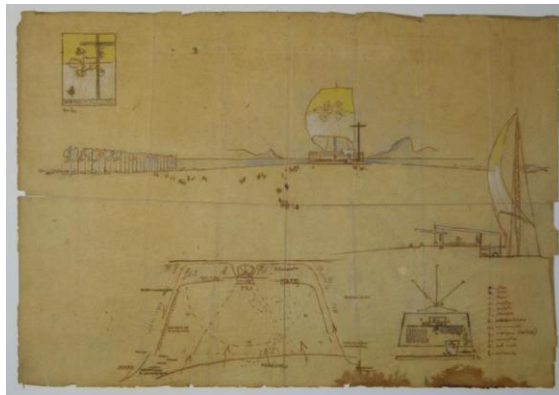
Os 48 vãos formados entre os pilares seriam preenchidos com “vidros ray-ban, protegidos por fortes telas de arames” (Última Hora, 15 nov. 1960) ao invés de vedações convencionais em alvenaria, e “a disposição da vidraçaria azul, branco e rosa seria feita pelo próprio Niemeyer” (Jornal do Brasil, 19 out. 1960), “colocadas verticalmente ao redor da igreja entre o teto e o piso” (O Globo, 03 dez. 1960). Essas placas de vidros, “com três cores e uma textura natural”, com a incidência solar, dariam uma névoa ao interior, sendo comparada com o efeito de um arco íris. No entanto, foi noticiado pelo Correio da Manhã (04 dez. 1960), dois dias após a inauguração, que Niemeyer não interferiu nesta disposição. A beleza do espaço e os

<sup>22</sup> O sistema estrutural em concreto armado, característico dos projetos de Oscar Niemeyer.

efeitos dos vitrais no interior, são recordados pelos que vivenciaram o templo em seu período áureo, como a lembrança de Maura Santiago em sua infância:

Eu pequena, junto com as amigas, a gente entrava ali, e aqueles vitrôs, e entrava um jogo de luz, ela era toda em vitrô colorido, enfim, e aí a gente enquanto criança, a gente entrava dentro da igreja pra brincar, e pra ver como que o corpo da gente se transformava ali com a entrada do sol, porque quando o sol batia, o nosso corpo ficava todo colorido (SANTIAGO, 2021).

A frente da igreja foi comparada<sup>23</sup> pela imprensa (Diário de Notícias, 03 dez. 1960) à do Congresso Eucarístico Internacional, projeto inicial de Lucio Costa e executado sob a coordenação de Alcides Rocha Miranda<sup>24</sup> (1909-2001), realizado no Rio de Janeiro em 1955 (CANEZ; BRINO; KNIES, 2014). A construção, destacada pela caiação branca, contrastando as habitações populares do entorno, era acessada por um “pequeno ajardinamento frontal com campanário (duas estruturas paralelas) de um ladoma cruz do outro, e mastros laterais” (Correio da Manhã, 04 dez. 1960).



**Figura 9:** Croquis de Lúcio Costa para o Altar do Congresso Eucarístico Internacional. Fonte: CANEZ; BRINO; KNIES, 2014, p.6



**Figura 10:** Cartão postal do Altar do Congresso Eucarístico Internacional. Fonte: CANEZ; BRINO; KNIES, 2014, p.8

A construção do templo foi realizada em um curto espaço de tempo, tendo se iniciado em 14 de setembro de 1960 e com previsão de finalização para 31 de outubro seguinte. Erguida em tempo recorde, em 29 de outubro já era noticiado (Última Hora) que a imagem do Profeta Daniel, única imagem do templo, havia chegado no dia anterior e em poucos dias a pia batismal similarmente chegaria, ficando a inauguração da Capela apenas na dependência da Via Sacra que Guignard havia se comprometido a pintar e entregá-la no prazo de 30 dias. Por decisão do Cardeal a inauguração seria adiada para 23 de novembro e, na ocasião aparentemente a Via

<sup>23</sup> Tal comparação possivelmente tenha ocorrido dada a implantação de uma cruz à frente do templo.

<sup>24</sup> Equipe composta por Alcides Rocha Miranda, Elvin Mackay Dubugras e Fernando Cabral Pinto.

Sacra já estava finalizada, pois era noticiado no dia 17 do mesmo mês que Guignard retornaria<sup>25</sup> para Belo Horizonte, “sem ter a alegria de ver a sua obra colocada no templo, aplaudida pelo seu público e abençoada pela igreja” (Correio da Manhã, 17 nov. 1960).

Por motivos técnicos a inauguração do templo foi adiada para, a princípio, o dia 01 de dezembro, em consequência do atraso verificado nos trabalhos (Correio da Manhã, 25 nov. 1960). As notícias indicam que a construção já estava pronta e o conjunto de quadros da Via Sacra já finalizados, contudo as vésperas da inauguração o governador Sette Câmara deixou a cargo do Dr. Vitor Pinheiro, diretor do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Guanabara, providenciar o asfaltamento do Parque Proletário São José, tendo em vista a futura inauguração. No entanto, “sentindo que a posse do novo governador estava próxima, num gesto inoportuno de bajulação, abandonou os trabalhos”, sendo eles finalizados pelo diretor da limpeza urbana, sr. Humberto Pinto Antunes, ainda que esta atividade não lhe competisse, nem tampouco ao seu departamento (Última Hora, 05 dez. 1960).

Antes mesmo da inauguração, incluindo o fato de a capela já ter sido elevada a paróquia, já havia ocorrido a designação de um padre para estar à frente daquela comunidade, “prestando assistência moral e religiosa aos 1300 habitantes de sua paróquia. O vigário João Batista Petit passou a residir em um apartamento construído ao lado da igreja. Na ocasião foram fundados o escoteirismo com 20 meninos – os Escoteiros de São Daniel<sup>26</sup> (Última Hora, 29 nov. 1960) – e o Apostolado de Oração<sup>27</sup>.

---

<sup>25</sup> O pintor ficou um período hospedado na Gávea Pequena, no Rio de Janeiro, na residência da família Sette Câmara, enquanto pintava a Via Sacra.

<sup>26</sup> Os Escoteiros de São Daniel integravam o 110º Grupo Escoteiro, do 7º Distrito Escoteiro.

<sup>27</sup> O Apostolado de Oração teve origem em uma Seminário da Companhia de Jesus, na França, em 1844. Surgiu como uma organização para colaborar com os que trabalhavam nos vários campos de apostolado para salvação dos homens. O Apostolado de Oração da Igreja de São Daniel, foi fundado em 04 de novembro de 1960, e, posteriormente, mudou o seu nome para Apostolado de Oração da Igreja de Santa Bernadete.



**Figura 11:** Casa Paroquial - Parque São José. Fonte: Acervo de Luiz Mello

Efetivamente a inauguração da Matriz de São Daniel da Praia Pequena<sup>28</sup> ocorreu no dia 02 de dezembro de 1960 e a solenidade contou com a presença do Presidente da República, Juscelino Kubitschek, sua esposa Sara Kubitschek e suas filhas, Márcia e Maria Estela, do Governador Provisório da cidade, José Sette Câmara Filho, sua esposa Elba Sette Câmara, do ex-prefeito Sá Freire Alvim, do ministro Pascoal Carlos Magno, do Arcebispo Dom Helder Câmara, do Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara e de outras altas autoridades civis, militares e eclesiásticas, além de centenas de fiéis (O Globo, 03 dez. 1960). Prevista inicialmente para às 11h,

As solenidades de inauguração tiveram início precisamente às 10h, quando o presidente JK – cuja presença não estava prevista na programação oficial – desembarcou de um helicóptero da FAB com sua esposa e foi aplaudido pela massa presente e saudado pelos alunos de Escolas Públicas formados em frente à igreja. Suas filhas chegaram no mesmo helicóptero alguns minutos depois (Última Hora, 03 dez. 1960).

A solenidade contou da benção da edificação e da via sacra de Guignard pelo Cardeal, auxiliado pelo Arcebispo, e do descerramento de uma placa de bronze alusiva ao ato pelo presidente. O Cardeal, na ocasião, declarava que “estava grato ao governo por ter construído aquelas habitações e dado um pouco de conforto material aquela gente”, mas enfatizava que “a

<sup>28</sup> A associação à Praia Pequena estava relacionada territorialmente a extinta estação de Praia Pequena, pertencente ao ramal homônimo da Estrada de Ferro Rio D’Ouro.



obra estaria incompleta se a casa de Deus não se plantasse ali, pois a assistência espiritual e religiosa era mais importante que tudo o que se via em volta do santuário”. Não faltou a algazarra das crianças, os acordes da Banda de Música e o canto dos escoteiros, completando a festa, no lado de fora (Tribuna da Imprensa, 04 dez. 1960).



**Figura 12:** Helicóptero pousando na chegada do presidente Juscelino Kubitschek.  
Fonte: Acervo Luiz Mello



**Figura 13:** Chegada do Cardeal Arcebispo Dom Jaime de Barros Câmara. Fonte: Acervo Luiz Mello



**Figura 14:** Fotos da inauguração da Matriz de São Daniel, com destaque a presença do presidente da República, Juscelino Kubitschek.  
Fonte: Acervo Luiz Mello.

Destaca-se o relato de antigas moradoras – Durvalina Augusta Costa e Luzia Camila Alves – registrado pelo historiador Fábio Saraiva Silva (2004) que associam a inauguração como um momento especial de sociabilidade e fortalecimento de laços comunitários.



“Um dia muito, muito bonito, com festas, bandas de música, fogos, onde todos participaram” (COSTA, 22/02/2004. Apud. SILVA, 2004, p.27).

Foi muito bom, foi uma coisa grande, bonita, eu não sei explicar de tão bom que foi. A festa foi muito linda, fogos, música, tinha festa o mês inteiro. Aquilo alegrou os moradores, foi uma coisa muito linda. Tá vendo esse campo? Veio o Presidente de helicóptero (ALVES, 15/02/2004. Apud. SILVA, 2004, p.28).

Do modo que a construção da igreja mobilizou inúmeras personalidades e políticos para sua realização, muitos foram movidos diretamente por interesse pessoais e, portanto, em pouco tempo passaram a ser expostos, como na nota publicada por Hélio Fernandes<sup>29</sup>, na coluna Fatos e Rumores, revelando uma “troca de favores” entre Salomão Manela (construtor), que “realizou de graça (gastando perto de quatro milhões de cruzeiros do seu bolso) as obras da capela de São Daniel” em troca de uma licença para realização de uma “obra condenada”. O edifício em questão começou a ser construído na gestão de Francisco Negrão de Lima, em Copacabana, na entrada do túnel novo, numa rocha fronteira ao Hospital dos Estrangeiros, “sufocando-o e condenando os doentes ali internados a ficarem sem ar, sem vista, inteiramente emparedados” e, portanto, houve inúmeros protestos. Posteriormente, na gestão de José Joaquim de Sá Freire Alvim, o processo passou a tramitar na procuradoria, onde,

O Sr. José Emídio (um homem de espírito público acima de qualquer interesse) deu parecer magistral, opinando pela cassação da licença dada para a obra. Todos os pareceres dos órgãos consultados condenam a obra. Mas, mesmo assim, a empresa continuou a trabalhar, com ligeiras interrupções, quando a grita da imprensa foi maior.

Veio, então, o sr. Sette Câmara, e começaram os acordos de bastidores. Tendo a firma construtora desse edifício (Salomão Manela & Cia. Ltda.) nomeado um sobrinho de dona Sara [Kubitschek] para o seu departamento jurídico (que é numerosíssimo, quase tão grande quanto seu departamento de engenharia), foi autorizado a continuar a obra, mesmo sem licença” (Diário de Notícias, 09 dez. 1960).

Durante a gestão de Sette Câmara, a referida obra ocorreu “com autorização dada por dona Sara [Kubitschek] em bilhetinhos (apenas), cumpridos, rigorosamente”, pelo então governador, apesar de “sem licença, com pareceres contrários da Procuradoria, da Secretaria de Viação e todos os órgãos consultados” (ibidem). Visando esclarecer possíveis “inverdades a respeito da construção da Igreja de São Daniel, em Manguinhos”, o Monsenhor Francisco Bessa solicitou a imprensa ampla veiculação de uma nota, alegando que,

---

<sup>29</sup> Hélio Fernandes (1921-2021) foi um jornalista brasileiro. Sua história profissional confunde-se com a própria história da Tribuna da Imprensa, jornal de que foi proprietário de 1962 até sua morte em 2021.

“Ficam à disposição de quaisquer pessoas a contabilidade e os documentos relativos à construção da Igreja, nos quais se positiva a improcedência das afirmações aludidas.

A contribuição a que se refere o jornalista, se bem tão valiosa quanto as outras, do ponto de vista cristão, foi materialmente insignificante, pois assumiu a forma de cooperação de dois ou três operários nos últimos dias de construção. É para lastimar que se cometa a leviandade de se associar a construção de uma igreja à satisfação de interesses materiais” (BESSA, 13 dez. 1960).

Após a inauguração do templo, a família Sette Câmara, deixou o Rio no dia 20 de dezembro, muito saudosos e agradecidos ao povo carioca que, durante os sete meses de governo os apoiou, com destino a Genebra, onde chefiaria a delegação brasileiros aos oito órgãos internacionais filiados à ONU, propiciando “grande oportunidade em sua carreira diplomática”. A despedida, ocorrida no Aeroporto Internacional do Galeão, contou com a participação de inúmeras pessoas, “desde os simples servidores que trabalharam durante largo período de tempo ao lado do diplomata Sette Câmara, passando por Deputados, elementos-chave de nossa administração e até Ministros”. A movimentação do aeroporto foi intensa desde a chegada do ex-governador da Guanabara, acompanhado de sua esposa e dos filhos, José Augusto e Daniel, recepcionados e “saudados pelas bandas de música do Instituto São Luiz, filiado ao Departamento Masculino da Casa da Criança e dos Escoteiros São Daniel do Parque São José, que desfilaram em sua homenagem”. Nesta ocasião, “foram agraciados com flâmulas e *corbeilles* de flores” (Última Hora, 21 dez. 1960).

### **2.3 – Efervescência cultural e religiosa e início do processo de invisibilidade**

O ano seguinte à inauguração foi marcado pela efervescência cultural e religiosa da comunidade, sobretudo no que tange as pinturas de Guignard, que atraíam fiéis de diversos lugares da cidade, incluindo procissões, festividades e afins. A primeira Procissão de Nossa Senhora da Conceição, da igreja de São Daniel, ocorreu em 10 de dezembro de 1961, contando com convite público, veiculado com jornais de grande circulação, noticiando que após a procissão, seria realizada uma Missa Campal, no Conjunto dos Ex-Combatentes. No mesmo dia foi realizada a Primeira Comunhão de Crianças do bairro (O Jornal do Rio de Janeiro, 30 nov. 1961). A igreja que atendia cerca de 18 mil paroquianos do Parque João Goulart e São José, apesar de toda efervescência, antes mesmo de completar dois anos de construída, já sofria ameaças de demolição para ceder lugar à uma avenida projetada pela Superintendência de Urbanização e Saneamento do Estado da Guanabara – SURSAN (Tribuna da Imprensa, 21 ago. 1962). Este fato gerou tamanha indignação de defensores da arte moderna e da igreja de São Daniel, como de Jayme Maurício, que descrevia o caminho tortuoso e sem sinalização para

chegar à igreja pela Avenida Brasil, onde já não existiam as setas indicativas de antes, bem como também pensava já não existir muitas coisas mais, incluindo

amor e respeito, nesse trágico desleixo brasileiro pela segunda etapa das coisas antes recebidas com alegria o melhor da nossa sensibilidade e instinto. Aos poucos o mundo modesto e feliz dos habitantes do Conjunto Residência de São José vai se abrindo com hostilidade aos olhos do cronista e pela voz de suas crianças, suas mulheres e seus velhos chegamos ao templo. Eis que surge, claro e puro, em meio à um pequeno e belo jardim antes inexistente, com sua forma de círculo raiado, uma concepção muito simbólica de Niemeyer (Correio da Manhã, 16 ago. 1962).

O fato em questão foi esclarecido pelo então diretor do Departamento de Urbanização da SURSAN, sr. Raimundo de Paula Soares, informando que, o plano de obras executadas na avenida Brasil não incluía a demolição da igreja de São Daniel, apesar de inicialmente se ter cogitada a possibilidade (Tribuna da Imprensa, 05 set. 1962). Esta primeira ameaça de destruição gerou na sociedade o questionamento e pressão pelo tombamento da obra, uma vez que, ainda no período de construção, já se cogitava o seu tombamento<sup>30</sup> (Jornal do Brasil, 10 nov. 1960; Diário de Notícias, 16 ago. 1962). Tamanha mobilização, a igreja foi visitada em 20 agosto de 1962 pelo embaixador Sette Câmara, junto ao ministro Gama Filho e sua esposa, idealizadora da igreja. Na ocasião, Elba Sette Câmara, “mostrou-se satisfeita com a conservação da igreja e dos jardins que a circundam”, apesar das obras nas imediações colocarem a obra em situação de inacessibilidade (Tribuna da Imprensa, 21 ago. 1962).

Somente em fevereiro de 1963 o arquiteto Oscar Niemeyer visitou a igreja de São Daniel, projeto seu que não conhecia construído, ficando “extasiado ante ao trabalho de Guignard” (Correio da Manhã, 09 fev. 1963; Última Hora, 5 mar. 1963). O mesmo ano também foi marcado pela realização de uma missa especial, integrando as diversas homenagens em memória de Guignard, após um ano de sua morte<sup>31</sup>, realizada em 25 de junho, onde ficava a Via Sacra, pintada por este grande artista brasileiro (Correio da Manhã, 21 mai. 1963; Jornal do Brasil, 21 jun. 1963). Para os que desejassem comparecer ao templo, “e conhecer uma excelente obra de integração de arquitetura e pintura em termos de arte sacra contemporânea”, foram providenciadas facilidades, como a colocação de setas indicativas e a disponibilização de condução gratuita, saindo do Museu de Arte Moderna do Rio. Ainda, para comemorar o

---

<sup>30</sup> Em 10 nov. 1960, no Jornal do Brasil, anteriormente a inauguração do templo, era noticiado que o “Patrimônio Histórico” já se dispunha a tomar a obra, “inclusive porque algumas peças ali usadas, como a pia batismal, provenientes de Ouro Preto, já são objetos tombados”. No que cerne ao tombamento, o capítulo seguinte apresenta aprofundamento e reflexões desta forma de preservação.

<sup>31</sup> Alberto da Veiga Guignard faleceu em Minas Gerais, no dia 25 de junho de 1962.

terceiro ano de fundação da igreja, foram realizadas várias solenidades, organizadas pelo padre Júlio Kremer, vigário da paróquia, contando com missa, procissão e quermesse (Diário de Notícias, 21 jun. 1963).

Nos anos seguintes se intensificou o abandono, pela ausência de atuação do poder público na preservação do bem, como nos cuidados com o entorno da edificação e acessos. Em contraponto, as atividades religiosas e sociais continuaram ocorrendo, a exemplo dos festejos juninos ocorridos em 1964, organizado pelo Grupo Escoteiro São Daniel, tendo apoio da administração Regional de Ramos, que tinha “à frente o dinâmico engenheiro Osvaldo Piragibe” (Diário de Notícias, 4 jul. 1964 e 26 set. 1964). Os Escoteiros São Daniel eram bem atuantes e, em 19 out. 1965, junto aos escoteiros e lobinhos do grupo de Siqueira Campos, colaboraram na distribuição de guloseimas e refrigerante e na orientação aos participantes da festa da família do Correio da Manhã.



**Figura 15:** Escoteiros e lobinhos do grupo de Escoterismo São Daniel, colaborando no festejo para os filhos de empregados do Correio da Manhã, em 19 out. 1965. Fonte: Correio da Manhã, 21 out. 1965.

As setas indicando a localização da edificação, somente foram instaladas em 1965, cobradas por meio de apelos publicados na coluna da jornalista Pomona Politis, no periódico Diário de Notícias (30 mar. 1965 e 29 abr. 1965). Neste período, Padre Sebastião Lourenço Vieira já era o pároco e deu continuidade e apoio às festividades da comunidade, como a festa do Padroeiro São Daniel, ocorrida entre os dias 19 e 23 de julho de 1965, com intensa programação litúrgica e cultural, incluindo tríduo em louvor ao Santo Padroeiro, Jogos Olímpicos para as crianças, alvorada com fogos, missa campal, procissão, quermesse, leilão e diversos horários de missa extraordinários (A Cruz, 25 jul. 1965).

Grandes embates ocorreram em 1966, onde “todo esse patrimônio estava sendo ignorado e até mesmo sujeito a deterioração, pela falta de recursos e de conservação adequada”. Por este motivo, Elba Sette Câmara resolveria então “transferir a Via Sacra para o Museu de Arte Moderna, contrariando seu amigo, o Cônego Bessa, que desejaria levá-la para a sua Igreja de São Judas Tadeu”, assim a obra ficaria ao “alcance dos que visitam a Guanabara” e “pelos apreciadores das artes plásticas, e, ao mesmo tempo, ficar sob a proteção técnica adequada” (Jornal do Brasil e O Globo, 23 abr. 1966). Na ocasião, o padre Sebastião Lourenço<sup>32</sup>, responsável pela paróquia, defendia a permanência dos quadros na igreja e afirmava que “em hipótese alguma” permitiria que tirassem os quadros<sup>33</sup>. A defesa se dava pelos “dramas socioeconômicos” do local e lutava pela permanência do que se tinha:

Os quadros de Guignard, por exemplo, único adorno da igreja são defendidos por toda a população. Quem conseguir abrir a porta da igreja à noite, ou cortar o alambrado que protege os vitrais, fará tocar o alarme. No dia em que isto acontecer duvido que eu possa segurar a população do Parque São José (Correio da Manhã, 24 abr. 1966).

A relação de Padre Sebastião com a comunidade de Manguinhos era de muita confiança e gostava de onde estava, apesar de algumas restrições à obra de Niemeyer<sup>34</sup>. Acostumou-se ao

---

<sup>32</sup> Padre Sebastião Lourenço Vieira foi ordenado com 26 anos, e esteve responsável pela Igreja de São Francisco Xavier, pouco antes de assumir a Paróquia de São Daniel. Possuía ideias e filosofia próprias e não usava batina nem clérigima na comunidade, pois não queria “humilhar ninguém” e preferia andar “vestido à paisana”, utilizando a “batina só para officiar missa e ministrar a consagração” (Correio da Manhã, 24 abr. 1966).

<sup>33</sup> A Via Sacra de Guignard, foi especialmente pintada para a igreja de São Daniel, composta de quatorze quadros, de 90cm<sup>2</sup> cada um e avaliados em Cr\$ 56 milhões em 1966, de acordo com matéria do Correio da Manhã, de 24 abr. 1966.

<sup>34</sup> Em reportagem publicada no dia 24 abr. 1966, no Correio da Manhã, Padre Sebastião apontava algumas insatisfações pós-ocupacionais: o teto, muito baixo, ficou forrado de cimento; sem janelas, fez analogia a um forno e disse ter retirado alguns vidros, pois o “calor derretia tudo, até mesmo fé”; “quando a instalação elétrica queimou, ninguém soube dizer por onde passavam os fios, pelo lado de fora da parede; lâmpadas nuas para iluminar a obra de Guignard”.

Parque São José, tornando-se “amigo de todos”, como de Luiz Antônio que descreveu sua amizade com o Padre Sebastião:

De todos eles, foi o meu grande amigo. Conheci-o com 10 anos. Cresci com ele (...) O perfil político dele era muito parecido com meu perfil político. Tinha uma ideologia ligada ao social e isso me encantava; talvez por isso que eu tenha ido, ao invés de ir para a faculdade, fui fazer o curso de Teologia porque ele me incentivou. E isso me fez levar à área do Direito, História (...). As áreas que eu estou hoje graças a essa pessoa que pra mim é um grande exemplo, não só de sacerdote, mas de cidadão (MELLO, 2021).

O abandono que se encontrava o local, para o secretário do Cardeal, monsenhor Francisco Bessa, cabia à Secretaria de Turismo, que não atentava para a riqueza artística do templo e nem sequer olhava para a situação dos moradores que ali vivem em extrema pobreza, destacando que “o pobre de Manguinhos é muito dedicado, mas não tem meios de conservar a igreja e o jardim”. Quanto ao Patrimônio, o monsenhor esclareceu que na ocasião a igreja não havia sido arrolada em nenhum tombamento, “quer pelo Patrimônio Histórico de Minas Gerais, quer pelo [Patrimônio Histórico] da Guanabara”. Quanto à atitude do Padre Sebastião Lourenço, no que tange a não permissão de retirada das telas de Guignard da Igreja, afirmou ser “este assunto da alçada da Cúria Metropolitana e da Comissão de Arte Sacra” (Correio da Manhã, 30 abr. 1966).

As notícias sobre o abandono e descaso com a preservação do bem foram intensificadas no período entre maio e agosto de 1966 por meio de jornais como o Correio da Manhã, Diário de Notícias, O Globo e Jornal do Brasil, além de cobranças por políticos e personalidades influentes na gestão municipal do período, do governador Negrão de Lima. Sua própria esposa, Ema Negrão de Lima, se queixou do abandono do entorno, com as vias obstruídas e o asfaltamento danificado, após assistir missa no local, a ponto de ser o primeiro assunto do despacho de 16 de maio de 1966 do Governador com o Secretário de Obras, Sr. Raimundo de Paula Soares, determinando “a imediata conservação da igreja, como a melhoria geral das condições da favela” (Jornal do Brasil, 17 mai. 1966).

No início do supracitado período, foi noticiado que o Secretário de Turismo, Ministro João Paulo do Rio Branco, tomaria providências para preservar a Igreja de São Daniel e seu valioso acervo artístico, bem como comparavam o potencial turístico, em analogia ao caso da Pampulha (Correio da Manhã, 8 mai. 1966; Jornal do Brasil, 13 mai. 1966). Propostas para utilizar o patrimônio artístico da Igreja, de qualquer forma, a fim de obter recursos para sua manutenção enfrentariam dificuldades de aceitação por parte do Padre Sebastião Lourenço,

dado seu temperamento, apesar das dificuldades financeiras para conservação do templo (O Globo, 19 mai. 1966).

Frente à defesa da conservação da obra, Elba Sette Câmara apontava que não podia acontecer de ser perder “a obra de Guignard, ou que ninguém a veja em condições razoáveis pela incúria e a falta de carinho de todos os que são responsáveis pela sua conservação”. Ela afirmava que “Guignard ficaria triste se os seus quadros fossem retirados da Igreja de São Daniel”, bem como ela também ficaria, mas alertava que isso acabaria acontecendo, se não fizessem algo para proteger os quadros, e para que todos pudessem vê-los. Para Elba, “o ideal seria o tombamento da igreja”, pois assim:

alguém tomaria conta daquilo, que é uma beleza. Enquanto isso poderiam tornar a asfaltar o lugar, como antigamente, a recolocar as setas indicando o caminho às pessoas que gostaria de visitá-la e, certamente, não negariam uma esmola à Igreja. O que já ajudaria a mantê-la (O Globo, 19 mai. 1966).

Após bastante repercussão e cobranças públicas e atendendo os apelos da coluna “Ibrahim Sued Informa”, do Diário de Notícias, o governador Negrão de Lima convidou o colunista para uma visita à Igreja de São Daniel, que se encontrava “abandonada”, a fim de tomar providências. Pouco tempo depois o “Patrimônio” realizou o tombamento da Igreja de São Daniel, a fim de proteger a Via Sacra, sendo assinado pelo Governador Negrão de Lima e publicado no Diário Oficial em 29 de agosto de 1966. Apesar de tombado pelo Patrimônio Histórico do Estado da Guanabara, a conservação do templo continuou em descaso, bem como dos quadros que compunham a Via Sacra.

Por solicitação do Governador de Minas Gerais, Israel Pinheiro, ao Governador do Estado da Guanabara, Francisco Negrão de Lima, em meados de outubro de 1967, os quadros da Via Sacra deixaram pela primeira vez a igreja de São Daniel, em direção à Belo Horizonte, para serem expostos e para que o Presidente Costa e Silva pudesse apreciá-los quando o Governo Federal se instalasse na Capital mineira (Jornal do Brasil, 12 out. 1967). Este fato gerou, mais uma vez, mobilização e protesto por parte das colunas de jornais, como por parte de Jayme Maurício:

O governo da Guanabara que nunca ligou a mínima para a Capela de São Daniel, acaba de cometer uma grande violência ao retirar toda a Via Sacra, protegida num enquadramento especial, para simplesmente mostrar os quadros durante a estada do presidente Costa e Silva em Belo Horizonte. Embora o absurdo de medida tão subserviente quanto perigosa para os quadros, esperamos ao menos que resulte em algo proveitoso: os quadros estão precisando de verniz e certos cuidados que somente Edson Motta poderá fazer,

e a capela de um pouco de atenção dos srs. Carlos de Laet, do Turismo, e Gama Filho, da Secretaria de Educação. O Patrimônio Artístico do Estado está completamente desequipado, sem condições para cuidar das pinturas; a conservação da capela está às baratas, com um jovem sacerdote, burocrata e completamente alheio à importância da sua capela. Quanto ao acesso, é uma vergonha: não há estrada, não há acesso, não há nada, nem sequer indicação nos manuais turísticos da existência da Capela. Esperamos que o sr. Negrão de Lima cuide agora disso tudo. E cuide, também, do imediato retorno dos quadros, que por artes da política mineira talvez estejam ameaçados de ser encaminhados para Ouro Preto, como querem e tramam alguns (Correio da Manhã, 17 out. 1967).

Os quadros foram expostos no Museu de Arte Moderna da Pampulha, em uma exposição que reuniu as mais belas peças de arte sacra, num claro contraste entre a oitocentista com a moderna, observada na mistura de diversos quadros de Ataíde<sup>35</sup> aos de Guignard e Portinari<sup>36</sup> (Manchete, 06 jan. 1968). Passado quase um ano da cessão, em meados de 1968 começou a ser noticiado o “sumiço das pinturas de Guignard”<sup>37</sup>, provocando as mais “contraditórias explicações”, fazendo o caso repercutir na Assembleia Legislativa, incluindo requerimento de informação ao Executivo sobre: se as pinturas foram realmente cedidas para uma exposição em Belo Horizonte, e, no caso afirmativo, quem autorizou?; por que não foi providenciado o retorno até o momento, pela Divisão de Patrimônio Histórico?; sob a responsabilidade de quem se achavam as pinturas?; como a Divisão de Patrimônio Histórico justificava a ausência dessas obras do monumento histórico de origem? (O Jornal, 22 jun. 1968). Na Câmara da Guanabara, o deputado conservador Carvalho Neto subiu à tribuna pedindo esclarecimentos ao governo e criticando os padres comunistas, alegando que poderiam estar por trás do episódio (Época, 2017).

Na repercussão do “sumiço”, em 9 jul. 1968, os Estados da Guanabara e Minas negavam estar com os quadros. A subchefia da Casa Civil do Governador Negrão de Lima, afirmava que os 14 quadros que compõem a Via Sacra, pertencentes a Igreja de São Daniel e que foram dados como sumidos, estavam emprestados ao Governo de Minas Gerais. No entanto, em Belo Horizonte, a chefia da Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Minas Gerais, sob responsabilidade do Prof. Silvio de Vasconcelos, afirmava que as telas haviam sido devolvidas “mediante recibo ao diretor do Patrimônio do Estado da Guanabara”, Prof. Trajano

---

<sup>35</sup> Mestre Ataíde é considerado um dos maiores nomes e um divisor de águas na história da pintura brasileira e o maior representante da pintura do Brasil colonial.

<sup>36</sup> As vias-sacras expostas foram respectivamente a pertencente à Igreja de São Daniel, na Guanabara, à Igreja da Pampulha, em Belo Horizonte.

<sup>37</sup> Em 8 de julho os jornais do Rio estampavam a manchete: “Quadros de Guignard somem na Guanabara” (Época, 24 out. 2017)



Quinhões, “depois de convenientemente embalados e transportados de avião para o Rio com todas as cautelas” (O Globo, 9 jul. 1968). Apesar da afirmativa, o Prof. Trajano Quinhões negou que tenha recebido a obra de volta, a propósito tinha “toda documentação do empréstimo em mãos” e, numa tentativa de reaver os quadros, “encaminhou ofício ao governador Negrão de Lima”, acreditando haver “equivoco em torno do caso” (Diário do Paraná, 10 jul. 1968).

Os quadros tidos como desaparecidos entre Belo Horizonte e Rio estavam na residência da família Sette Câmara, a mesma celebrada na ocasião da inauguração da Igreja. Elba Sette Câmara alegou que “são de sua propriedade pessoal e não do Governo carioca”. Justificou ter ganho os quadros em dezembro de 1960, do pintor, que a homenageou com dedicatória no verso de todas as 14 telas e uma “à querida Lúcia Flexa Lima” senhora da sociedade carioca, de quem Guignard gostava muito. Percebe-se que a narrativa anterior de defesa da permanência dos quadros para a igreja, vinculada à salvaguarda ao direito coletivo e a compreensão das obras como bens integrados à capela, foi substituída pelo direito individual e de autoria artística acima do interesse público.

As telas não foram devolvidas ao templo com a alegação que o madeirame interno estava sendo “carcomido pelo cupim” e como são pintadas em madeira, as telas corriam grave risco. Era noticiado que o padre responsável pela guarda dos quadros, “nada fazia por protegê-los, como ainda se recusava a aceitar que uma empresa, contratada pelas proprietárias, realizasse sem qualquer ônus para a paróquia as obras de substituição da madeira infestada de cupim” (Jornal do Brasil 10 jul. 1968). Destaca-se que não foram identificadas fontes sobre consulta à comunidade no que tange o retorno da obra ao templo religioso.

Foram realizadas sondagens e providências visando à reconstrução da capela, por parte de Elba Sette Câmara, mas encontrou

forte resistência por parte dos próprios padres, que se recusavam a colaborar nesse trabalho, alegando não terem condições para acomodar o operariado encarregado de executar o serviço. A partir dessa ocasião, procurou um meio de recuperar os quadros. Os padres não deixaram retirá-los da igreja, porque se consideravam proprietários das telas. E o Patrimônio Histórico da Guanabara também se julgava dono dos quadros. Ninguém reconhecia seus direitos sobre as 14 obras de Guignard (O Globo, 10 jul. 1968).

De repente, surgiu a oportunidade esperada, conforme relatou Elba. Os quadros foram para Minas, integrar uma exposição de arte sacra em homenagem ao Presidente Costa e Silva, que instalou o Governo Federal no Estado. Ao retornar para o Rio, os quadros estiveram sob responsabilidade de Edson Antônio Arges, oficial do Gabinete do Governador Israel Pinheiro

e entregues no Rio a José Faria<sup>38</sup>, diretor do Banco do Estado de Minas Gerais na Guanabara e uma espécie de “cônsul” do Governo mineiro no Rio.

Depois de abrir o caixote onde se encontravam os quadros, [José Faria] reparou – e ele quem conta – que o verniz dos quadros estava um pouco descascado, precisando de reforma. Enviou as telas ao Sr. Edson Mota, chefe do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pedindo-lhe para envernizá-los novamente. A essa altura, Dona Elba Sete Câmara não perdia de vista os quadros. Quando eles foram devolvidos ao Sr. José Faria, ela lá estava para recebê-los em nome da igreja. E dali foram diretos para sua casa, [...], muito embora o fato de estarem lá tenha colocado em risco a boa amizade entre os governos da Guanabara e de Minas (O Globo, 10 jul. 1968).

Elba afirmava que não pretendia ficar com os quadros em sua casa, “pois a obra de Guignard é para ser vista por todos” e que os recolocaria na igreja de São Daniel quando o templo estivesse em condições de recebê-los de volta, com segurança para a conservação da obra. O Cardeal D. Jaime Câmara, seu secretário Monsenhor Bessa, o Vigário Geral D. José de Castro Pinto e o padre “responsável pelo abandono” em que se encontrava a igreja de São Daniel foram devidamente informados da decisão, em tempo oportuno, bem como o Governador Negrão de Lima foi cientificado. De todo modo, também os quadros não seriam devolvidos ao Governo da Guanabara, “porque, além de não pertencerem ao patrimônio público, estariam correndo risco de destruição se retornassem à igreja de São Daniel”, afirmava ela. Caso o descaso pela conservação do templo persistisse, cogitava-se a possibilidade de doação da Via Sacra à Catedral de Brasília, conforme discutido com o arquiteto Oscar Niemeyer, autor de ambos os projetos, pois queria “devolvê-los à visitação pública” (Jornal do Brasil 10 jul. 1968). Essa opção seria, possivelmente, coerente com o desejo de Guignard, uma vez que seria outra obra de Niemeyer. Outras possibilidades aventadas foram o Museu de Arte Moderna do Rio ou a Igreja de São Francisco, em Ouro Preto, que não possuía Via Sacra e na opinião de Silvio Vasconcelos, reuniria em monumento artístico Guignard, Aleijadinho e Ataíde, três artistas dedicados a Minas, “o que muito alegraria Guignard, se ele vivesse” (Jornal do Brasil, 12 jul. 1968).

O assunto da propriedade era novo e delicado. Até então, ninguém havia discutido se Guignard pintara de graça para a Igreja ou para dona Elba. Diante da celeuma, o marido de dona Elba, Sette Câmara, então representante do Brasil nas Nações Unidas, usou a diplomacia. Escreveu ao arcebispo do Rio de Janeiro, dom Jaime Câmara, explicando a situação. Como resposta, o religioso, que era seu amigo, abriu mão da propriedade dos quadros. Sette Câmara mandou reconhecer em cartório a autenticidade da carta. A polêmica

---

<sup>38</sup> Ex-secretário do Governo de Israel Pinheiro.

sobre o destino do conjunto continuou por algum tempo na imprensa até ser completamente esquecida (Época, 24 out. 2017).

A falta de providências do Governo e resistência do pároco local, na realização de obras de reparos, no sentido de cuidar da igreja, para que os quadros não fossem danificados, como vinha acontecendo, em virtude da umidade dentro do templo, fez com que Elba desistisse de devolver os quadros. Encerrada as polêmicas, discretamente, repartiu a Via-Sacra com Lúcia Flecha de Lima, ficando sete obras para cada uma.



**Figura 16:** Elba Sette Câmara e Lúcia Flecha Lima com as obras de Alberto da Veiga Guignard, em 1968. Para provar propriedade dos quadros, exibem o verso das obras, onde o autor fez uma dedicatória com os nomes delas. Fonte: Arquivo/ Agência O Globo

### 2.3 – Processo de patrimonialização da arquitetura moderna: o caso da Igreja São Daniel

Fonseca (2009, p. 37) aponta que, em termos jurídicos, a noção de patrimônio histórico e artístico nacional, no Brasil, se apresenta primitivamente na Constituição de 1934, como sendo objeto de proteção obrigatória por parte do poder público. No entanto, somente em 1937, com o decreto-lei n. 25, que se regulamenta a proteção dos bens culturais. Nesse sentido, compete ao poder público, portanto, exercer a proteção dos “valores culturais ínsitos no bem material, público ou particular, a cujos predicamentos, particulares ou peculiares é sensível a coletividade e importa defender e conservar em nome da educação, como elementos indicativos da origem, da civilização e da cultura nacionais” (ROCHA, 1967 apud FONSECA, 2009, p.39).

No entendimento das políticas de preservação patrimonial abranger âmbitos além dos conjuntos de atividades que visam à proteção de bens em sua feição material, considera-se, de amplo modo, a garantia do “direito à cultura dos cidadãos” como objetivo dessas políticas (FONSECA, 2009, p.39). É importante ressaltar o reconhecimento de “cultura” enquanto valores que denotam a “identidade da nação”. Nesse aspecto, a proteção jurídica busca assegurar a permanência dos “valores culturais” identificados em seus objetos de proteção, através do agenciamento físico-material, que só podem ser compreendidos através de suas características. O tombamento, enquanto instrumento jurídico de proteção da integridade física não é por si só suficiente à sustentação de uma política pública de preservação, tendo como premissa as condições de acesso a valores e significados que justifiquem sua preservação.

Chuva (2017) e Nogueira (2005) destacam a participação dos intelectuais modernistas na concepção das políticas patrimoniais no Brasil, na busca de uma identidade cultural nacional. Mesmo com as mudanças na atuação, e descentralização, durante as décadas de 1950 e 1960, onde “a ideologia do desenvolvimento atrelou o nacionalismo aos valores da modernização” (FONSECA, 2009, p.141).

Como objeto de análise, o bairro de Manguinhos detém significativo número de bens edificados com interesse cultural reconhecido pela instância federal, estadual e municipal de preservação, dado a excepcional presença do Conjunto arquitetônico da Fiocruz em Manguinhos. No complexo de favelas vizinhas à Fiocruz, encontra-se a Igreja de São Daniel Profeta, “templo simples de linhas contemporâneas”, projeto do renomado arquiteto Oscar Niemeyer, inaugurada no início da década de 1960 e tombado pelas instâncias estadual e municipal da cidade do Rio de Janeiro.

O tombamento federal da igreja chegou a ser defendido como solução para evitar o risco de demolição em 1962. Como narrado por Jayme Maurício, que já havia uma sinalização do Diretor do SPHAN da sua importância e de seu iminente tombamento. Essa promessa de reconhecimento por personalidades, artistas e intelectuais contribuía para tranquilizar, de certo modo, os moradores, pois havia ouvido,

do próprio diretor do Serviço Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico, sr. Rodrigo Mello Franco de Andrade, que a igreja seria, pelo seu valor artístico, brevemente tombada. Naturalmente nesta altura já não pertencia apenas ao Estado da Guanabara e à Cúria Metropolitana, mas também ao Patrimônio Histórico e Artístico, e o crime de destruição de uma obra de arte sacra do nosso tempo, tão raras na Guanabara, não seria desrespeitada. Os tratores da Sursan não passariam pelas telas de Guignard nem pela criação religiosa de

Niemeyer para sua terra natal, sem antes passarem pelo corpo fatigado, mas sempre iluminado de nobres energias do mestre Rodrigo M. F. de Andrade. Nem tampouco os artistas e intelectuais cariocas o permitiriam. Ou o próprio governador Carlos Lacerda. Ponderaram os moradores, ainda inquietos, que assim fosse qual a razão pela qual tantos políticos estavam fazendo comícios no local, prometendo em troca de votos, que não permitiriam a destruição da igreja e seu tesouro de arte para a passagem à alguns pedaços de estrada (Correio da Manhã, 16 ago. 1962).

Ao propor uma lembrança às igrejas projetadas pelo arquiteto, ateu e comunista convicto, Oscar Niemeyer, talvez nossos pensamentos se voltem as mais conhecidas obras, como a igreja da Pampulha, a Catedral Metropolitana de Brasília ou até mesmo a Igrejinha (Capela Nossa Senhora de Fátima). Entre capelas e igrejas, algumas apresentam interfaces icônicas e importantes cartões postais de cidades, 16 obras religiosas foram projetadas por este homem cético, durante sua carreira (CNBB, 2018).

Compreendendo o processo das práticas de preservação no país e a relação dos intelectuais e, sobretudo, os arquitetos modernistas, a partir da atribuição de valores, a igreja obteve seu reconhecimento como patrimônio em 1966, através da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara (DPHA-GB). A partir de 1975, com a fusão do Estado da Guanabara e do Rio de Janeiro, a DPHA-GB com seu corpo técnico passou para a esfera municipal. No entanto, como esclarece Andrade (2014) os bens patrimoniais tombados pela Divisão foram assumidos, por determinação da justiça, pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), criado também em 1975.

Segundo Andrade e Pamplona (2014) a DPHA-GB foi criado em 31 de dezembro de 1964, durante a gestão do governador Carlos Lacerda, como mais uma ação integrante aos projetos comemorativos do IV Centenário de fundação da Cidade, festejado, em 1965. Sua criação está contextualizada com o momento de descentralização das ações de preservação e o incentivo de serviços de patrimônio estaduais. Dessa maneira os estados poderiam se beneficiar da preservação, especialmente pelo retorno turístico.

A DPHA-GB englobava os Serviços de Arquivo, Museus e Tombamento. As autoras ressaltam que a criação da divisão proporcionou o surgimento das primeiras documentações a respeito da preservação e estudo da cultura carioca seguindo os fundamentos presentes na Carta de Veneza (1964). Os inventários dos bens eram compostos por recortes de jornais, fichas de vistoria, fotos e estudos.

A análise dos bens para tombamento pela divisão era exercida com extremo zelo, sempre precedida por debates, críticas, pesquisas, estudos, análises de pesquisadores, arqueólogos, artistas plásticos, museólogos, teatrólogos,

historiadores, antropólogos, folcloristas, juristas, entre outros (ANDRADE; PAMPLONA, 2014, p.34).

A atuação da DPHA-GB se distinguia do IPHAN por contemplar o reconhecimento de exemplares ecléticos quanto pelo método de análise que considera valores culturais e urbanos da paisagem. A inscrição do edifício da Igreja São Daniel, incluiu seu acervo pictórico e demais elementos decorativos, no Livro do Tombo das Belas Artes, caracterizando o primeiro tombamento de arquitetura moderna no Estado da Guanabara pelo DPHA-GB.

Sua configuração patrimonial atribuída não se dá somente por sua arquitetura, de linhas simples e modernas de Niemeyer. Era considerada uma harmoniosa concepção, conciliando a arquitetura, a pintura e o *décor* modernos com os cânones da Igreja Católica, apesar de toda simplicidade, “coerente não só com o local modesto, mas também com as necessidades de recolhimento e concentração” (MAURÍCIO, 1963, p. 62-64). Ressalta-se, nesse sentido, o tombamento enquanto Conjunto Arquitetônico-Pictórico, pelo valor artístico reconhecido pelo órgão de preservação. Seu interior, projetado por Heitor Coutinho, possuía diversas obras de artes, tais como:

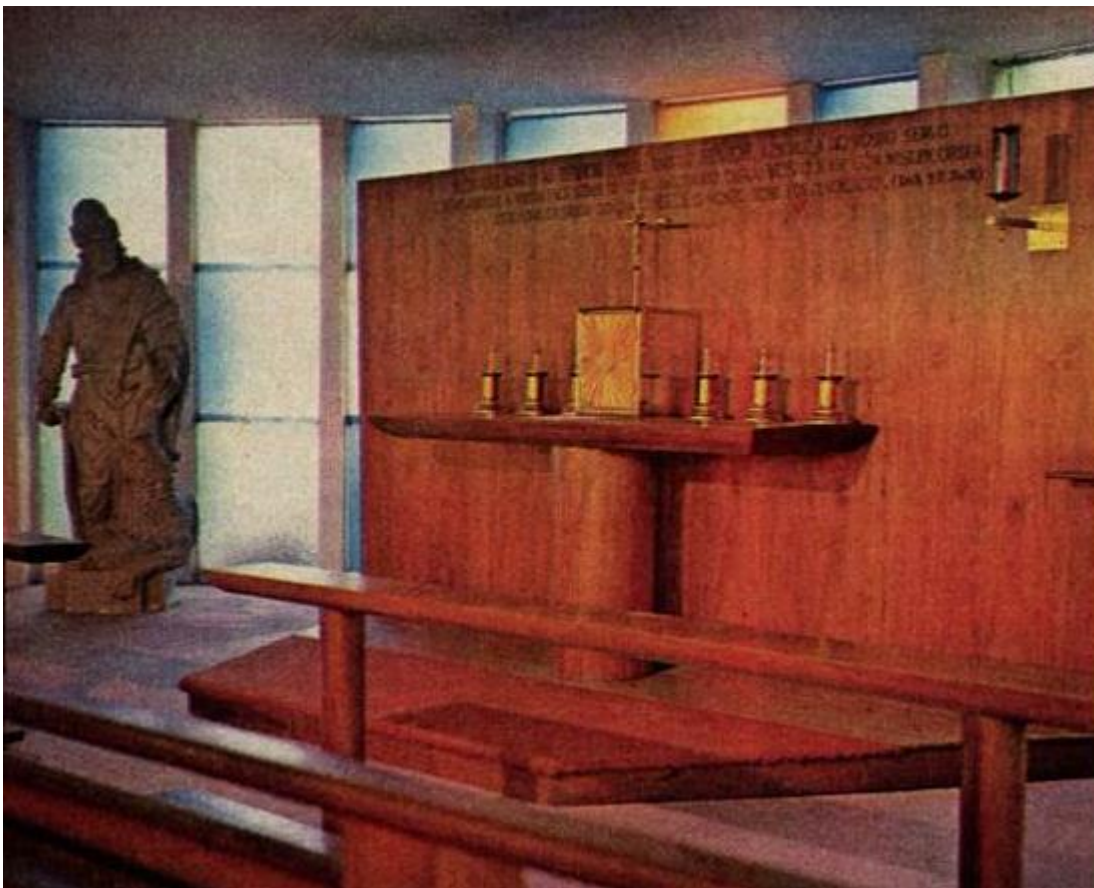
- Vitrais
- Pia Batismal em madeira de lei, oferecida pelo Museu de Ouro Preto ao Governo do Estado da Guanabara
- Altar
- A Via Sacra, conjunto de quadros pintados por Alberto da Veiga Guignard.
- Estátua de São Daniel Profeta, moldada do original de Aleijadinho moldado do original de Aleijadinho que se encontra em Congonhas do Campo
- Imagem da Virgem com o menino Jesus<sup>39</sup>.

---

<sup>39</sup> Apesar de mencionada na proposta de tombamento do conjunto arquitetônico-pictural, foram identificadas poucas descrições e fontes, podendo a imagem ter sido acrescentada nos primeiros anos das atividades litúrgicas.



**Figura 17:** Escultura de São Daniel Profeta, pia batismal em madeira maciça e parte do conjunto de quadros da Via Sacra, respectivamente. Fonte: INEPAC



**Figura 18:** Imagem de parte do aspecto interior da igreja de São Daniel com enfoque no altar do templo e reprodução do profeta, moldado do original de Aleijadinho. Fonte: Revista Manchete, 6 jul. 1963 (ano 11, n. 585). Foto de Nicolau Drei.

Por essa singularidade, durante muitos anos, a igreja foi inserida em roteiros históricos-turísticos<sup>40</sup>. No entanto, não obstante seu valor cultural, desde o seu tombamento, a igreja e seu

<sup>40</sup> Foram identificadas notícias de jornais indicando convites à visita, bem como junto de outras importantes igrejas e bens culturais. Comumente divulgada em jornais da época, conforme figura 19.



entorno não receberam conservações adequadas, no que resultaram na vulnerabilidade do bem em menos de dez anos após sua inauguração, evidenciando, assim, as fragilidades da prática de preservação por meio das políticas públicas em favelas. Devido à falta de resposta às demandas contínuas por manutenção, o processo de deterioração foi intensificado, por se juntar às condicionantes físicas e sociais do local de sua inserção.



**Figura 19:** Recorte de Jornal destacando a igreja como local de visitação.

Fonte: O Globo, 10 set. 1966.

Até meados da década de 1970, grande parte das habitações – “casebres” – eram horizontais e em baixa densidade, além de representar “vestígios da maior pobreza” (MAURÍCIO, 1963, p. 64). Atualmente, no entorno imediato, as construções configuram-se como grande aglomeração relativamente verticalizada<sup>41</sup>. A “arquitetura do acaso” (JACQUES, 2003), a partir da substituição dos materiais e adensamento populacional, constrói percursos de surpresas revelando uma sucessão de pontos de vista e pontuando uma série de contrastes súbitos. Entre becos e vielas, desvenda-se um patrimônio histórico-arquitetônico.

Por meio da necessidade constante de manutenção, intrínsecas as construções, e por se juntar as condicionantes físicas e sociais do local de sua inserção, a igreja de São Daniel sofreu, ao longo do tempo, pela negligência dos responsáveis por sua proteção. Com a falta de manutenção, em um curto período, a igreja já apresentara problemas, agravados ao longo dos anos com o completo abandono por parte dos órgãos públicos, no que tange a incapacidade de

<sup>41</sup> Grande parte das edificações de uso misto, sendo a maioria entre 3 ou 4 pavimentos.



atendimento ao “disposto constitucional quando obriga ao Estado [a] proteger e garantir perenidade e a incolumidade dos seus bens culturais” (DPHA, 1966).

Atualmente, a edificação se encontra descaracterizada. As alterações se espalham desde os jardins e entorno, até os vitrais que compunham o sistema de envoltória/ esquadrias e que foram substituídos por paredes de alvenaria e cobogós. Foram instaladas duas portas metálicas, além de comportas, buscando impedir que as águas das inundações, recorrentes na região, invadissem a construção. A cor e o piso também sofreram alterações, o piso, inclusive, passou por uma nova intervenção recentemente. Quanto às modificações ocorridas na substituição das esquadrias por alvenaria e cobogós, foram motivadas por questões de segurança e manutenção, considerando que os vitrais eram ocasionalmente estilhaçados, em tiroteios na região. Esta mudança foi motivada tanto pela impossibilidade financeira de manutenção e troca dos vidros e esquadrias atingidas e, também, pela insegurança, com receio dos moradores por ‘balas perdidas’ nas dependências da igreja.



**Figura 20:** Aspecto geral da igreja. Fonte: Acervo Arqitetando Intersubjetividades, 2017.

Tais alterações destoaram por completo do projeto original, ocasionando o não reconhecimento da obra por Oscar Niemeyer, dentre seus projetos de templos religiosos. Como prova disto, temos o lançamento do livro “As igrejas de Oscar Niemeyer” em 2011, que não contém nenhuma menção ao referido projeto. Portanto a igreja se tornou o “patinho feio”. Este termo é derivado de uma reportagem de agosto de 2011, da Folha de São Paulo, no dia do lançamento do livro, que referenciava a ausência do templo na bibliografia do próprio autor. A

decisão de não incluir a igreja no livro foi do próprio Niemeyer que lamentou: “Não quis incluir. O projeto foi muito modificado”.

Para Niemeyer (1897), a arquitetura brasileira é discriminatória, bem como sua própria arquitetura, pois a base dessa arquitetura é a sociedade brasileira que é discriminatória e, somente com mudanças na sociedade é possível que a própria arquitetura seja feita para todos. Em contraponto, Niemeyer é identidade nacional no campo da arquitetura e, segundo Stuart Hall (2006 apud ANTUNES, 2009, p. 64), as identidades nacionais “representam vínculos a lugares, eventos, símbolos, histórias particulares”.

Ironicamente, a igreja foi incluída na lista de obras de Niemeyer tombadas pela instância municipal em 1998 (Lei n.º 2.677 de 18 de setembro de 1998). O projeto de lei proposto pelo vereador Fernando William e aprovada pelo então prefeito Luiz Paulo Fernandez Conde, trazia uma listagem de 15 edificações de autoria do ilustre arquiteto. O tombamento era simplesmente justificado pelo interesse arquitetônico, histórico e cultural das edificações de projetos do arquiteto Oscar Niemeyer construídos no Município. Essa iniciativa inaugura uma série de outras proteções temáticas, dessa vez associadas a comemorações e fundamentadas por pesquisas e estudos do instituto municipal, por representarem biografia de nomes consagrados como Roberto Burle Marx (1909-1994) e Fernando Chacel (1931-2011).

Em concordância com Fonseca (2009, p. 44) “as significações produzidas pelas diferentes leituras podem inclusive estar bem distantes da intenção ou do interesse do autor da obra – ou, no caso dos bens patrimoniais, das significações e valores que os agentes estatais autorizados lhes atribuíram enquanto patrimônio”. Nesse sentido, sua chancela de reconhecimento patrimonial, corroborado pela comunidade, traz orgulho, com sentido de legitimidade e valorização para um grupo social que vive na anomia, onde os vestígios de um patrimônio de pedra e cal continuam sendo mantidos por seus fiéis, ainda que diante de todas as adversidades vividas na comunidade.

Outro episódio de grande incômodo e depreciação da igreja foi o rebaixamento de categoria eclesiástica: de igreja para capela. Embora tenha havido esta mudança, os fiéis continuam a referenciá-la como Igreja de São Daniel, e acrescentam o “Profeta”, ratificando Daniel como profeta e não santo. Todas as modificações, apesar de ser uma edificação tombada, foram feitas pelos próprios moradores da comunidade e fiéis, de forma empírica, sem conhecimento técnico, e de acordo com as necessidades coevas. Recorrente nos diálogos, as estruturas só se mantêm até os dias atuais, graças aos esforços comunitários, na realização de

quermesses, festas, cantinas voluntárias, e até mesmo por rifas organizadas pelas crianças, trabalho árduo dos fiéis para conseguir manter o bem fisicamente, subsidiando as intervenções no templo.

Em um determinado período, cogitou-se o “destombamento” estadual da igreja, por considerar que não possuía suas características coevas. Nesse contexto, a comunidade se mobilizou e demonstrou a importância da edificação no contexto local, para além das questões de materialidade artística-arquitetônica e chancela da autoria do projeto, perpassando o uso e profissão da fé, demonstrando a relação comunidade x patrimônio, como: identitários, históricos, culturais, sociais, simbólicos, de coletividade.

#### **2.4 – Participação e mobilização social insurgente contra a ameaça de destombamento**

Além da arquitetura, outros elementos decorativos permanecem no imaginário dos fiéis e moradores de Manguinhos, por terem sido retirados do local na justificativa da falta de preservação, dado o contexto de violência local, como os quadros da via sacra pintados por Alberto da Veiga Guignard e a réplica da estátua de São Daniel Profeta de Aleijadinho. Pode-se, então, perceber que a valorização da “hóstia” como um patrimônio arquitetônico, projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer e inaugurada por Juscelino Kubitschek é um discurso de orgulho recorrente reproduzido por diversos moradores, até mesmo por alguns que não tinham um saber formal, acadêmico.



**Figura 21:** Igreja São Daniel, seu entorno com ruas esburacadas e inter-relações.  
Fonte: Acervo pessoal de fiéis, s.d.

A igreja tem sofrido com falta de investimentos para sua manutenção e conservação. Problemas estruturais, enchentes e, principalmente, a violência urbana, existentes no local, acabaram por contribuir para a descaracterização da construção. Nomeada como "hóstia"<sup>42</sup> pelos moradores de Manguinhos, é um espaço de identidade e pertencimento hoje preservado nas atitudes dos moradores. Chegar à Igreja São Daniel, é deparar-se com uma complexidade sociocultural que contribui para a formação de uma paisagem marcada por contradições e ambiguidades. Portanto, a primeira impressão associada ao entorno da edificação é de caos aos olhos "estrangeiros".

O processo de insurgência, no território de Manguinhos, é notado no período pós-PAC, pelo desespero das pessoas vivendo em situações precárias e arriscadas, se estendendo para além das causas habitacionais, no entendimento das ações e políticas públicas desintegradas. Nesse sentido, mesmo com a questão habitacional em voga, as culturais ressaltavam no discurso de partes dos moradores, não se restringindo à carência de áreas de esporte e lazer, consideradas como "cultura" no senso comum da favela. A igreja de São Daniel, se destaca pelo "tombamento" como algo de maior reconhecimento e importância. Dada à representatividade da construção e processo de identidade comunitário, a insurgência dos fiéis é marcada pelos relatos e sentimento de abandono por parte dos responsáveis legais pela preservação da igreja.

<sup>42</sup> O termo "hóstia" decorre do seu partido de planta circular, associado ao elemento presente no rito litúrgico. Além do imaginário social local, notícias de jornais associavam o partido arquitetônico ao elemento sacro.

Ao mesmo tempo parecem se sentir meramente como objeto de estudos, através dos estudos realizados por instituições de pesquisa e ensino no território, que acabam gerando insatisfações pela comunidade quanto ao pouco retorno prático, enfraquecendo e fragilizando, muitas vezes, os laços institucionais.

No âmbito da Educação Patrimonial, Horta, Grunberg e Monteiro (1999) destacam o conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu Patrimônio como fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável dos respectivos bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.

A valorização da “hóstia”, conforme conhecida na região, como um patrimônio arquitetônico estadual e municipal, é um motivo de orgulho recorrente, reproduzido em discurso de diversos moradores, até mesmo por alguns que não possuem um saber formal, acadêmico. Portanto, o tombamento é compreendido como um reconhecimento conferido pelos “outros”, isso é, o poder público e especialistas, é sentido pela comunidade uma fonte de orgulho e distinção. Esse sentido de reconhecimento suplanta a valoração do espaço físico-arquitetônico construído, de modo a evidenciar as relações sociais e espaciais ali vivenciadas, conforme pode ser observado em reportagem de 1998, que demonstra a união dos favelados a partir da recuperação da igreja por meio de mutirão popular:

Os fiéis que se aglomeram na igrejinha vão ali por que se sentem em casa. E têm motivos de sobra para achar que as paredes do templo são uma extensão dos barracos onde vivem. Foram eles, com próprio dinheiro e mão-de-obra, que reconstruíram a igreja, alvo de constantes saques, depredações e até desovas de cadáveres ao longo dos quase 30 anos. [...] Se técnicos do patrimônio estadual ou municipal fizerem uma visita ao local, irão descobrir que pouco sobrou do projeto original. [...] As lembranças de corpos jogados entre os bancos de madeira e das marcas de balas na imagem de São Daniel ainda são fortes entre os moradores [...] O medo de que tudo a volte a ser como antes é tão grande que os fiéis preferem que o prédio continue com paredes de concreto (Jornal do Brasil, 6 set. 1998).



**Figura 22:** Recorte de matéria “Capela de Oscar Niemeyer une favelados”, do Jornal do Brasil, de 6 set. 1998, apresentando parte da comunidade de São Daniel Profeta, responsável pela recuperação do templo.  
 Fonte: Instagram da Comissão de Preservação da Igreja de São Daniel Profeta.

Nessa perspectiva, em 2010 inicia-se uma mobilização popular contrária ao possível e cogitado destombamento que conseguiu estabelecer contato com o órgão estatal de tutela e justificar a permanência do tombamento. A mobilização deu-se no ano de comemoração dos 50 anos da inauguração da Igreja de São Daniel. Neste ano, diversas manifestações culturais foram organizadas pela igreja, além de esforços para uma possível restauração física do bem, confrontando a ideia de “destombamento”<sup>43</sup> cogitada pelo órgão de preservação.

<sup>43</sup> Cabe ressaltar que existem poucos textos que analisam o “destombamento” de bens culturais. O Decreto-Lei nº 2, de 11 de abril de 1969, que define os Bens Integrantes do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Estado da Guanabara e institui medidas para a sua proteção, trata sobre o destombamento dos bens, enquanto competência do Conselho Estadual de Tombamento.





**Figura 23:** Mesa-redonda "Igreja São Daniel Profeta: história e memória em Manguinhos" durante V Semana do Patrimônio: mesa "Igreja São Daniel Profeta: história e memória em Manguinhos" em 17/11/2010. Fonte: ASCOM/COC/FIOCRUZ.

Com o apoio da Casa de Oswaldo Cruz (COC), naquele ano foi organizada uma mesa-redonda que contou com arquitetos do Departamento de Patrimônio Histórico da COC, uma representante dos moradores de Manguinhos e do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – representado por Liana Carneiro Monteiro. A representante dos moradores e membro da paróquia, Michelle Oliveira, destacou o atual uso social do espaço, com a celebração de missas dominicais e a realização de aulas de alfabetização e música para a população.

Os moradores do bairro reconhecem a igreja como um patrimônio. Se a igreja está de pé é graças a comunidade. Gostaria muito de sair daqui hoje com um acordo de corresponsabilidade entre a comunidade e o Estado pela preservação desse patrimônio (OLIVEIRA, 2010. Apud. Notícias COC, 03/12/2010).

Após a apresentação da moradora, foi a vez da diretora do INEPAC que afirmou a importância do relato de Oliveira, visto que o sentido do bem cultural é ser amada pela comunidade. Informou, ainda, que não restava dúvida da relevância do tombamento estadual, mas alertou que: “Como não temos recursos suficientes para as mais de 2 mil edificações tombadas no Estado do Rio, nos comprometemos a ajudar na construção de um projeto de conservação e a buscar recursos para as obras” (MONTEIRO, 2010. Apud. Notícias COC, 03/12/2010).

Evidentemente, o orgulho cultivado pelos moradores, que valorizam a existência deste patrimônio arquitetônico dentro da comunidade, é dividido com as restrições impostas pelas

violências urbanas presentes no território conflagrado pela violência armada. Orgulho e medo marcam a região onde está inserida a “hóstia”. Com os recentes processos de transformação por qual vem passando a área, com ênfase no PAC Manguinhos, aventou-se, no plano original, a possibilidade de reestruturação urbana do entorno e valorização da igreja. Mas, o projeto não teve continuidade e a igreja permanece com as mesmas vulnerabilidades.

No aspecto das cooperações em prol da preservação da construção, a Casa de Oswaldo Cruz (COC), de acordo com seus valores e em consonância com outras ações da Fiocruz, buscou contribuir na preservação da edificação, junto a outras instituições. Esse primeiro processo, ocorrido em 2010, não obteve o êxito esperado e foi aos poucos sustada. Anos depois, ao encontro dos fiéis, as ações desenvolvidas pela COC, bem como as realizadas no âmbito de do curso de Arquitetura e Urbanismo, na Unisuam, tornaram-se espaços de mediação, e encontro do saber formal da ciência da arquitetura, com o saber comum e popular, a partir da experiência dos que vivenciam o patrimônio cotidianamente, se configurando num modo de produção compartilhada de conhecimento e informação. Dessa forma, o processo de auto-organização da sociedade e, sobretudo das camadas populares, criam o sentimento e a prática de cidadania participativa (CHAUÍ, 1995).

Através dos processos de organização social, com apoios institucionais, surgem novos esforços em prol da preservação e recuperação arquitetônica-estrutural, apoiadas por profissionais das áreas correlatas à arquitetura e engenharia, a partir da constituição da Comissão de Preservação da Igreja de São Daniel Profeta. A partir da ratificação dos valores institucionais<sup>44</sup>, e com a presença do DOCOMOMO<sup>45</sup>, a COC integra o rol de instituições apoiadoras das atividades em curso desde 2019, que integram o Projeto “60 anos de história, memórias e resistência em Manguinhos”.

---

<sup>44</sup> Destacam-se os seguintes valores institucionais: cooperação e integração; compromisso socioambiental; democratização do conhecimento; educação como processo emancipatório; visão ampliada de saúde.

<sup>45</sup> O DOCOMOMO é uma organização sem fins lucrativos que visa a documentação e a preservação das criações do Movimento Moderno. O Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio das Ciências e da Saúde (COC/Fiocruz) em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da UFRJ (PROURB/FAU/UFRJ) sediaram de 2018 a 2021, o Comitê Executivo do DOCOMOMO BR e possui entre as principais ações: campanhas de preservação e divulgação de obras de arquitetura, além de lutar contra a descaracterização e a destruição de obras representativas do Movimento Moderno no Brasil.





**Figura 24:** Reunião com representantes de fiéis da Igreja de São Daniel Profeta e moradores de Manguinhos com representantes de instituições apoiadoras, num esforço da construção da Comissão de Preservação da Igreja de São Daniel Profeta.  
Fonte: Éric Gallo, 2018.

A insurgência dos fiéis é marcada pelos relatos e sentimento de abandono por parte do órgão responsável pela preservação da igreja, marcada pela fadiga na abundância de pesquisas acadêmicas e apoios técnicos-científicos que não dão resultados além de discussões em seus respectivos âmbitos. Ao encontro dos moradores, as pesquisas desenvolvidas no âmbito da Comissão se tornaram um espaço de mediação, de encontro do saber formal da ciência da arquitetura, com o saber comum e popular, da experiência dos que utilizam o bem, se configurando num modo de produção compartilhada de conhecimento e informação. Nesse sentido, o processo de auto-organização da sociedade e sobretudo das camadas populares, criam o sentimento e a prática de cidadania participativa (CHAUÍ, 1995).

Muñoz Viñas (2010), um dos expoentes da teoria contemporânea de restauração, defende a importância dessa participação para a construção do significado sociocultural dos lugares. Para esse autor, a conservação-restauração de bens culturais deve se direcionar à manutenção dos significados dos objetos. Em face ao exposto, independentemente de todo negligenciamento e descaracterizações, a igreja mantém seu uso original no espaço, mantendo viva sua função na comunidade, sendo a memória um elemento de significância. Este patrimônio arquitetônico, mesmo renegado pelos grupos oficiais, encontra na comunidade, um

processo de valorização e preservação física para sua continuidade. Não só como espaço arquitetônico, mas também como espaço religioso e social.



**Figura 25:** Igreja é um centro comunitário que congrega a comunidade em diferentes momentos – religiosos ou não.

Fonte: COMACS/Manguinhos, 2018.

Dessa forma, entendemos que a luta social (CLIFFORD, 2008) e a memória coletiva é, em Manguinhos, chave que mantém a Igreja São Daniel Profeta como elemento integrador e de comunhão. O patrimônio que se quer manter, pelos moradores de Manguinhos, é para além do patrimônio de “pedra e cal”, o patrimônio cultural intangível ou imaterial, que se construiu e se mantém para além da materialidade da construção moderna do arquiteto Oscar Niemeyer. Para isso, a comunidade busca manter a edificação íntegra para a prática religiosa da forma como compreende ser a melhor possível, no entanto, as intervenções realizadas, até o momento, não levaram em consideração os conceitos consagrados pela teoria da preservação arquitetônica.

## **CAPÍTULO 3 – Marco socioterritorial: a Igreja como centro comunitário e de memória**

### **3.1 – Educação patrimonial como processo dialógico e participativo: experiências, trocas e vivências**

A Portaria Iphan n.137/2016, estabelece atualmente as diretrizes da Educação Patrimonial no âmbito da instituição. Ressalta-se o conceito atual de educação patrimonial:

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria, entende-se por Educação Patrimonial os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação.

Parágrafo único. Os processos educativos deverão primar pelo diálogo permanente entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades. (Portaria Iphan n.137/2016)

Nos processos participativos efetivos, no âmbito das ações de educação patrimonial, pode-se afirmar que:

É imprescindível que toda ação educativa assegure a participação da comunidade na formulação, implementação e execução das atividades propostas. O que se almeja é a construção coletiva do conhecimento, identificando a comunidade como produtora de saberes que reconhece suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social do local. (FLORÊNCIO et al, 2014)

Horta, Grunberg e Monteiro (1999) destacam o conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu Patrimônio como fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável dos respectivos bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. A ideia de que “só se preserva o que se conhece”, fundamenta na suposta relação intrínseca entre conhecer e preservar, transformou a educação em um instrumento de mediação do Estado com a sociedade desde a fundação do Iphan. No entanto, hoje essa máxima não é completamente correta. Preservamos o que nos é significativo ou o que nos afeta. Pode-se entender o processo a partir de sua existência, para conhecimento, interpretação, valorização e preservação. As ações de educação patrimonial hoje contribuem para fortalecer identidades coletivas diversas.

Bortolozzi (2008) aponta a educação patrimonial como estratégia possível e importante nas propostas alternativas para um planejamento urbano associado à gestão territorial e à inserção social das comunidades. Dessa maneira, o patrimônio cultural pode revelar caminhos e potencialidades para requalificação local através de políticas participativas, que valorizem a cidadania.

Nesse processo, Florêncio et al (2014) destaca as iniciativas educativas como recurso fundamental para a valorização da diversidade cultural e para o fortalecimento da identidade local, através do uso de múltiplas estratégias e circunstâncias de aprendizagem, construídas coletivamente e democraticamente, por meio do diálogo permanente entre os agentes institucionais e sociais, além da participação da comunidade detentora do bem cultural.

### **3.1.1 Lugar de memória**

A noção de memória construtiva, como ressalta Clifford (2008), desenvolve-se a partir da afirmação desse discurso que constrói uma memória local de um fato social que busca trazer um sentido de integridade para os moradores, a partir de suas próprias vivências.

Diretamente ligada a um simbolismo, a igreja se configura como um ícone, alcançando o intangível para os moradores de Manguinhos. Expressa o valor para a comunidade através da relação dos fiéis com o imaginário, unindo a memória e integridade do bem. Assim é o patrimônio compreendido, como é visto pelos moradores. Cauquelin (2007) aponta que uma constante revolução agita o par compreender/ver: compreende-se por que é visto, e à medida que se vê, mas só se vê, por meio e com o auxílio do que é compreendido no que é preciso ver naquilo que se vê. Nessa perspectiva, Florêncio et al (2014) compreende que quando integradas às diversas dimensões das vidas da sociedade, as experiências educativas se tornam mais efetivas, sendo percebidas nas práticas cotidianas. Portanto, em detrimento da estrita preservação material, em um processo de coisificação, “as políticas públicas na área deveriam associar continuamente os bens culturais e a vida cotidiana, como criação de símbolos e circulação de significados” (FLORÊNCIO et al, 2014, p. 21).

Para tanto, a igreja é viva na memória, sendo compreendido o valor imaterial do bem, indo além do visível, material e físico. Sua especificidade deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Para os fiéis, isto se estimula pela mediação da afetividade, de forma que se possa lembrar o passado, fazendo parte constitutiva do presente vivido. Já o ícone, pertence à ordem da prática, está voltado para o uso. Em resumo, pertence à ordem da sedução e da persuasão retórica.

Dada a compreensão da relação entre territórios urbanos e seus patrimônios culturais, permanentemente reconhecidos por seus atores sociais, é importante promover a ampliação e possibilidades de ações educativas de preservação e valorização do Patrimônio Cultural, através da promoção de políticas integradas. Dessa forma, pelo estabelecimento de vínculos das

políticas públicas de patrimônio às de cultura, turismo, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano e outras áreas correlatas, é possível favorecer intercâmbio de práticas educativas, a fim de enriquecer o processo pedagógico a elas inerente, conforme apontado por Florêncio et al (2014). Por meio das políticas intersetoriais e da interdisciplinaridade é possível maior efetividade na participação social e na otimização de recursos, possibilitando novos caminhos para à gestão das cidades contemporâneas, sobretudo, no que tange à preservação do patrimônio cultural.

### **3.1.2 – Valores associados**

Viñas (2010), defende a importância dessa participação para a construção do significado sociocultural dos lugares. Desta forma, este patrimônio arquitetônico, mesmo renegado pelos grupos oficiais e objeto de proposta de destombamento, é compreendido pela comunidade como portador de valores culturais que justificam a sua preservação material, não só como espaço arquitetônico, mas também como espaço litúrgico.

Como metodologia para a seleção de valores e significados da igreja ao referido contexto social, e para construção de uma futura declaração de significância, utiliza-se a narrativa dos moradores através de entrevistas e análises de reportagens e documentos publicados. A inter-relação entre passado, presente e memória é traduzida na afirmativa de que o “presente do passado é precisamente a memória” (FRANK, 1992, p.67 apud FERNANDES & SOUZA, 2011, p.2).

Nas entrevistas realizadas com moradores da comunidade de Manguinhos e fiéis antigos da igreja de São Daniel, nas diferentes falas, identifica-se alguns valores recorrentes: de uso, simbolismo, coletivismo, social, identitário, histórico, cultural, artístico, arquitetônico etc. Muitos valores estão ligados a imaterialidade do patrimônio em detrimento da sua forma espacial-arquitetônica.

Uso – é atribuído no sentido mais amplo da terminologia, sendo a função que a edificação possui em abrigar a prática da fé, junto ao catolicismo, através, e independente de suas condicionantes físico-naturais. Atrelado ao valor de uso encontra-se, então, o religioso. Quanto a utilização e importância do bem para a comunidade, uma moradora destaca:

[...] aquela casa ali, né, quer dizer, é um templo, mas aquele templo, como templo sim, né. Para nossas reuniões, renovar a fé tá sempre renovada. Aquela parte litúrgica, né, que a gente faz lá. E também a parte do social, a parte cultural. E aquele templo ali é de grande importância pra gente. Já está ali, a Igreja de São Daniel Profeta, já está ali há 56 anos! [...] É, praticamente todos os dias a igreja abre. [...] (entrevista com fiel 2016)

**Simbolismo** – diretamente ligada a um simbolismo, a igreja configurando-se como um ícone, alcançando o intangível para os moradores de Manguinhos, expressa o valor para a comunidade através da relação do usuário com a imaginário, unindo a memória e integridade do bem.

**Coletividade** – através do cultivo de relações mais solidárias e respeitadas aos demais fiéis, diante dos diversos e diferentes problemas presentes na comunidade. É visto como a união para o enfrentamento dos problemas pessoais.

[...] Na Igreja São Daniel Profeta, eu tenho uma equipe, eu participo do círculo bíblico, eu participo dos terços, com as senhoras da comunidade. Eu colaboro com os jovens, eu colaboro com as outras pastorais no que possível. [...] procurei sempre uma Igreja pra que eu pudesse praticar meu catolicismo, continuar ajudando a comunidade no que preciso [...] (entrevista com fiel, 2016).

**Social** – é tudo que é produzido socialmente, isto é todo trabalho sociocomunitário.

[...] também tem a parte social que é uma vez por mês dar alimentos para aqueles que precisam mais que a gente, que a gente precisa muito, mas tem ainda os irmãos que: alguma viúva, alguém que ‘tá’ acamado, que o chefe de família, seja mulher, seja homem, não estiver trabalhando a gente colabora, arrecada com demais moradores que, graças a Deus estão com emprego, e pode doar um quilo de mantimento. Uma vez por mês a gente faz este trabalho. [...] (entrevista com fiel, 2016).

Incorporado aos trabalhos sociais da igreja, inclui-se atividades voltadas aos jovens, que carecem de cultura, esporte e lazer, pouco ofertados pela administração pública. Existe uma casa paroquial, onde acontecem diversas atividades voltadas à comunidade, o Centro de Atividades São Daniel:

[...]aos sábados tem um grupo de crianças, e uns voluntários que vão fazer brincadeiras com as crianças. É.. Tem um grupo de crianças, e os voluntários realizam um trabalho com as crianças, levam o lúdico, né?! E resgatando as brincadeiras [...] O orgulho são nossos frutos, né. As nossas... Os nossos meninos e meninas que da bateria, guitarra, violão, teclado, pessoal que canta, que está envolvido no teatro. Isso é a parte boa da favela de Manguinhos. [...] (entrevista com fiel, 2016).

**Identitário** – pode ser observado na qualidade de identificação para uma pessoa, bem como para a comunidade. A igreja de São Daniel possui uma identidade única, destacada pelos moradores, como: “talvez seja a única igreja de Niemeyer numa favela”. É motivo de muito orgulho para a comunidade: “A Igreja de São Daniel, me dá assim... Muito orgulho!”. Também é vista como uma identidade na formação das famílias de Manguinhos:

[...] Pra mim, é um carinho muito grande que eu tenho pela São Daniel. Eu conheci meu esposo na São Daniel, na época do grupo jovem, nos anos oitenta. Casamos. [...] Tem outros moradores que batizaram filhos ali, que casaram filhos ali. Quando chega, fala: “Ah, meu filho casou aqui!”, “Meu afilhado

batizou aqui!”. Ou alguém que foi batizado lá, que casou lá, também. [...] (entrevista com fiel, 2016).

**Histórico** – a igreja de São Daniel, é um marco histórico na comunidade, sendo um acontecimento que marcou um determinado momento e se reverbera até o presente marcando novas gerações. É um valor intrínseco, e mutável no decorrer, por ser construído.

**Cultural** – o reconhecimento da cultura, pode ser expresso pelas festividades e atividades culturais passadas de gerações a gerações, além da prática comum da crença. Com grande representatividade, os moradores destacam a festa do Padroeiro: “[...] E lá acontece também a parte cultural, que é música, teatro, festa do Padroeiro, que aconteceu em julho, acontece sempre no mês de julho. [...]” (entrevista com fiel, 2016).

**Artístico** – é mais vinculado aos bens integrados, que foram surrupiados, e até hoje não sabem ao certo seus respectivos paradeiros. As telas, da via-sacra, de Guignard e a escultura, de São Daniel, de Aleijadinho traziam para a igreja reconhecimento próprio através das obras de arte. Durante algumas falas é possível observar a relevância que as obras possuíam à comunidade.

**Arquitetônico** – é pouco reconhecido formalmente. Seu reconhecimento em grande parte é remetido a figura do arquiteto, autor do projeto, por ser de grande renome. Numa entrevista foi perguntado sobre o conhecimento de outras obras de Oscar Niemeyer, e a importância da arquitetura na comunidade:

[...] Já ouvi falar no Museu, em Niterói. [...] Eu vejo uma importância! Mas uma coisa abandonada. Eu gostaria, não só eu, todo mundo, principalmente o povo católico de lá, gostaríamos de ter aquela obra reconhecida, e bonita, muito... Entendeu? Uma coisa bem bonita, que voltassem aqueles vitrais, que fosse restaurada. [...] (entrevista com fiel, 2016)

Considerando que uma das principais razões da preservação é a melhoria da qualidade de vida da comunidade, ela se torna a verdadeira responsável e guardiã de seus valores patrimoniais através da garantia do exercício da memória e cidadania, não excetuando seu papel fundamental na conservação do bem.

### **3.2 – Estratégias para promoção da participação social em territórios de conflitos urbanos e desigualdade social**

A participação social, como direito constitucional, compreende as diversas formas que as forças sociais empenham para influenciar as formulações, execuções, fiscalizações e avaliações das políticas públicas. A Constituição Federal de 1988 (CF/1988), também conhecida como Constituição Cidadã, estabelece que a participação da sociedade nas políticas públicas é promovida por diferentes meios e pode ocorrer dentro das três esferas políticas:

executivo, judiciário e legislativo. No que tange ao Patrimônio Cultural, a participação social deve ser vista como um princípio constitucional, onde “o poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e outras formas de acautelamento e preservação (CF. 1988, art. 216, 1º §). A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade, conforme menciona o art. 5º da Carta de Veneza<sup>46</sup> (1964).

Como princípio constitucional, para Scifoni (2021), a participação social se torna um fundamento que deve orientar as práticas e políticas e resulta da própria definição do que é “Patrimônio Cultural”. Ainda para autora, os bens que fazem referência à memória, ação e identidade dos grupos sociais e, se são suporte físico de memórias coletivas, devem ser necessariamente e por princípio constitucional identificados e protegidos sempre em diálogo com os grupos sociais. Essa participação passa pela capacidade de diálogo, escuta, interlocução e, sobretudo, partilha de decisão. Significa considerar o ponto de vista dos moradores e principais usuários, os principais interessados na preservação, em oposição a decisão unilateral do poder público ratificada por meio de audiências públicas. Ou seja, a tarefa de proteger e promover o patrimônio cultural deve ser feita pelo poder público junto com a comunidade, numa partilha de responsabilidades.

A elaboração de estratégias para a promoção da participação social pressupõe a apropriação e ressignificação de metodologias, técnicas e linguagens para o agenciamento de projetos e ações que desafiam a ordem dominante. A constituição da Comissão de Preservação da Igreja de São Daniel Profeta pode ser observada como uma prática insurgente, “que surge de baixo para cima numa lógica e dinâmica que se constituem no processo mesmo da confrontação” (Vainer, 2016), desafiando a ordem urbana e preservacionista dominante numa construção de alternativas possíveis, em que se luta para preservar e se preserva para lutar.

As noções participativas incorporam o conflito internamente e o mitigam, a fim de construir consensos ou, no mínimo, acordos. Faria e Pontes (2016) destacam a diferença entre os modelos *conservadores*, onde a participação consiste apenas na acomodação de interesses secundários sem questionar o fundamental e, os mais *radicais*, onde a participação é o caminho que promove a inclusão e a cidadania, por meio do diálogo ou pela comunicação, ou ainda pela

---

<sup>46</sup> A Carta de Veneza, também conhecida como Carta Internacional para a Conservação e Restauro de Monumentos, é um dos documentos básicos da conservação patrimonial.



conquista de espaços políticos. No entanto, destacam que esses processos, inseridos no contexto institucional do Estado, “provavelmente não planejará a superação desse mesmo Estado”.

A vivência em territórios de conflitos urbanos e desigualdade social ratificam ideais próprios, nem sempre condizentes com as normas e leis, e estão presentes na produção e reprodução dos espaços “invisibilizados”. O lugar e o papel desses ideais são importantes no que tange a participação social, representados a partir da dialética<sup>47</sup>, que se tornam um meio e um fim, à medida que gera estímulo a formas de relação baseadas na negociação e reciprocidade entre os diversos atores sociais e institucionais.

Uma reportagem televisionada em 17 de outubro de 2019, solicitada pela Associação de Moradores, denunciava o abandono e descaso por parte do Estado com a igreja de São Daniel Profeta<sup>48</sup>. Nas palavras do Sr. Erivaldo Lira, presidente da Associação, “tombamento” seria sinônimo de obrigação do Estado em realizar a restauração do bem. Este entendimento se encontra parcialmente equivocado, uma vez que a propriedade deve atender a sua função social, sem a perda do direito de propriedade. Após o tombamento, a pessoa (física ou jurídica) fica obrigada a uma série de realizações de fazer, não fazer e deixar que se faça, como, v.g, manter o bem tombado nas condições estabelecidas, não danificar o bem, não realizar restaurações e reformas sem a prévia autorização do órgão competente, permitir a fiscalização do Poder Público, dentre outros. No entanto, quando comprovadamente faltarem ao proprietário ou ao possuidor os recursos necessários para reparações ao bem, estas poderão ocorrer por conta do Estado, conforme Decreto-Lei n. 02/1969.

Essa reportagem despertou a necessidade de esclarecimentos à comunidade sobre as funções e obrigações das partes, onde “o Estado, por sua vez, tem o dever-poder de proteger o patrimônio cultural. Após o tombamento, reconhece-se que o bem tem um caráter social e público que deve ser protegido, não podendo, pois, o ente estatal ficar inerte nessa questão” (DUARTE JUNIOR, s.d:8). Também, gerou uma maior mobilização entre o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural e a Comissão de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da

---

<sup>47</sup> Dialética é um método de diálogo cujo foco é a contraposição e contradição de ideias que levam a outras ideias e que tem sido um tema central na filosofia ocidental e oriental desde os tempos antigos.

<sup>48</sup> Veiculada no Bom Dia Rio, na TV Globo. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8009609/>>. Acesso em 25 nov. 2021.

Arquidiocese do Rio de Janeiro e de seu Interesse<sup>49</sup>, bem como impulsionou a constituição da Comissão de Preservação da Igreja de São Daniel Profeta.



**Figura 26:** Reunião entre Fiéis, Pároco e Assessoria Técnica da Igreja de São Daniel Profeta, representantes do Insitituto Estadual do Patrimônio Cultural e da Comissão de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da Arquidiocese do Rio de Janeiro e de seu Interesse: Fonte: Acervo da Comissão de Preservação da Igreja de São Daniel, 18 out. 2019.

A partir dessa mobilização inicial, se somaram as instituições que atuam no território, como a Fundação Oswaldo Cruz, representada pela Casa de Oswaldo Cruz e Docomomo, além do Centro Universitário Augusto Motta. Na ocasião da 1ª Reunião Pública, intitulada “São Daniel Profeta - 60 anos: avanços, retrocessos e desafios”, realizada em 23 de outubro de 2019, também foi realizado o convite, sem êxito, ao Instituto Niemeyer. Como conquista, houve uma aproximação dessas instituições, oferecendo suporte ao processo de autogestão e planejamento da comunidade de São Daniel, junto a Assessoria Técnica.

Observa-se que a autogestão e o planejamento insurgente necessitam de suporte por Assessorias Técnicas para Arquitetura de Interesse Social com ênfase em ações de Educação Patrimonial, para a preservação, valorização e difusão de seus bens culturais, em um processo sustentável e emancipatório. O processo de Assessoria Técnica com a participação social, se ampliou como estratégia de descolonização patrimonial e autorrepresentação, em contraponto às práticas hegemônicas do patrimônio, e como ferramenta para o planejamento e desenvolvimento local.

### 3.2.1 Oficinas e rodas de conversa entre a comunidade e técnicos

<sup>49</sup> A Comissão é responsável pela conservação e restauração dos bens culturais da Igreja, além de realizar a integração com os demais atores envolvidos com a preservação do patrimônio cultural: Iphan, Inepac, IRPH e Ministério Público.

Visando a ampliação da participação social no processo para tomadas de decisões, além de permitir o acompanhamento das atividades, foram realizadas oficinas e rodas de conversas, como estratégias fundamentais. A *I Oficina Comunitária: Memórias e narrativas da igreja de São Daniel Profeta*, realizada em 24 de novembro de 2019, culminou no início da constituição de um acervo fotográfico comunitário e uma linha do tempo histórica, marcando o início das atividades em comemoração aos 60 anos de inauguração do templo e lançamento do selo comemorativo. Este selo teve por objetivo valorizar os 60 anos da igreja, tendo sido apropriado pela comunidade em suas atividades cotidianas e foi utilizado ao longo das demais ações e atividades até o ano vigente.



**Figura 27:** Selo comemorativo aos 60 anos de inauguração da Igreja de São Daniel. Desenvolvida por Éric Gallo e Leandro Chaves. Fonte: Comissão de Preservação da Igreja de São Daniel Profeta



**Figura 28:** Convite para jantar em comemoração aos 60 anos da Igreja de São Daniel Profeta. Fonte: Facebook da Igreja de São Daniel Profeta.

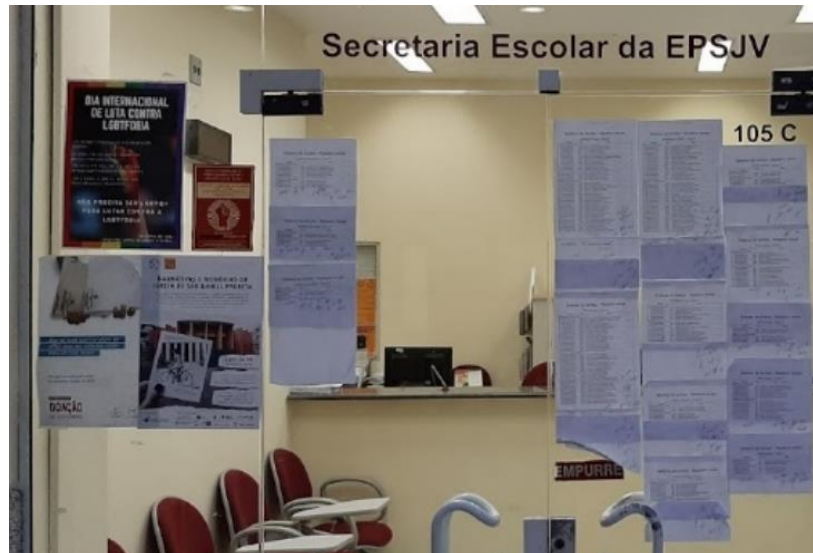
Aproximadamente 130 pessoas de diferentes idades, maioria da comunidade de Manguinhos, participaram da missa. Para as atividades de construção de acervo coletivo iconográfico e construção de linha do tempo histórica, participaram 19 pessoas, entre mediadores e fiéis da igreja de São Daniel Profeta e moradores de Manguinhos. As atividades tiveram uma significante importância para a comunidade de Manguinhos, sobretudo na mobilização social, uma vez que para realização da oficina, os próprios fiéis se corresponsabilizaram por grande parte da comunicação, organização do espaço, entre outros.

A peça gráfica para divulgação foi desenvolvida pela Comissão de Preservação da igreja de São Daniel Profeta e os cartazes impressos foram fixados nos principais pontos de circulação dos fiéis, selecionados pelos fiéis: nas comunidades de Manguinhos e Fiocruz. Também, realizada uma divulgação nas redes sociais e site da Comissão de Preservação, seus parceiros e da Igreja de São Daniel Profeta, além de ampla divulgação via whatsapp. A fim de mobilizar a comunidade na divulgação e promover o engajamento prévio, foi realizada uma carta-convite

com distribuição aos fiéis por meio de sua Comissão e, também, pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACSs) do território, de modo integrado.



**Figura 29:** Cartaz fixado em um dos acessos à comunidade. Fonte: Patrícia Oliveira, nov. 2019.



**Figura 30:** Cartaz fixado na Escola Politécnica em Saúde Joaquim Venâncio. Fonte: Autoria própria, nov. 2019.

Na ocasião da missa, foram realizados batizados na pia batismal original da igreja, mesmo com seu péssimo estado de conservação, num ato simbólico. Tanto a pia batismal, quanto um dos bancos originárias, que estavam depositados numa casa de atividades da igreja, foram ofertados no altar durante a missa pela recém organizada Comissão de Preservação da igreja de São Daniel Profeta.



**Figura 31:** Oferta da pia batismal original pela Comissão de Preservação da Igreja de São Daniel Profeta. Fonte: Comissão de Preservação da Igreja de São Daniel Profeta, 24 nov. 2019.



**Figura 32:** Abençoamento da pia batismal original, pós ofertório. Fonte: Comissão de Preservação da Igreja de São Daniel Profeta, 24 nov. 2019.

Na construção do acervo coletivo iconográfico foram digitalizadas cerca de 20 fotos cedidas à Comissão com legendas elaboradas pelos cedentes. A construção de uma linha do tempo, de forma linear e fixadas ao redor das paredes do templo, permitiu participações além



do dia da oficina, pois no dia a dia da igreja outras pessoas puderem visualizar e contribuir com a atividade.



**Figura 33:** Roda de conversas para construção da linha do tempo histórica e partilha dos acervos fotográficos pessoais. Fonte: Comissão de Preservação da Igreja de São Daniel, 24 nov. 2019.



**Figura 34:** Parcela da linha do tempo histórica construída coletivamente e afixada na parede do templo. Fonte: Comissão de Preservação da Igreja de São Daniel, 24 nov. 2019

A pandemia de Covid-19 impôs desafios ainda maiores para a participação social e planejamento objetivando a restauração. Ao completar 60 anos de inauguração da igreja de São Daniel foram realizadas atividades comemorativas, como uma roda de conversa “São Daniel: 60 anos de história, memórias e resistência em Manguinhos”, integrando o I Fórum São Daniel e auxiliando na promoção, difusão e valorização deste importante bem cultural. Também, no dia 05 de dezembro de 2020, foi celebrada uma missa especial (Jubileu de Diamantes), presidida pelo Arcebispo Dom Orani Tempesta. A missa contou com a presença de representantes da Comissão de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da Arquidiocese do Rio de Janeiro e de seu Interesse, também da Caixa Econômica Federal. Todas as atividades ocorridas a partir

do ano de 2020 foram realizadas em formato virtual ou híbrido, de acordo com as recomendações sanitárias e com possibilidade de participação remota.



**Figura 35:** Aspecto geral do templo com participantes da Missa Especial – Jubileu de Diamantes, celebrada pelo arcebispo Dom Orani Tempesta, na Igreja de São Daniel Profeta. Fonte: Comissão de Preservação da Igreja de São Daniel, 05 dez. 2020.



**Figura 36:** Celular transmitindo a Missa Especial – Jubileu de Diamantes, celebrada pelo arcebispo Dom Orani Tempesta, na Igreja de São Daniel Profeta. Fonte: Comissão de Preservação da Igreja de São Daniel, 05 dez. 2020.

Ao longo do ano de 2021, ainda em situação de distanciamento social, imposto pela pandemia, foram realizadas rodas de conversas entre técnicos da Assessoria Técnica e a comunidade, objetivando criar caminhos possíveis a uma proposta de restauração do templo, para seguimento na fase orçamentária e de captação de recursos. Também, dando continuidade ao trabalho de educação patrimonial, com a “Oficina Popular Narrativas e Memórias”, realizou-se uma Oficina de Poesia Popular, para interessados no processo de escrita popular, valorização do patrimônio histórico-cultural e nas obras de Oscar Niemeyer e, principalmente, à comunidade de Manguinhos, da Igreja de São Daniel Profeta e de outros territórios.



**Figura 37:** Roda de conversa entre técnicos e comunidade de São Daniel Profeta. Fonte: Comissão de Preservação da Igreja de São Daniel Profeta, 6 mar. 2021.



**Figura 38:** Oficina de Poesia Popular. Fonte: Comissão de Preservação da Igreja de São Daniel Profeta, set. 2021.



### 3.2.2 Suportes físicos e digitais como apoio à Educação Patrimonial e a Participação Social

Visando a maior adesão do público de Manguinhos, atraídos pela memória, recorreu-se aos suportes físicos, por meio de figuras e símbolos passados, bem como as mídias sociais, em suporte digital, como estratégia de interação por meio do Instagram e Facebook. Com o advento da internet, redes sociais e afins, os meios de comunicação se tornaram mais instantâneos e menos afetivos. Na contramão deste processo, foram desenvolvidos cartões postais com fotografias antigas da igreja de São Daniel Profeta e distribuídos na comunidade, para que pudesse relembrar a comunicação passada, como também enviar a alguém querido uma recordação de seu lugar. Miniaturas de São Daniel, também foram desenvolvidas, como parte de suportes físicos e integrando as comemorações da Festa do Padroeiro de 2021, no mês de julho.



**Figura 39:** Representação de postal. Fonte: Instagram da Comissão de Preservação da Igreja de São Daniel Profeta, 9 dez. 2020.



**Figura 40:** Miniatura do Profeta Daniel. Fonte: Autoria Própria, jul. 2021.

As redes sociais, em especial o Instagram e Facebook, auxiliam na promoção de conteúdos direcionados ao público interessado na preservação do bem, como ferramenta de divulgação científica e educação patrimonial. As categorias e eixos temáticos – documentos, personagens, arquitetura e preservação, divulgação de eventos, fé, marcos históricos etc. – permitem a conexão entre os conteúdos técnicos e os populares, também a autoidentificação.





**Figura 41:** Aspecto do feed do Instagram da Comissão de Preservação da Igreja de São Daniel Profeta. Disponível em: <<https://www.instagram.com/saodanielprefeta/>>. Acesso em: 25 nov. 2021.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os lugares têm representatividades e, por meio de imagens, signos e símbolos, possuem a função de despertar a memória, como aponta Rossi (2000) ao relacionar os cemitérios que remetem às pessoas que não mais existem, ou aos monumentos que evocam o passado de nossas histórias e a presumem numa relação com o presente. Nesse mesmo sentido, o autor aponta que “a memória sem dúvida tem algo a ver não só com o passado, mas também com a identidade e, assim (indiretamente), com a própria persistência no futuro” (ibidem: 24). Assim como a memória coletiva, a arquitetura é um fato social cristalizando relações sociais ao longo de sua materialidade, que congregam os sentimentos ligados às suas características e se baseiam na vida cotidiana. Portanto, as práticas sociais que se dão nos cenários cultural, econômico e político dos territórios, integram um *corpus* documental, baseados nos relatos da memória por meio da história oral.

A partir da pluralidade de fontes, depoimentos orais, fontes documentais e bibliográficas, são apresentadas as temporalidades e narrativas da igreja de São Daniel, atualmente acrescida do termo Profeta. Em uma espécie de “testemunho-arquivo”, essa história se desenvolve a partir da década de 1960, ano de construção e inauguração da homônima igreja, por narrativas recentes por meio de relatos de memórias, associados às reminiscências e narrativas de acontecimentos de sujeitos envolvidos, bem como notícias publicadas em jornais impressos da grande imprensa no Rio de Janeiro e de outros relevantes centros urbanos pelo Brasil.

A temporalidade é observada pela progressão linear em relação ao tempo, através da distinção entre passado e presente, mas também com perspectivas futuras. Esta noção tem sido formulada a partir do mundo moderno, onde o homem passou a se relacionar com o tempo, cronologicamente. Ou seja, diz respeito à percepção humana em relação à organização social do tempo. No entanto podem ser datadas conforme aquilo que lhe deu origem, mas segundo Koselleck (2006), não existe uma experiência cronologicamente mensurável, pois a cada instante ela é composta de tudo o que se pode recordar da própria vida ou da vida de outros, proveniente de um passado espacial, onde muitos estratos temporais se aglomeram simultaneamente para formar um todo.

A memória coletiva, conforme explorada por Halbwachs (2003), demonstra que as imagens espaciais desempenham um importante papel na identidade, reafirmando este conceito historiográfico como um repositório abstrato de informações referentes a uma comunidade que

se constitui a partir de memórias individuais em seu processo de interação social. O lugar ocupado por um grupo não se compara a um quadro-negro, no qual se escreve e depois se apaga números e figuras. Os territórios podem ser assimilados na perspectiva onde o lugar recebeu a marca do grupo e vice-versa. No que tange a representação social do território de Manguinhos, do ponto de vista dos mais jovens que vivenciam um passado recente, emerge o inconsciente coletivo, tendo como base todo um material psíquico que não surge apenas de sua experiência pessoal. O inconsciente coletivo possui todo um conteúdo e imagens pertencentes de diferentes épocas e culturas, enquanto o inconsciente pessoal envolve o passado e memórias de cada indivíduo (JUNG, 2011).

O trabalho teve a pretensão de responder se o tombamento deve ser uma estratégia para dar respostas às demandas da sociedade de forma integral ou se para determinados grupos. Defende-se que o tombamento, portanto, é um instrumento que legitima o reconhecimento de determinados valores por grupos sociais num determinado tempo, necessitando de ações integradas para sua manutenção e preservação dos bens. O patrimônio ao longo dos anos é resultante da marca da ação dos grupos sociais, que também são afetados por ele. Portanto, o patrimônio cultural precisa ser celebrado como um elemento de coesão social. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, pelo menos o que nela havia de mais estável. (HALBWACHS, 2003). Sendo assim, igreja de São Daniel Profeta cumpre esse papel, demonstrado a partir da apropriação da comunidade ao longo dos anos, independentemente de seus não reconhecimentos por outros atores sociais, como de seu próprio arquiteto.

Considerando que uma das principais razões da preservação é a melhoria da qualidade de vida da comunidade, ela se torna a verdadeira responsável e guardiã de seus valores patrimoniais através da garantia do exercício da memória e cidadania, não excetuando seu papel fundamental na conservação do bem. A preservação auxilia no processo de pertencimento e identidade de determinado povo. A participação social se faz necessária para a construção de uma sociedade mais igualitária e democrática. Em territórios construídos por meio de exclusões e injustiças, nos moldes do modelo neoliberal, surgem as populações invisibilizadas em todos os direitos básicos e fundamentais, inclusive à cidade e à cultura.

A narrativa construída neste trabalho, teve como intuito fazer um recorte de marcos significativos objetivando reflexões das narrativas sobre esse passado recente. Os fatos atinentes à história da igreja de São Daniel e seus vínculos socioterritoriais podem integrar a

curadoria de uma futura exposição, auxiliando no processo de educação patrimonial, pertencimento e valorização.

Podemos observar que os conflitos armados na comunidade não são o foco dos problemas, mas sim consequência de uma política de exclusão, fruto da ineficiência das ações do poder público nesses territórios. As ações construídas na perspectiva de uma falsa participação social, tendem a não resolver os problemas principais dos territórios. Em Manguinhos, a elevação da linha férrea, teve alto custo e se colocava como solução ao problema dos conflitos armados, uma vez que integrava a comunidade. Está não pareceu ser uma real demanda da comunidade, uma vez que os problemas básicos não foram solucionados, conforme pode ser observado nos trabalhos do LTM (2016) com a participação dos moradores.

Conforme grafitado sob frio concreto das vigas da elevação da linha férrea em Manguinhos: “Quer paz? Invista em...” “Educação”, que podemos ampliar para outros direitos básicos, como Saúde, Saneamento, Habitação, Cultura etc.

## BIBLIOGRAFIA

### Documentos – Leis e decretos

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 08 ago. 2021.

ESTADO DA GUANABARA. Decreto-Lei nº 2, de 11 de abril de 1969. Define os Bens Integrantes do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Estado da Guanabara e institui medidas para a sua proteção. Disponível em: <<http://www.inepac.rj.gov.br/>>. Acesso em: 08 ago. 2021.

### Artigos e Títulos

ABREU, Maurício de. Evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPP, 2006.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mario. Museu da Maré: memórias e narrativas a favor da dignidade social. Revista Musas, Rio de Janeiro, ano III, 130-152, 2007.

ACSELRAD, Henri (Org). Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. (Coleção Território, ambiente e conflitos sociais; n. 1).

ALBUQUERQUE, Durval Muniz. “Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história? In: GONÇALVES, Marcia; ROCHA, Helenice; REZNIK, Luis; MONTEIRO, Ana Maria (orgs) Qual o valor da história hoje?, Rio de Janeiro: FGV, 2012, p. 21-39

ANDRADE, Inês El-Jaick. Reconhecimento e valorização da arquitetura eclética carioca. Relatório Final. Rio de Janeiro: Departamento de Patrimônio Histórico - Casa de Oswaldo Cruz - Fundação Oswaldo Cruz; Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

ANDRADE, Inês El-Jaick ; PAMPLONA, Lis . A atuação da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do antigo Estado da Guanabara na preservação do patrimônio eclético carioca. Cadernos do PROARQ (UFRJ) , v. 22, p. 28-44, 2014.

AVRAMI, Erica; MASON, Randall; DE LA TORRE, Marta. Values and Heritage Conservation. 2000. p.1 – 25.

BARROS, José D.'Assunção. A fonte histórica e seu lugar de produção. Editora Vozes, 2020.

BARROS, José D.'Assunção. Os usos da temporalidade na escrita da História. Saeculum, n. 13, p. 144, 2005.

- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2001.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Manguinhos do sonho à vida: a ciência da belle époque*. Rio de Janeiro: COC/FIOCRUZ, 1990.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos, um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.
- BESSE, Jean-Marc. *O gosto do mundo: exercícios de paisagem*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.
- BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Edusp, 1998.
- BURGOS, Marcelo Tadeu Baumann. *Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro*. In: ZALUAR, A. & ALVITO, M. (Orgs.) *Um século de Favela*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CANEZ, Anna Paula; BRINO, Alex Carvalho; KNIES, Carolina Gottert. *Altar do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional do Rio de Janeiro (1955)*. In: *Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo: Arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva*, 3, 2014, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPARQ; Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2014, p.1-11.
- CAPELATO, M. H. *História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo*. História do tempo presente. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. Belo Horizonte: Annablume, 2009.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Paisagem cultural e patrimônio: desafios e perspectivas*. In: *Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto*, 1., 2010, Belo Horizonte. *Anais...* Brasília, DF: Iphan; Belo Horizonte, MG: IEDS, 2017. p. 17-28.
- CAUQUELIN, Anne; MARCIONILO, Marcos. *A invenção da paisagem*. Martins, 2007.
- CHAGAS, M. S; PIRES, V. S. *Território, museus e sociedade: práticas, poéticas e políticas na contemporaneidade*. Rio de Janeiro: UNIRIO; Brasília: Ibram, 2018.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/Editora Unesp, 2001.
- CLIFFORD, James. *Itinerários Transculturales*. España: Editorial Gedisa, 2008.
- DE LA TORRE, M. *Assessing the values of cultural heritage*. Research Report. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002, p.1-30.

- DE LA TORRE, M et al. Heritage Values in Site Management Four Case Studies. Research Report. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2005. p.1-12
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; DE MORES FERREIRA, Marieta. História do tempo presente e ensino de História. Revista História Hoje, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013.
- ENGELS, Friedrich. Sobre a questão da moradia. Boitempo Editorial, 2015.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista Nera, n. 6, p. 24-34, 2012.
- FERNANDES, Tania Maria; COSTA, Renato Gama-Rosa. História de Pessoas e Lugares: memórias das comunidades de Manguinhos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.
- GALLO, Éric Alves; GOMES, Priscila Soares; OLIVEIRA, Rafael de Moraes C. Inventário Histórico-Arquitetônico: Igreja de São Daniel Profeta. Rio de Janeiro: UNISUAM, 2016.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2003.
- HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. *In: Revista de História*, n. 148, p. 9-34, 2003.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia básico de educação patrimonial. Brasília: Iphan, 1999.
- HUYSEN, Andreas. Seduzidos pela memória. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.
- JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- JACQUES, Paola Berenstein. Estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, 2ª edição.
- JEUDY, H. P. Espelho da cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- JUNG, Carl Gustav. O eu e o inconsciente. Editora Vozes Limitada, 2011.
- KOSELLECK, Reinhart. Estratos do tempo: estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2014.
- KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- KOURY, Ana Paula; BONDUKI, Nabil Georges (Ed.). Os pioneiros da habitação social: inventário da produção pública no Brasil entre 1930 e 1964. São Paulo: Editora UNESP, 2014.
- LAPA, Tomás Albuquerque. Participação Popular como estratégia de Proteção ao Patrimônio Edificado. *In: Paulo Ormino David de Azevedo; Elyane Lins Correa. (Org.). Estado e Sociedade na Preservação do Patrimônio*. 1ed. Salvador: EDUFBA, 2013, v. 1, p. 93-99.
- LE GOFF, Jacques. História e memória. 7ª ed. revista. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

- LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. A sociologia do Brasil urbano. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.
- LEFEBVRE, Henry. A produção do espaço. 2006. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins, 2018. (do original: La production de l'espace. 4e éd.) Paris: Éditions Anthropos, 2000.
- LÉVI-SATRAUSS, Claude. Tristes trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 54.
- LIMA, Nísia Trindade; VIANA, Rachel de Almeida. Entre Latifúndios e Favelas: o Brasil urbano no pensamento de Anthony Leeds. *Sociologia & Antropologia*, v. 8, n. 3, p. 771-805, 2018.
- LOPES, C. B; GROSSI, F. R. S.. O Primeiro Damismo na Assistência Social: uma análise crítica. *Anais eletrônico cic*, v. 17, n. 1, 2019.
- LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MASON, Randon. Fixing Historic Preservation: A Constructive Critique of "Significance"[Research and Debate]. *Places*, v. 16, n. 1, 2004.
- MEDEIROS, R. M. V. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.
- MENESES, U. B. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. *In: Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. I.*, 2009, Ouro Preto. *Anais...* Brasília: IPHAN, 2012, pp. 25-39.
- MIRANDA, Sonia Regina. "Aprender e ensinar o tempo histórico em tempos de incertezas: reflexões e desafios para o professor de história". In: GONÇALVES et al. (orgs.). *Qual o valor da história hoje?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012
- MOTTA, Marly S. da. Saudades da Guanabara: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-75). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- MOURA, V. T. Esboço de um Plano para Estudo e Solução do Problema das Favelas do Rio de Janeiro, para a Secretaria Geral de Saúde e Assistência do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, nov. 1940.
- MOURA, V. T. À Margem da Batalha. Rio de Janeiro: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, s. d. (Mimeo.)
- MUÑOZ-VIÑAS, Salvador. Teoría Contemporánea de la Restauración. Espanha: Editorial Síntesis S. A. 2010.
- NIEMEYER, Oscar. Voos e vãos. Rio de Janeiro: 1987. Entrevista concedida a WOLF, José.
- ANTUNES, Bianca. Entrevistas: Revista AU. São Paulo: Pini, 2012.



- OLIVEIRA, B. T. (Coord.); COSTA, R. G. R.; PESSOA, A. J. S. Um lugar para a ciência: a formação do campus de Manguinhos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. (Coleção História e Saúde).
- OLIVEIRA, F. L. et al. Planejamento e conflitos urbanos—Experiência de luta. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora LTDA, 2016.
- OLIVEIRA, L. L. Belo Horizonte nos tempos de JK. Rio de Janeiro: CPDOC, 2018.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Democracia e segregação urbana: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira. EURE (Santiago), v. 29, n. 88, p. 79-95, 2003.
- RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- RIEGL, Alois. O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese. Goiânia: UCG, 2006
- RODRIGUES, Rute Imanishi. Os Parques Proletários e os subúrbios do Rio de Janeiro: aspectos da política governamental para as favelas entre as décadas de 1930 e 1960. Brasília; Rio de Janeiro: IPEA, 2016.
- ROLNIK, Raquel. O que é cidade. São Paulo: Brasiliense, 2017.
- ROSSI, Paolo. O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- ROSSI, Aldo. Arquitetura da Cidade, ed. Cosmos, Lisboa, 2001.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. A cidade como um jogo de cartas. São Paulo: Projeto, 1988.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006.
- SANTOS, Milton. Pensando o espaço do homem. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2012.
- SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. Edusp, 2013.
- SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. 7ª ed. São Paulo: Edusp, 2014.
- SEGRE, Roberto. Tributo a Niemeyer. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2009.
- SILVA, Rafael Freitas da. O Rio antes do Rio. 3ª ed. Rio de Janeiro: Babilonia Cultura Editorial, 2017.
- SOARES GONÇALVES, Rafael. Favelas do Rio de Janeiro: História e Direito. Rio de Janeiro: PUC, 2013.

VALLADARES, Licia. Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VAZ, Lilian Fessler. Modernidade e moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro, séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

ZANCAN, Lenira et al. Dispositivos de comunicação para a promoção da saúde: reflexões metodológicas a partir do processo de compartilhamento da Maleta de Trabalho – Reconhecendo Manguinhos. Interface (Botucatu Online), v. 18, p. 1313-1326, 2014.

### **Monografias, Dissertações e Teses**

COSTA, M. O. O Departamento de Habitação Popular: política e habitação entre 1946 e 1962. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 282. 2004.

PEDROSA, Patrícia Coelho. Significância cultural como critério para conservação do patrimônio mundial. Dissertação de Mestrado (UFPE), 2011.

SILVA, Fábio Saraiva. Igreja de São Daniel, em Manguinhos: memória e esquecimento, 2004. Monografia (Licenciatura Plena em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Paulo, 2004

TRINDADE, Claudia Peçanha. Entre a Favela e o Conjunto Habitacional: programa de remoção e habitação provisória (1960-1970), 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

### **Sites**

CNBB. Nos 111 anos do nascimento de Oscar Niemeyer as Igrejas projetadas pelo arquiteto das curvas infinitas. CNBB, 12 dez. 2018. Especial. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br>>. Acesso em: 28 mai. 2019.

CPDOC. De Juscelino a JK. Rio de Janeiro: FGV, 2002. Disponível em: <<https://jk.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 02 set. 2021.

JAYME Maurício. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa2114/jayme-mauricio>>. Acesso em: 15 de setembro de 2021. Verbete da Enciclopédia.

### **Jornais**

CANDIDA, S. Capela de Oscar Niemeyer une favelados. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 108, n. 151, p. 22, 6 set. 1998. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_11/245237](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_11/245237). Acesso em: 07 nov. 2020.

D. Elba Sette Câmara diz porque retirou “via sacra”. *O Jornal*, Rio de Janeiro, ano 49, n. 14354, 14 jul. 1969. 1º Caderno, p. 10. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/110523\\_06/66080](http://memoria.bn.br/DocReader/110523_06/66080). Acesso em: 24 out. 2020.

FERNANDES, H. Fatos e Rumores: Em primeira mão. *Correio Paulistano*, São Paulo, ano 107, n. 32119, 9 dez. 1960. 1º Caderno, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/090972\\_11/5005](http://memoria.bn.br/DocReader/090972_11/5005). Acesso em: 24 out. 2020.

MANGUINHOS: Igreja nasceu da vontade de seus moradores. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano 65, n. 22412, 30 abr. 1966. 1º Caderno, p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_07/71105](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/71105). Acesso em: 02 nov. 2020.

MAURÍCIO, Jayme. Niemeyer e Guignard fizeram uma obra-prima de arte sacra. *Manchete*, Rio de Janeiro, ano 11, n. 585, pp. 62-64, 6 jul. 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/004120/51314>. Acesso em: 24 out. 2020.

MAURO, J. A inauguração da capela de São Daniel. *Última Hora*, Rio de Janeiro, ano 10, n. 462, p. 11, 29 nov. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/66780>. Acesso em: 24 out. 2020.

MAURO, J. Cinco notícias. *Última Hora*, Rio de Janeiro, ano 10, n. 464, p. 9, 1 dez. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/66808>. Acesso em: 24 out. 2020.

PADRE defender via sacra de Guignard na pequena igreja. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano 65, n. 22407, 24 abr. 1966. 1º Caderno, p. 10. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_07/70935](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/70935). Acesso em: 02 nov. 2020.

PROGRAMA-CONVITE da festa do Padroeiro São Daniel. *A Cruz*, Rio de Janeiro, ano 14, n. 2503, p. 2, 25 jul. 1965. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/829706/14225>. Acesso em: 24 out. 2020.

UMA vida melhor para os habitantes dos núcleos residenciais do Estado. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 2, 03 set. 1960. Disponível em: [acervo.oglobo.globo.com](http://acervo.oglobo.globo.com). Acesso em: 30 jun. 2021.

O CIRCO de moscou revive a idade de ouro do picadeiro. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, ano 31, n. 11451, p. 2, 14 mar. 1960. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/221961/per221961\\_1960\\_11451.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/221961/per221961_1960_11451.pdf). Acesso em: 30 jun. 2021.

**Entrevistas**

SANTIAGO, Maura. Entrevista I. [jun. 2021]. Entrevistador: Éric Alves Gallo. Rio de Janeiro, 2021. 1 arquivo .mp4 (58 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação.

MELLO, Luiz Antônio de. Entrevista II. [jun. 2021]. Entrevistador: Éric Alves Gallo. Rio de Janeiro, 2021. 1 arquivo .mp4 (128 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação.



**ANEXO I – DECRETO “E” Nº 1.189 – DE 29 DE AGOSTO DE 1966**



## ANEXO II – LEI Nº 2677 – DE 18 DE SETEMBRO DE 1998

TOMBA, POR SEU INTERESSE ARQUITETÔNICO, HISTÓRICO E CULTURAL, AS EDIFICAÇÕES DE PROJETOS DO ARQUITETO OSCAR NIEMEYER CONSTRUÍDOS NO MUNICÍPIO. Autor: Vereador FERNANDO WILLIAM

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam tombadas, por seu interesse arquitetônico, histórico e cultural, as edificações de projetos do arquiteto Oscar Niemeyer construídos no Município do Rio de Janeiro, conforme relacionado no Anexo.

Art. 2º - O Poder Executivo adotará os atos complementares necessários à efetivação do disposto nesta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1998 Luiz Paulo Fernandes Conde D.O. RIO de 21.09.1998

Edificações de projeto do arquiteto Oscar Niemeyer

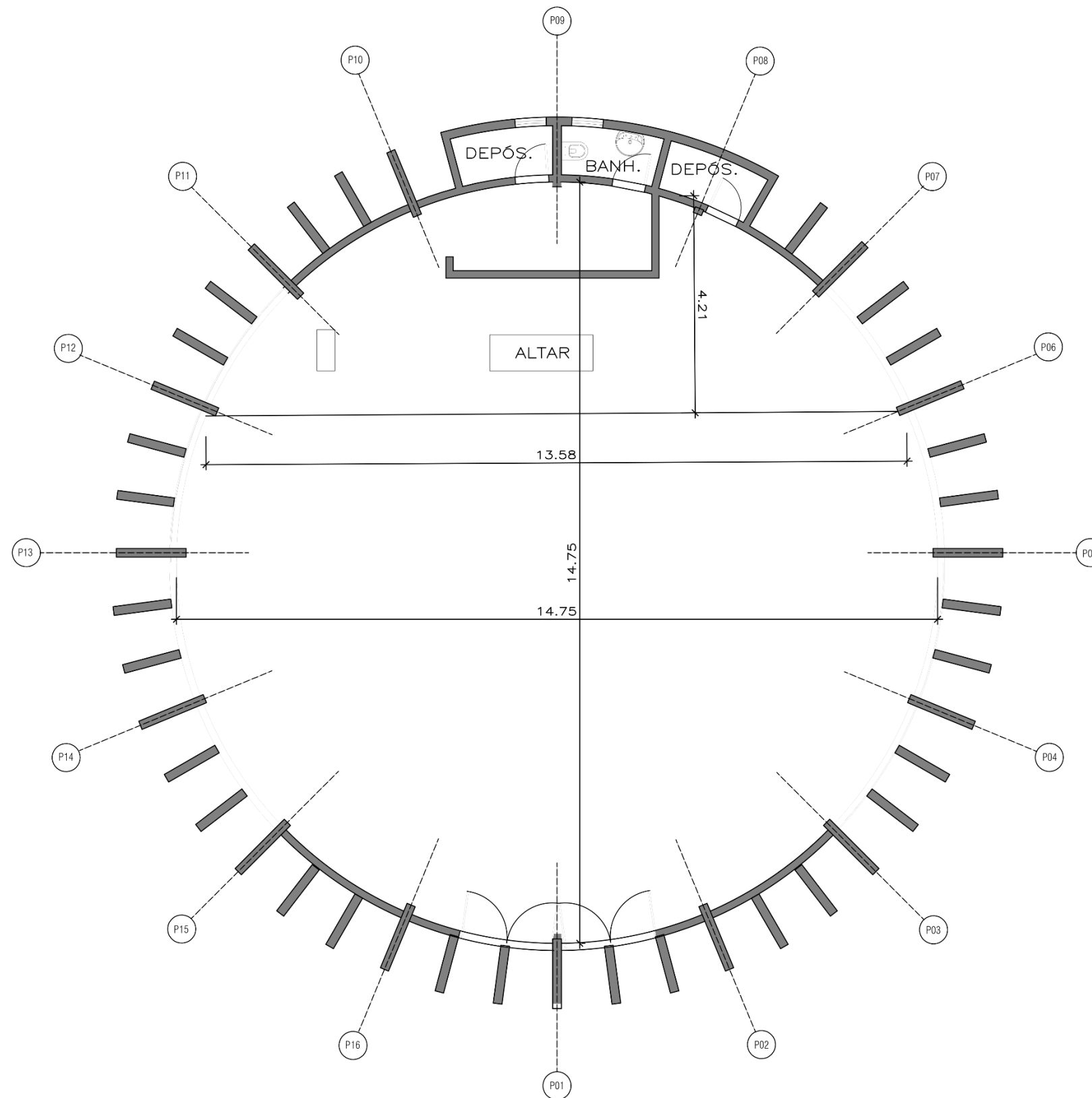
Tombamento: Provisório / Averbado: não

Discriminação dos Bens Tombados

- Sede da Obra do Berço - Rua Cícero Góis Monteiro, 19 - Lagoa (1937)
- Residência de Niemeyer - Rua Carvalho Azevedo, 96 - Lagoa (1942)
- Residência de Prudente de Moraes Neto – Rua Inglês de Souza, 56 - Jardim Botânico (1943)
- Sede do Banco Boavista - Praça Pio X, 118 – Centro (1946)
- Sede de "O Cruzeiro" - Rua do Livramento, 189 - Centro (1949)
- Residência de Leonel Miranda – Avenida Visconde de Albuquerque, 1225, Leblon (1952)
- Hospital da Lagoa - Rua Jardim Botânico - Jardim Botânico (1952)
- Residência de Niemeyer - Estrada das Canoas, 2310 - São Conrado (1952)
- Sede da Fundação Getúlio Vargas - Praia de Botafogo, 190 – Botafogo (1955)
- Igreja de São Daniel - Avenida dos Democráticos, 30 - Manguinhos (1960)
- Sede da "Manchete" - Rua do Russel, 804 - Flamengo (1966)
- Hotel Nacional - Avenida Niemeyer, 769 - São Conrado (1968)
- Serviço. Social do Comércio/ SESC – Rua Domingos Ferreira, 160 Copacabana (1982)
- Passarela do Samba - Rua Marquês de Sapucaí - Catumbi (ano 1983) - Decreto nº 42.798 de 14.01.2011 – D. O de 17.01.2011, determinando o destombamento do bem cultural denominado Passarela do Samba

Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/irph/bens-tombados>. Acesso em: 25 nov. 2021.

### ANEXO III – LEVANTAMENTO CADASTRAL DA IGREJA SÃO DANIEL PROFETA





## APÊNDICE A – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

### TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA COM MAURA SANTIAGO (11/06/2021)

**Eric:** (00:03) ...uma pesquisa ação, mas que ela tem muito afeto assim, ela tem uma questão muito própria de contribuir com a preservação da igreja São Daniel Profeta né, que é uma igreja tão cara pra nós pesquisadores, tão cara pro território, e acho que pros fiéis, muito cara também.

Então, eu vou fazer, a gente vai começar da seguinte forma, é só uma parte inicial, que eu vou fazer uma leitura bem breve, breve, breve mesmo assim, do objetivo da pesquisa, o que você está participando, pra saber se você está de fato de acordo, e depois vou fazer algumas perguntas, e aí você fica livre também pra respondê-las.

**Maura:** (00:46) Primeiro, eu estou ajeitando aqui ainda...

**Eric:** (00:52) Não tem problema. Não tem problema não. A hora que você tiver pronta aí...

**Maura:** (01:02) É o que que acontece, o fone está entrando em baixo e está desequilibrando ele de ficar em pé. Acho que assim tá bom né?

**Eric:** (01:12) Não, tá bom, tá bom. Pra mim não rende tanto problema, é mais o áudio, o que é mais importante nesse momento. E que você me veja também pra gente ter essa troca assim, acho que é interessante. Mas se você não conseguir aparecer não tem problema nenhum tá. Agora vou só fazer uma parte formal, só pra registrar, que eu vou falar um pouquinho do que você está participando, que é uma parte do Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, que eu vou te encaminhar por e-mail, pra você depois me retornar ele, mas eu vou te adiantar ele até pra você ter essa consciência do que você está participando.

Você está sendo convidada pra participar da pesquisa “Patrimônio em território (in)visível – a igreja de São Daniel Profeta na favela de Manguinhos”, ao qual é realizada no âmbito do Programa de Pós Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, sob minha responsabilidade e orientação da Prof<sup>a</sup> Inês El-Jaick Andrade e sob coorientação do Prof<sup>o</sup>. Willian Seba Mallmann Bittar.

O objetivo, como eu já adiantei um pouquinho pra você desse projeto, é contribuir pra preservação da Igreja, enquanto um Patrimônio Histórico Cultural, a fim de subsidiar a



elaboração de um centro interpretativo. A razão de você estar sendo convidada também acho que já ficou um pouco clara, que é a necessidade de compreender essas relações dos atores com a igreja, com a comunidade baseada principalmente também na sua vivência em relação com a igreja e com a comunidade de Manguinhos. Apesar das perguntas estarem ordenadas de um modo como eu falei, pré-estabelecido, você pode ficar, falar livremente a medida que se referir às pautas abordadas, você pode introduzir outros assuntos, e aí a gente vai guiando um pouquinho essa conversa. Em caso de concordância, assim, essa entrevista está sendo gravada, em áudio e vídeo, pra possibilitar essa transcrição posterior, e esses dados ficaram...

**Maura:** (03:02) Oi Eric...

**Eric:** (03:03) Oi.

**Maura:** (03:05) To te ouvindo agora.

**Eric:** (03:07) Tá. Esses dados ficarão comigo armazenados por até cinco anos após a pesquisa, e serão utilizados a fim de subsidiar a elaboração de um centro interpretativo, bem como a minha dissertação. Você poderá ter acesso aos resultados a qualquer momento, mesmo durante ou após a realização da pesquisa, os seus dados pessoais dos Termos de Consentimento ficarão armazenados sob minha segurança, em sigilo. E os riscos previstos neste estudo eles são mínimos, é mais baseado nessa parte do constrangimento ou desconforto com as perguntas, caso haja, você pode me identificar, não se sente a vontade ou apenas não responder, que eu vou entender.

Os riscos do ambiente virtual também foram mitigados, foram reduzidos a partir da utilização dessa plataforma de fácil acesso, limitada a participação somente da gente, dos convidados. Você não terá nenhum gasto ou ônus com a participação no estudo, não receberá qualquer espécie de reembolso ou gratificação. A sua participação é voluntária, não obrigatória, e ter plena autonomia de se não quiser participar, ou se desistir, a qualquer momento você pode retirar a sua participação, que não haverá nenhuma penalização, ou qualquer coisa do tipo. Os resultados da pesquisa serão depois amplamente divulgados aos participantes, pra sociedade por meio do website do Programa de Pós graduação, e qualquer dúvida que você tiver, você pode e deve entrar em contato comigo, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa responsável que é o Comitê de Ética da Escola Politécnica Joaquim Venâncio, da Fiocruz.

No mais assim, fiz uma breve apresentação desse Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, e gostaria de ter a sua opinião, se você aceita, se você concorda, se você está ciente da pesquisa que você está participando?

**Maura:** (04:59) Ah, ficou claro, ficou bem claro pra mim.

**Eric:** (05:03) Tá ótimo então. Então você concorda né? Então mais uma vez agora assim, já saindo um pouco dessa parte formal, eu quero mais uma vez agradecer a sua presença, a sua participação aqui com a gente. Eu queria começar um pouquinho assim, eu falei naquele início, que não tava ainda sendo gravado, as páginas atuais, que foi um principal assim, um mote que me trouxe assim, caramba, quem é essa pessoa que tatuou a igreja em si. E aí eu queria primeiro começar com a apresentação de quem é a Maura, qual é a relação da Maura ali com a igreja, com o entorno, e quem é a Maura pessoa.

**Maura:** (05:423) Então vamos lá. É, eu sou cria de Manguinhos, enfim, Manguinhos pra mim é um espaço de criação e de muito desenvolvimento, embora eu veja que pouca coisa ainda estão resolvidas né, nesse espaço. E quando eu faço essa distinção de espaço pra território, é porque ali é o meu lugar. Quando eu trago essa distinção, uma coisa é o território que é uma coisa com menos identidade pra mim, quando eu falo de lugar, porque essa coisa me traz essa memória de identidade. Então Manguinhos é o meu lugar, eu nasci ali, na Rua 14, que depois virou Rua São Olavo, e aí depois a casa onde eu nasci, ela não existe mais, por conta das obras do PAC, e a igreja sempre teve né, a igreja sempre teve um impacto muito grande assim na relação com a minha vida nesse lugar, porque nessa igreja que eu sou batizada, é nessa igreja que eu fiz algumas celebrações, enfim, e era né, e pra mim continua sendo, porque eu tenho a memória da igreja quando ela ainda mantinha sua originalidade, e era um espaço muito bonito. Eu pequena, junto com as amigas, a gente entrava ali, e aqueles vitrôs, e entrava um jogo de luz, ela era toda em vitrô colorido, enfim, e aí a gente enquanto criança, a gente entrava dentro da igreja pra brincar, e pra ver como que o corpo da gente se transformava ali com a entrada do sol, porque quando o sol batia, o nosso corpo ficava todo colorido.

Então a igreja sempre foi esse espaço muito bonito, muito de entretenimento também, pouco de fé, mas de entretenimento enquanto criança. E eu acompanhei esse processo né Eric, da igreja ser abandonada, essas coisas que a gente vê, que o Estado abandona, e da luta também, e da luta também das pessoas mais engajadas, em tentarem resgatar a originalidade dessa igreja, da briga com a família do Niemayer, do não reconhecimento hoje, da assinatura do Niemayer

nessa obra, enfim. E esse desejo de ter, de ter esse símbolo no meu corpo sempre foi assim, eu tava em busca de olha, eu gostaria de achar um desenho mais fino, mais delicado, uma coisa que tivesse mais a ver comigo, e uma vez, fazendo uma pesquisa sobre a igreja, eu acho esse desenho, que é um desenho da estrutura básica da igreja, que as pessoas até confundem, acham que é o Maracanã, achando que é outra coisa. Mas eu gostei muito, eu gostei muito do desenho e enfim, eu acho que quando a gente decide tatuar alguma coisa no nosso corpo, trazer alguma coisa de representatividade pro nosso corpo, é porque tem muita coisa guardada dentro da gente que tem a ver né, com esse equipamento, então eu acho que tem muita coisa guardada dentro de mim, dentro dessa memória, do que foi, do que continua sendo a igreja, que me deu um enorme prazer tê-la tatuada no corpo.

**Eric:** (09:14) Eu percebi assim, agora, que eu fiquei tão entusiasmado com essa sua questão, da tatuagem, que eu adiantei muito a parte até da entrevista, que era justamente de entender como que é essa sua relação com a igreja né, porque eu confesso que eu fiquei muito curioso. Mas, agora eu retomando aqui o roteiro básico, você falou que morava em Manguinhos desde, você nasceu em Manguinhos, pelo que eu entendi, você nasceu em uma casa, não nasceu numa maternidade, foi isso?

**Maura:** (09:49) Não, não. Eu nasci numa maternidade mas né, (..)

**Eric:** (09:52) Entendi, a casa que você ficou desde criança, sim, tá, porque eu não consegui distinguir isso. E aí você morava então num lugar que já não existe mais, e hoje você mora em outro. Você consegue me identificar assim, pra eu me situar, onde é que você morava e onde você mora hoje?

**Maura:** (10:11) Eu morava bem próximo ali da igreja, eu morava na Rua 14, e essa rua fica bem próximo da igreja, perto da linha do trem ali.

**Eric:** (10:23) Ali é CHP 2 ou São José?

**Maura:** (10:25) Não, em João Goulart.

**Eric:** (10:27) João Goulart tá.

**Maura:** (10:28) João Goulart. E enfim, é...

**Eric:** (10:34) Quase vizinha da Patrícia então né?

**Maura:** (10:36) Quase vizinha de Patrícia, de Ana Paula.

**Eric:** (10:39) Bacana.

**Maura:** (10:40) Só que elas são mais jovens e aí a gente se reencontra depois, que acaba que elas são contemporâneas das minhas irmãs mais jovens.

**Eric:** (10:49) Isso que eu ia te perguntar, sua idade também?

**Maura:** (10:51) Eu sou de 66, eu tenho 54.

**Eric:** (10:55) A idade da minha mãe e do meu pai também. Por aí.

**Maura:** (10:58) Ah...

**Eric:** (10:59) Por aí.

**Maura:** (11:00) Mas, essa relação, essa relação com a favela sempre foi uma relação muito boa, uma relação de muita alegria, mas a gente tinha as coisas ruins, a gente tem (..) e tem ainda, a questão da criminalidade, a questão da violência, e até numa proporção menor, onde a gente tinha mais liberdade de estarmos na rua, enfim, de ter essa relação afetiva com esse lugar e com os amigos, que eu acho que na proporção que a violência e a criminalidade vai aumentando, a gente vai perdendo um pouco isso também, porque os pais ficam preocupados, das crianças mais na rua, e nesse tempo não né, nesse tempo a gente tinha uma liberdade, não tinha tanto tiroteio, não existia Caveirão, não existia nada disso. Mas existe uma coisa que me doía muito também, e aí tá na natureza, na natureza mesmo, das questões naturais que eram as enchentes.

Eu sou formada em Geografia pela UERJ, e entender a questão das inundações e das enchentes ali, e quando chegou na época da minha defesa, ah eu vou estudar, entendeu, o Rio Faria, vou estudar o Rio Timbó, enfim, porque isso foi sempre uma desgraça muito grande na minha vida sabe Eric, porque aí gente tinha a casa toda organizadinha, e assim, uma casa ser

assaltada, você perder as coisas porque foi assaltado, é distinto de uma casa ser invadida por enchente, por água, e você perder tudo, e depois aquela casa ainda fica minando água, enfim, e aí perdi os livros, perdi os meus vinhos, enfim, e enchente sempre foi uma questão muito mais dura pra mim do que conviver com essa violência, com essa criminalidade que tinha uma proporção muito menor. E durante muito tempo, eu passei uma das enchentes mais severas, se não me engano, em 90, 82 ou 92, 4 de janeiro de 82 ou 4 de janeiro de 92. E eu fiquei tão afetada com isso, porque na minha casa, ficou faltando assim um palmo pra água ir ao teto, então assim, a minha casa acabou né. Eu fiquei tão afetada que eu não conseguia mais ouvir Paulinho da Viola, é uma pessoa, um sambista ou compositor, porque eu gosto muito, eu não conseguia mais ouvir aquela música dele, “Foi um rio que passou em minha vida”, porque aí me remetia à questão da relação que eu tinha com o rio, e o rio já não era uma coisa, não era uma coisa mais legal, mas, pro lado da Geografia, eu entendia um pouco essa questão, do espaço natural do rio, enfim. E talvez aquele aterramento, Manguinhos é um aterramento, era um espaço de mangue, enfim, e o rio talvez só tivesse ocupando o espaço que provavelmente era dele, em outro tempo.

Então a enchente foi sempre uma impulsão pra minha saída de Manguinhos, e é uma coisa que não se tem resolvida até hoje né. E a igreja também, a igreja também sofria muito, a igreja também foi muito afetada com as enchentes, eu tenho isso em minha memória, e acabava as enchentes, aí né, as pessoas das pastorais lá, limpando a igreja, tirando aquela quantidade enorme de lama que fica, e isso me causava, assim, um mal estar porque eu acho que, quer dizer, eu achava que depois de uma enchente você não conseguiria mais recuperar esse lugar. Você está me mostrando aí fotos das enchentes né? É aí na igreja aí né?

**Eric:** (15:05) É. Exatamente na igreja, essas fotos eu acabei de me deparar no site do “Manguinhos território em transe”, e você estava falando, me veio essas fotos logo aqui na mente, são fotos da igreja.

**Maura:** (15:19) Você imagina o que fica de resíduo aí, o que essa água traz, o que essa água traz.

**Eric:** (15:27) Sim. Maura, você está me ouvindo? Maura? Maura? Maura? Oi Maura, você me ouviu?

**Maura:** (16:32) Oi.

**Eric:** (16:33) Oi, você me ouviu? Maura?

**Maura:** (16:40) Oi.

**Eric:** (16:41) Você tá me ouvindo?

**Maura:** (16:47) Tá me ouvindo?

**Eric:** (16:48) Eu te ouço. Você me ouviu?

**Maura:** (16:50) Sim.

**Eric:** (16:51) Tá, então tá. A gente tava falando, você tava falando das enchentes né.

**Maura:** (16:55) Isso.

**Eric:** (16:58) É, tá. Acho que você conseguiu elucidar bem nessa parte, aí você falou de onde você morava, que ali era o Parque João Goulart, e hoje você mora aonde?

**Maura:** (17:09) Hoje eu moro no entorno. Hoje eu moro em Higienópolis.

**Eric:** (17:12) Ah sim, você mora em Higienópolis. É, e aí você falou muito dessa questão, eu achei, olha, incrível essa parte que você fala do rio né, depois que a gente terminar essa entrevista, vou até conversar um pouquinho com você de um outro projeto, de colegas meus, que trata sobre o rio, mas aí a gente fala a parte, só pra registrar que ainda vou falar com você depois. É, mas eu acho que tem essa questão muito, mesmo, afetiva do local né, e dos impactos que, eu diria, a ausência do Estado, que até hoje não sanou esse problema, traz então, você identifica ali que o problema do tráfico, que a violência que teve sempre no território, talvez tivesse um impacto menor propriamente do que o impacto da ação da ausência do Estado, por exemplo da questão do rio, ou da questão propriamente natural que você vai aí estudar no seu trabalho, aí das suas formações, enfim.

E aí, a minha pergunta agora, seria baseado nesses obstáculos né, quais eram os obstáculos maiores que você tinha naquela época pra chegar à igreja né? E que você até tem

hoje? Se você for a igreja assim, quais são os obstáculos que você consegue identificar nesses dois períodos?

**Maura:** (18:30) Eu acho que esse obstáculo de chegar a igreja era assim, “olha, oh, o bicho tá pegando, tá tendo tiroteio”, que era mais raro, “você não pode brincar na igreja hoje”. Primeiro, eu ia na igreja pra brincar, eu não ia na igreja pra rezar, pra ir a missa, eu não ia, minha relação com a igreja não era essa. Eu ia a igreja porque era um espaço bonito, que era o único espaço belo que a gente tinha ali, então eu ia lá, porque era bonito ir ali.

**Eric:** (18:59) Você nunca frequentou a igreja então como fiel?

**Maura:** (19:03) Como fiel não, não ia enquanto fiel, não ia enquanto fiel.

**Eric:** (19:07) Mas alguém da sua família ia ou não?

**Maura:** (19:08) A minha família ia, a minha família ia, mas assim, ia também esporadicamente, em alguns eventos, e tal, nas festas, e os obstáculos eram esses, oh, tem um tiroteio não pode ir hoje brincar na igreja, não pode brincar ali onde tinha o Cruzeiro, que tinha um jardim lindo ali, que a gente brincava ali no jardim. E talvez tivesse a proteção do espaço do sagrado também né, “olha, brincar ali no espaço do sagrado é diferente de você brincar no espaço do profano”, então você ali estando nesse espaço do sagrado, talvez se tiver um tiroteio, a bala vai desviar, talvez o próprio sagrado vá te proteger, enfim. Tinha essa coisa também no imaginário né, no meu imaginário de criança, tinha poxa, a bala não vai me pegar porque eu estou no espaço da igreja e é o espaço do sagrado, mas enfim. Mas isso tava muito dentro do imaginário de criança. E quando tinha enchente também não podia ir né, olha, o rio encheu, o rio tá jogando pra fora, tá tudo cheio e a gente ficava preso dentro de casa, não podia ir pra lugar nenhum até a água baixar, e depois que a água baixava, a gente ficava um tempo cuidando de entendeu? Limpar a sua casa porque não tinha condições de continuar morando nela.

**Eric:** (20:31) Sim. É, é uma vida difícil mesmo, assim, você faz, daqui a pouco vem e reconstrói, daqui a pouco, enfim.

**Maura:** (20:39) Sim, daqui a pouco vem de novo...

**Eric:** (20:42) Vem de novo...

**Maura:** (20:43) E como a gente tem as festas de fim de ano sempre em dezembro, que é quando você tá começando, quando você tá no verão né, você está no início do verão, e aí é quando você tem as chuvas, é era quando a gente tinha enchente, e é dezembro que tem o décimo terceiro, que você pode trocar o seu móvel, você pode quitar a sua casa, você pode fazer a sua ceia, então a sua casa tava toda bonitinha, e aí você entendeu? Tava curtindo aquele espaço bonitinho também, porque seu pai teve décimo terceiro, porque sua mãe teve décimo terceiro, e a casa tá legal, tá bacana, mas daqui a pouco vinha a água e destruía aquilo tudo, e era sempre muito ruim Eric, porque isso acontecia sempre no mês de dezembro, janeiro, quando a sua casa tava igual casinha de noiva sabe? Toda bonitinha. Então era muito ruim isso.

**Eric:** (21:38) Sim, aí você falou também um pouquinho já das, do entorno, enfim, de como que era, das alterações que tem, daqui a pouco a gente fala um pouco mais disso. Mas eu queria agora entender se você já, você ia brincar né? Na igreja, você tinha família que participava das atividades religiosas, e você já participou de alguma atividade ou festividade da igreja? Assim, festa junina, dia do padroeiro, alguma festa de Natal? Alguma festividade você já participou? E se sim...

**Maura:** (22:14) Não, ia, ia porque era possibilidade de um encontro com o coletivo.

**Eric:** (22:22) Aham, aham. E como que era isso? Me conta um pouquinho das festas que você ia.

**Maura:** (22:25) E aí ia pras festas juninas, algum tempo cheguei a ir pro grupo jovem, enfim, mas era porque ali tinha os jovens só, tem jovens ali fazendo coisas, e Manguinhos tem uma particularidade que sempre teve padres muito progressistas né, a exemplo de Padre Gege hoje, a tempo atrás a gente teve o Padre Sebastião, que sempre foi um padre muito progressista, enfim, então a gente tinha liberdade de fazer coisas na igreja, de pensar coisas na igreja que tava fora dessa coisa do Cristianismo.

**Eric:** (23:04) Sim. É, me fala um pouquinho mais, então assim, de alguma festa que você lembre e do grupo jovem, porque eu percebi em outras entrevistas, até de pessoas que talvez você conheça, o Luiz, a Érica, o Henrique, que talvez sejam até da sua época, acredito, não sei se é



do mesmo grupo jovem, aí até mesmo pra eu traçar um pouquinho de quais grupos jovens são esses que possuía.

**Maura:** (23:30) É, Elenice, Elenice era do grupo jovem, Luiz, eu não sei se é o mesmo Luiz que você tá falando, qual Luiz você tá falando?

**Eric:** (23:38) É o Luiz da Dona Penha, filho da Dona Penha.

**Maura:** (23:41) Ah sim, Luiz Jaburu (risos), sim, Luiz também é dessa época, Luiz, Elenice, Marcão, enfim.

**Eric:** (23:53) Bacana.

**Maura:** (23:54) Mas eles eram mais efetivos que eu, eu nem um pouco, eles eram muito efetivos, enfim. Não, e aí eu retorno, eu retorno pra um trabalho da igreja depois de formada, que aí também é um trabalho na igreja de uso do espaço, porque aí eu volto pro pré vestibular, como professora do Pré vestibular Comunitário de Manguinhos.

**Eric:** (24:18) Hum. Como que era isso?

**Maura:** (24:23) Daí foi uma organização, eu, Luiz, Claudio, a gente começou a conversar e a gente tinha né, a gente tem um compromisso com esse espaço, a gente tem um compromisso com essas pessoas, o que que a gente pode fazer, vamos discutir e tal, ah, então vamos montar um pré vestibular comunitário, sim, então vamos montar um pré vestibular comunitário, você conversa com um amigo que é professor, pergunta se quer participar, e conversa com outro, e vai perguntando. Luiz Antônio sempre né, Luiz Antônio sempre indo a frente disso e tal, e aí a gente monta né, o Pré vestibular Comunitário, e a gente começa a trabalhar na Santa Bernadete né.

**Eric:** (25:08) Aham, aham. Mas teve ações na São Daniel também ou?

**Maura:** (25:12) Não, não, não. Aí só ali, no educacional, só a nível de educação só na Santa Bernadete.

**Eric:** (25:19) Tá. E quando foi isso mais ou menos? Assim, em termos de ano? Você lembra?

**Maura:** (25:23) Ah, década de 90.

**Eric:** (25:25) Ah, ainda na década de 90.

**Maura:** (25:27) Ainda na década de 90.

**Eric:** (25:29) É, e como que era assim, você falou que mudou muito a construção né, desde que, você nasceu em Manguinhos, na década de, você nasceu em 66, quando a igreja tava sendo tombada, ela tinha muito brilho, e aí você tem as suas lembranças ainda de criança, da infância, enfim. E como que você vê essa mudança do entorno? O que você observou, o que mais te marca nessa transição, nessa mudança do entorno? Fisicamente? Vamos colocar assim.

**Maura:** (26:02) Eu acho que o próprio adensamento, o próprio adensamento da favela, que a favela fica muito adensada, antes você tinha umas ruas mais largas né, você não tinha tanta verticalização, ali em João Goulart, você tinha umas casinhas baixas e tal, não tinha ainda as verticalizações, não tinha esse adensamento que a gente tem hoje, não tinha tanto beco, mas eu acho que isso é uma necessidade de moradia, enfim, uma necessidade de moradia relacionado ao crescimento da população.

**Eric:** (26:36) Que gerou impacto né, na igreja?

**Maura:** (26:40) É, na igreja sim, gera um impacto sim, porque até, a vista que a gente tinha ali era outra né, você não tinha nenhuma casa ali, segundo, de terceiro andar, eram todas as casas baixinhas e tal. E a igreja ali, naquela parte central ali, eu acho que (...) muito o espaço.

**Eric:** (27:12) E no sentido das relações sociais? O que você vê de mudança?

**Maura:** (27:18) No sentido das relações sociais, e aí eu vou falar desse tempo, porque nesse tempo eu tava com 10, 12 anos, enfim. Era uma coisa mais de rua, a gente podia ficar mais na rua, não tinha essa coisa de ficar, como eu já falei anteriormente, presa em casa. E essa relação social ela se dava na escola, a escola pública era uma escola de boa qualidade, e a gente tinha a escola pública, e aí saía da escola, e a gente tinha sempre um vôlei, que a gente brincava, a

gente tinha sempre um queimado, a gente tinha sempre as brincadeiras de rua. E essa coletividade, essa coletividade que existe dentro da favela, que é, que é de certa forma um sobreviver, porque se você não tiver essa coletividade, enfim, quando você precisa do seu vizinho pra bater uma laje, você precisa do seu vizinho pra tomar conta do seu filho, você precisa do seu vizinho, pra dividir entendeu? Um dia você leva o seu filho pra escola, no outro dia leva o filho do vizinho, enfim. Essa coletividade, eu acho que ela existe até hoje sim né, porque é uma necessidade de sobrevivência, as mães sem creche, uma carência de creche em Manguinhos ainda é uma coisa notória. Então à tempos atrás isso nem existia, então era uma vizinha tomando conta da outra, do outro, do filho da vizinha que trabalha, enfim, o pai que tá fazendo obra e que só pode no final de semana, e que vai ter que bater uma laje, enfim, que vai ter que todo o mundo ajudar. Então essas relações eu acho que elas ainda existem, elas ainda existem sim sabe.

**Eric:** (29:11) Bacana. Acho que só modificou um pouco né, assim, também teve a questão da fragmentação, mas acho que ainda assim, com as redes sociais, com os movimentos mais atuais, a gente consegue ter um pouco ainda. Por exemplo, você falou que você e Ana Paula ali eram, por mais que fossem de idade diferente, mas vocês moraram próximas, hoje está cada uma num canto, assim, eu estou falando, to dando um exemplo da Ana Paula e da Patrícia porque eu conheço, mas existem outras pessoas que foram se espalhando também no próprio território, outras foram saindo.

Mas com o movimento das redes sociais, você acaba conseguindo ter uma aproximação, com outras, até dos períodos, o próprio Luiz já não mora mais na comunidade também, a Elenice ainda mora, você também mora no entorno, então isso ajuda um pouco, mas a gente vê que tem essa modificação também na comunidade, assim, de quem permanece com a igreja. É, agora assim, indo pra parte da preservação, não sei se você conhece, o que é um bem tombado, se você já ouviu falar em INEPAC, em IRPH, que são os órgãos de tutela, você tem algum conhecimento específico disso?

**Maura:** (30:20) Não, especifico não, eu tenho conhecimento bem, bem superficial, e aí dentro...

**Eric:** (30:26) O que você conhece por exemplo?

**Maura:** (30:27) Dentro dessa minha superficialidade, eu me espanto muito quando eu chego em frente a São Daniel Profeta hoje e vejo aquela placa lá, “Bem Tombado” sabe, Bem Público

Tombado. Porque quando me vem essa ideia inicial do que é um bem público tombado, eu penso que é um troço assim, muito bem preservado, muito bem conservado, muito bem cuidado, enfim, e a igreja eu vejo que ela hoje, ela não, não tem nada né, ela só tem uma estrutura de esqueleto original né, mas não tem mais nada, enfim. Aí a São Daniel Profeta tá aonde? As obras que se tinham né, dentro daquele espaço estão aonde? Possibilidade desse espaço voltar né, a ser o que era, a responsabilidade é de quem? Enfim, essa coisa de ter esse conhecimento com maior profundidade eu não tenho.

**Eric:** (31:28) Não, exatamente assim, é pra, eu estou traçando esse perfil assim, pra entender qual é a relação, você tem algum, um mínimo assim de conhecimento específico disso, outras pessoas talvez não tenham quase nada, e aí falam assim, “ah tombar é derrubar”, né, enfim, podem ter diversas interpretações. A minha ideia nessa pergunta é identificar justamente o conhecimento da pessoa e aí tentar traçar um perfil assim básico quanto a isso. E aí eu vejo que você diz que a igreja tem uma representatividade muito grande na comunidade, não só pra comunidade, como pra você também ela tem essa representatividade, mas falando no sentido da comunidade, qual é essa representatividade que a igreja tem em Manguinhos? Como que você identifica isso?

**Maura:** (32:15) Pois é, deixa só eu buscar um recorte aqui. Eu fui gestora durante um tempo da Biblioteca Parque de Manguinhos, e aí...(risos)

**Eric:** (32:25) Eu tenho uma experiência ótima naquela biblioteca, eu amo aquele espaço. Não só de Manguinhos.

**Maura:** (32:31) E aí, aquele espaço é uma dor até hoje, talvez maior até do que a igreja em mim. Mas, é, e aí a gente tinha um interesse, de curiosidade de saber, poxa, o que que o pessoal tá lendo, e o livro do Niemayer teve uma época que ele acabou, um livro bonito que a gente tinha, ele acabou, mas sabe quando um livro acaba de uso, porque era um livro que saía muito, que saía demais, saía demais. Gente, e porque que esse livro sai e volta, sai e volta? E você vê que ele tá saindo e tá voltando, e que ele está sendo consumido, enquanto livro? E era justamente por isso, porque olha, aquela igreja São Daniel, quem fez aquela igreja entendeu, foi Niemayer, e as pessoas pegavam esse livro pra ver, ah não, porque que ele sabia sobre Niemayer, alguma coisa, a escola, não, era uma relação direta com a igreja São Daniel.

E é muito interessante, porque de repente você acha que nossa, isso tá perdido, não, essa relação existe até hoje. Eu estou falando de agora, de 2015, 2016, enfim. Então eu acho que essa igreja tem essa representatividade sim. No meu tempo talvez, fosse mais intenso isso, talvez pela beleza, pela beleza dela.

**Eric:** (33:54) Pela diferença né, pela diferença da arquitetura?

**Maura:** (33:58) Exatamente, não tinha nada, não tinha nada, e assim, você, eu enquanto criança, eu lia algumas coisas sobre a igreja, procurava ler e a gente tá falando de um tempo onde não existia Google né, o mundo não estava na palma da nossa mão ainda, não existia essa possibilidade. E eu lia, conversava com algumas pessoas e eu fiquei muito impressionada, uma vez que me falaram da arquitetura da igreja, e aí me falaram que quando o Niemayer pensou ela, ele pensou numa hóstia né, que é uma hóstia da cerimônia religiosa, cristã, da comunhão, enfim, que você olhando ela de cima, de fato ela parece, parece uma hóstia e tal. Então essa coisa passa a se fazer mais, a se fazer mais sentido. Eu tenho um texto que eu escrevi, que aí eu relato muito essa questão da minha, da minha afetividade com essa obra, que eu escrevi pra, depois se você quiser, eu te dou até essa revista, pra revista “Setor X”, aí eu te dou, que aí...

**Eric:** (35:04) Maura? Você tá aí? Caiu.

**Maura:** (35:16) Oi

**Eric:** (35:17) Oi. Voltou. Você caiu. Você tava falando da revista, eu não consegui entender o nome da revista, um texto que você escreveu.

**Maura:** (35:24) É “Setor X”. Eu escrevi um texto falando sobre a igreja.

**Eric:** (35:34) Sim. Quando foi isso?

**Maura:** (35:38) Isso foi em 2012.

**Eric:** (35:42) Bacana. Eu quero sim. Depois inclusive eu vou te pedir, se você puder, me identificar fotos, de família, suas, na igreja ou da igreja, textos que você tiver, se você puder me escanear, me mandar foto de repente, o que você puder, eu acho que vai ajudar muito a

construir. Só, até pra te informar, é paralelo a esse trabalho da minha dissertação, a gente, eu estou enquanto coordenador dessa Comissão né, de preservação, talvez você já tenha ouvido falar, que é um novo momento de tentar recuperar a igreja, em termos da sua estrutura mesmo, física, enfim. E aí a gente está montando um acervo comunitário. O que é esse acervo comunitário? São fotos das pessoas mesmo, das atividades cotidianas, então a gente já conseguiu, eu não tenho agora o número específico de fotos, eu tenho até que talvez organizar isso mais pro futuro, mas já tem em torno mais de 100 fotos.

**Maura:** (36:43) (..)

**Eric:** (36:44) Tem até dos padres antigos, da igreja, eu posso até te mostrar aqui depois no final, mas são fotos muito interessantes. Então a ideia é justamente tentar pegar essas imagens, das pessoas mais antigas, assim, que tenha recordações mais passadas, e até mesmo algumas mais recentes, 2000, 2010, que ajudam muito a contar essa história da igreja. E aí eu acho que esse meu trabalho na dissertação é mais uma contribuição nesse processo todo tá. Essa parte das entrevistas é, também assim, eu tentar montar um quebra cabeça porque cada uma me traz uma informação nova, e eu particularmente estou fascinado com a nossa entrevista, adorei essa informação que você me trouxe, dos jovens da Biblioteca Parque, porque pra mim enquanto pesquisador, a Biblioteca Parque também tem um papel muito importante, assim, da minha formação, enfim, não vou entrar aqui muito no mérito, mas eu acho que é um papel muito importante, que ela tem em Manguinhos, junto com a igreja. **(lembrete de entrevista)**. Pronto, desculpa. Eu acho que, eu tenho um trabalho, depois posso compartilhar com você também, que eu identifico dois pontos potenciais pra uma teoria chamada “acupuntura urbana”, que é, a acupuntura do nosso corpo, você aplica em um ponto do nosso corpo e melhora outro né, e a acupuntura urbana é exatamente isso, você tem pontos, nós, na cidade, que você melhora eles, requalifica eles, dá mais qualidade, dá mais **(travou a imagem)**.

**Maura:** (38:37) Eric?

**Eric:** (38:41) Oi, você me ouviu Maura?

**Maura:** (38:42) Agora eu te ouço de novo.

**Eric:** (38:44) Você me ouviu até onde?

**Maura:** (38:49) Você tava falando da acupuntura da cidade, acupuntura urbana (..)

**Eric:** (38:52) Isso. E aí eu identifico dois pontos que eu acho que pra você eles são muito marcantes, que é a igreja de São Daniel Profeta e a Biblioteca Parque de Manguinhos, que são dois pontos de cultura, vamos colocar assim, de troca, de experiência, de efervescência, que são importantes pra essa manutenção da vida, da sociedade ali em Manguinhos. Obviamente tem outros equipamentos, mas (..) equipamentos culturais, esses foram os que eu identifiquei de extrema importância e que eles são ligados de um ponto a outro. Que eles, em total capacidade, estruturados, eles são capazes de transformar a vida ali da comunidade ao longo prazo, a médio prazo, talvez até a curto prazo, mas são equipamentos de extrema importância pra esse cotidiano. Então, acho que assim, isso que a gente está trocando, essa informação que você me trouxe, da Biblioteca, ela é um dado também muito importante. Porque como que um equipamento de cultura, traz ali uma informação de um outro equipamento do território né. (..) livro do Niemeyer, caramba, um monte de gente lendo, eu achei, eu particularmente achei essa informação aí, agora, fundamental pra mim. Eu agradeço muito.

**Maura:** (40:06) De nada. Deixa eu te falar uma coisa Eric, eu estou com 9% de bateria.

**Eric:** (40:13) Aham, aham.

**Maura:** (40:14) E aí a gente pode fazer a seguinte logística, a gente pode ir falando até acabar, ou então eu posso pegar o carregador e ver uma extensão aqui (..) pra gente continuar, o que você prefere?

**Eric:** (40:25) Pode ser o carregador, se você quiser até desligar a câmera, também não tem problema.

**Maura:** (40:33) Tá. Eu vou pegar, eu vou pegar aqui uma extensão e vou botar o carregador aqui.

**Eric:** (40:40) (..) só te falar que a gente não falta muito não. Falta bem pouquinho.

**Maura:** (40:43) Tá bom, beleza (..) **(pausa na entrevista)**

**Maura:** (41:04) Eric você me ouviu? Tá me ouvindo?

**Eric:** (41:08) Ouço sim Maura.

**Maura:** (41:10) Quando você tava falando (..) que você está com quase 100 fotografias, é outra questão em relação a enchente, porque quando a água tá chegando, (...) as coisas mais valiosas, fotografia nessa época não tinha, não tinha esse valor, que a gente tem hoje de memória, você queria salvar documento, você queria salvar o sofá mais novo, (..) e assim, (...) de quando eu tinha 6, 8 anos.

**Eric:** (41:54) Caramba. Eu fiquei curioso agora com isso porque é verdade isso né. Eu também já observei assim, que hoje né, eu acho que isso é mais contemporâneo, e vejo algumas ocupações, quando tem remoção, ou algo do tipo, que as pessoas pegam as fotografias, como que você falou, um documento. As pessoas naquela época talvez pegassem mais os documentos, que fosse mais importante, mas talvez não desse tanto valor a foto, que até era uma coisa cara, mas que hoje eu vejo muito isso, um movimento da foto, as pessoas tentando resgatar também as fotos. Então eu acho que são as atribuições de valores né.

**Maura:** (42:37) Sim, eu acho que não tinha né, esse valor, a memória né.

**Eric:** (42:41) Sim, sim. E aí já que a gente está falando então em valor, quais são os valores que você identifica para a igreja? Que você identificava naquele momento? Da sua adolescência, da sua juventude, da vida adulta, e agora ainda na vida adulta, e com as mudanças da igreja né, quais os valores assim, que você consegue identificar que mudaram, enfim?

**Maura:** (43:10) É, eu acho que esse valor da beleza da igreja ele mudou completamente né Eric. Alo?

**Eric:** (43:23) Sim, sim.

**Maura:** (43:25) Eu acho que esse valor da beleza enfim, ele mudou, ele mudou completamente porque esse valor era uma atração, que não era uma atração (...) independente de ser um espaço do sagrado, era uma arquitetura bonita, então esse valor da beleza era um valor, de uma



importância muito grande. O valor da minha relação, embora aquele espaço fosse o espaço do sagrado, a minha relação com esse espaço não se dava na comunhão com o sagrado, então como eu te falei antes, eu não ia a igreja porque tinha essa comunhão com o sagrado, eu ia a igreja porque tinha uma comunhão com o entretenimento.

**Eric:** (44:19) Sim. Então seria um espaço de representatividade?

**Maura:** (44:23) Sim.

**Eric:** (44:25) Sim. E você acha que alguns valores modificaram? Além hoje, ou que tinham na época? Assim, vou te dar uma cola né, valor social, valor, o histórico mesmo que a gente já tem? Deixa eu pensar outro...

**Maura:** (44:45) É, eu acho que esse valor, esse valor histórico ele (...) eu acho que na época não se tinha isso, o próprio (...) não sei se essa igreja estivesse em outro espaço, em outro espaço onde acontece uma ação do (..), talvez ela tivesse se mantido em sua originalidade. Porque também eu sou contra a essa coisa de endemonizar, ah foi entendeu? As pessoas que acabaram com a igreja, não, o que acabou com a igreja foi a enchente, o que acabou com a igreja foi o abandono do Estado, então as pessoas gostam muito de endemonizar a favela, oh, aí não é espaço pra se construir nada porque o público acaba, entendeu, as pessoas destroem tudo. Enfim, a Biblioteca Parque hoje acho que é um exemplo disso gente, o Estado abandonou. Não só a Biblioteca Parque, como o Centro Cívico, o Centro Cívico de Manguinhos hoje, que aí a gente fala hoje (..) onde estava a Biblioteca Parque, onde estava a Casa da Mulher, o Centro de Referencia da Juventude, (.....) só a Clínica da Família e a UPA Manguinhos. Os outros equipamentos não funcionam, estão funcionando, estão funcionando (..) precária.

**Eric:** (46:14) (..)

**Maura:** (46:19) (...) Estado.

**Eric:** (46:22) Sim. É verdade. Não sei se você ouviu o que eu falei, que quase que a UPA também fecha.

**Maura:** (46:30) É, exatamente. Não, fechou né, fechou.

**Eric:** (46:33) Sim, sim, quase que ela, tipo assim, eu digo de fecha, de permanece, se não fosse a mobilização social.

**Maura:** (46:40) É, quase que acaba de vez, se não tem uma militância aí entendeu, um grito por socorro, acaba de vez.

**Eric:** (46:45) É, e aí por exemplo, e esse negócio de acaba de vez, e a igreja de São Daniel Profeta, se ela acaba de vez, com que ela deixaria de contribuir? Qual seria a maior perda da igreja?

**Maura:** (47:01) Ah, eu não sei, aí se a gente for falar na vertente do sagrado, seria a prática dos cultos religiosos.

**Eric:** (47:12) Aham, aham, sim.

**Maura:** (47:13) Agora, na vertente do profano seria a própria arquitetura. Seria a própria arquitetura que se acabou, e aí a gente ainda falando dessa coisa do sagrado, que era outra coisa que eu fazia muito, (...) nas festas dos terreiros, de candomblé, de umbanda, (...) e ia pra brincar, pra pegar doce, (...) enfim, e hoje você chega em Manguinhos, você não tem mais, não tem mais nenhum terreiro.

**Eric:** (47:57) É. Interessante essa informação também.

**Maura:** (48:01) É Eric, era um espaço que eu também ia e também não ia motivada entendeu, por nenhuma...

**Eric:** (48:08) Religião, nenhuma prática religiosa.

**Maura:** (48:10) Prática religiosa. Eu ia também por conta do entretenimento.

**Eric:** (48:16) Sim. E é curioso até, o próprio padre Geraldo, ele tem uma relação de conscientização com as outras religiões, me falha agora a palavra, do respeito às outras religiões, é?

**Maura:** (48:35) (..)

**Eric:** (48:42) Oi? É, no sentido assim, de que ele traz também o culto, o culto negro, a questão...

**Maura:** (48:44) Uma coisa mais ecumênica né.

**Eric:** (48:47) Ecumênica, assim de trazer, e acho que isso até causa espanto né, na comunidade, então por exemplo, quando ele traz a missa da consciência negra, que as pessoas falam assim, “ué, missa com música diferente, entendeu? Então acho que isso também é uma questão muito interessante da igreja, que ela traz a questão do respeito inter-religioso, não lembro agora qual é a palavra correta que tem aí, que é utilizada. Mas acho que isso traz também uma coisa a se pensar, que é o que você falou da inexistência hoje de religiões de matriz africana, o aumento de religiões neo pentecostais, e tendo esse simbolismo, de juntar, de trazer pra discussão o respeito, acho que isso é uma coisa interessante também. Outra coisa que você traz. E aí você falou, no sentido dela não existir mais, do sagrado, deixaria de ser pela prática religiosa, e no profano seria a arquitetura. E agora já emendando um pouquinho nessa questão da arquitetura, você falou pra gente um pouquinho no início, da sua ligação, de desenhar na tatuagem e tudo mais, que você fez no seu corpo, o que representa ali o desenho do Niemayer, e qual é a sua opinião, você falou que acho que você teve, tiveram um diálogo, uma coisa assim da família também, de manifestações, desse não reconhecimento da obra por parte dele né, do próprio arquiteto, e o que que você acha que isso muda, qual a sua opinião em relação a isso né? Dessa questão desse não reconhecimento por parte do próprio autor?

**Maura:** (50:30) Eu acho isso de uma, não sei, não sei se é uma questão da vaidade, do excesso de vaidade né, que obra é dele, enfim, da família, não sei, mas eu acho mesquinho né, eu acho muito mesquinho, e também não sei, talvez você seguindo nessa pesquisa, tenha essa informação. A gente tem isso documentado, essa questão, uma questão (..), enfim, a assinatura é dele.

**Eric:** (51:20) Sim, sim. Quando você diz documentado, é o documento, não é só a fala dele, mas a autoria né?

**Maura:** (51:28) Sim, a autoria. É claro que você vê ali traços claros do Niemayer, você vê, a arquitetura é do Niemayer, você olha pra ela é Niemayer sabe.

**Eric:** (51:41) Correto. A gente está se encaminhando agora pra parte final, eu já não tenho mais nenhuma pergunta aqui, elaborada pro roteiro, pelo roteiro, mas eu queria deixar aberto pra você falar alguma coisa que você queira, mas eu também queria pedir que você deixasse uma história da igreja, alguma coisa especifica, pras futuras gerações, o que você deixaria pros mais jovens ou pros que ainda virão? Sobre esse bem que a gente já discutiu aqui que tão representativo é pra comunidade de Manguinhos?

**Maura:** (52:19) É, eu acho que essa minha, essa minha relação, eu tenho uma relação muito forte, eu costumo dizer que eu sou “Cidadã Manguense” mesmo, e que aproveitei, e aproveitei muito, me desenvolvi, me desenvolvo muito né, nesse espaço, e que esse espaço, esse espaço, que é um espaço tão bonito, a gente não tinha praça, em Manguinhos a gente não tinha nenhuma praça, que a gente pudesse, a gente não tinha um parque, a gente não tinha um Centro Cívico que hoje, quer dizer, hoje também tá muito detonado, mas quando a gente ganha o Centro Cívico, ali, com aquela praça maravilhosa, ali em frente a biblioteca, enfim. Pista de skate e tal, a gente pra andar de skate, a gente tinha que vir aqui pro morro, que os morros de Higienópolis, e descer aqui, não tinha essa coisa, não tinha uma praça, não tinha um lugar pra gente andar de skate, não tinha um lugar pra gente andar, não tinha um lugar pra gente andar de bicicleta, enfim.

Essa minha relação com a igreja, acabou que era um espaço bonito, que me atraía muito, mas que também outros espaços poderiam, poderiam me atrair, eu poderia dividir, poderia não só ir, não só ir pra igreja, então eu acho que a briga hoje, é uma briga de militância mesmo. Eu acho que a gente tem que continuar nessa luta pelos espaços, principalmente pela construção e pela manutenção dos espaços públicos. Eu acho muito honroso essa briga hoje de um resgate da igreja sim, de um resgate da igreja em sua originalidade, de um resgate do Centro Cívico com todos os equipamentos funcionando, e uma responsabilidade na manutenção desses equipamentos pelo Estado. Eu acho hoje é uma questão de sobrevivência, e que a gente tem que fugir um pouco dessa coisa, olha hoje tudo, eu detesto uma coisa que foi muito usado na época do PAC, que era uma coisa, de quando tiraram as pessoas né, quando os moradores fizeram a opção de irem para os predinhos, de irem para os apartamentos, e aí que se falava, usava muito a expressão, “a gente tira eles da favela, mas

não consegue tirar a favela deles”. Isso era falado de uma forma preconceituosa e aí eu entendo a favela em mim como a minha formação cultural, e aí se você leva a favela pra onde você for, isso é maravilhoso, porque você tá levando a sua origem, porque você tá levando a sua formação cultural pra qualquer espaço, assim como eu trago hoje entendeu, a igreja que é uma parte desse espaço no meu corpo.

**Eric:** (55:23) Sim, caramba. É real assim. São as relações sociais, que a gente conversou um pouco aqui, dessa questão mesmo de um ajudar o outro, e acho que isso é muito pertinente da favela. E a própria questão dos “puxadinhos”, que talvez seja uma das formas aí também, eles saem da favela, mas a favela não saem deles também, acho que é uma das formas também da manifestação e que é dada a partir do que você falou lá no início, da necessidade de moradia né. As casas eram de um pavimento, hoje são de três, quatro, porque tem necessidade né, eu tenho um filho, e meu filho tem outro filho, e assim vai, cada um precisa...

**Maura:** (56:07) (...) família e vai aparecendo puxadinho.

**Eric:** (56:10) Sim, exatamente. Então isso é uma necessidade da favela, só que precisa ter ali uma assistência do Estado, assim né, ele não é de pegar e fazer, mas o de orientar, também de até mesmo de proibir né, eu acho que também tem isso, porque se, a gente precisa entender os nossos limites enquanto cidadãos também né, a gente não tem só direitos, a gente também tem dever, e muitas vezes é isso, eu precisa entender que, eu não posso construir até três, quatro pavimentos porque a minha, sei lá, a malha urbana que está aqui em volta de mim, só suporta determinada quantidade de pessoas, isso é...

**Maura:** (56:48) (...) do Estado em relação a isso.

**Eric:** (56:51) Exatamente, porque isso é um outro campo de estudos, do campo de estudo do Urbanista, mas o que precisa, a pessoa da favela ela não tem essa informação, ela precisa ter, ela precisa ser alertada, ela precisa ser proibida também de determinadas coisas, como uma cidade comum né, dita formal vamos dizer assim, não gosto muito desse termo, cidade formal, mas é isso assim. A gente precisa ter os limites pra todos os lados, então a gente precisa identificar meios, e acho que só as políticas públicas com participação social, que é até um método que a gente tá tentando traçar, pra essa nova construção de ideia de restauração da igreja, que é a participação social, que são os fiéis que sempre deram gás, sempre tiveram

envolvidos nesse processo, e aí a gente está, enquanto técnico, dando esse suporte. Então é um pouco isso também que a gente tá pra contribuir. Dito isso também assim, eu gostaria Maura, extremamente assim, agradecer a sua presença, a sua participação, eu acho que deu pra ter um pouco aí desse ar de informalidade também, espero que tenha dado, e agradecer muito a sua participação mais uma vez já nessa pesquisa.

**Maura:** (58:09) Eu que te agradeço muito, fiquei super feliz de conversar com você, e me coloco a disposição (...) se tiver alguma coisa a mais (...) a gente (..)

**Eric:** (58:26) Tá ótimo, e vou mesmo perturbar Maura. Muito obrigada.

**Maura:** (58:29) Tô sempre a disposição.

**Eric:** (58:31) Pera aí, não sai não...

## **ENTREVISTA COM LUIZ ANTÔNIO; EX-MORADOR E EX-FIEL (26/06/2021) PLATAFORMA UTILIZADA: MICROSOFT TEAMS**

Entrevista – PPGPAT COC Fiocruz SDP – Luiz Antônio Ex morador ex fiel

**Éric (0:12)** Bom dia, Luiz. Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer a sua participação na pesquisa intitulada “Patrimônio em território (in)visível: a igreja de São Daniel na favela de Manguinhos” (...) realizada no âmbito do Programa de Pós Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz (...) sob minha responsabilidade e orientação da Prof.a Dr.a Sc. Inês El-Jaick de Andrade, com coorientação do Prof. Willian Seba Mallmann Bittar. O objetivo do projeto é contribuir para a preservação da Igreja de São Daniel Profeta como Patrimônio Histórico Cultural a fim de subsidiar a elaboração de um centro interpretativo por meio de estratégias participativas em territórios conflituais. A razão de você estar sendo convidado se deve à necessidade de compreender as relações sociais entre endógenos da comunidade com a edificação histórica da Igreja São Daniel; a sua participação se consistirá nessa entrevista com perguntas relativas à sua vivência em relação à comunidade de Manguinhos e a igreja. As perguntas foram ordenadas com uma certa relação entre si (...) Apesar das perguntas diretas, você pode ficar a vontade à medida que cada pauta for sendo abordada. Como você concordou, essa entrevista está sendo gravada para possibilitar sua posterior transcrição (...) Esses dados ficarão armazenados sob minha responsabilidade em um disco rígido criptografado por até 5 anos após o término da pesquisa. (...) Todas as informações obtidas serão confidenciais - se desejado - e serão utilizadas somente com fins de subsidiar a elaboração de um centro interpretativo conforme o objetivo da pesquisa (...) Você e qualquer outro participante poderão ter acesso aos resultados a qualquer momento, mesmo durante ou após a pesquisa. Seus dados pessoais se manterão em total segurança. Apenas a coordenação terá acesso a essas informações. (...) Os riscos previstos no estudo são

mínimos, relacionados à possibilidade de você se sentir constrangido ou desconfortável com alguma pergunta; a fim de minimizar, peço que me sinalize caso não queira responder uma pergunta e aí a gente passa para um próxima. (...) Caso haja alguma informação queira o anonimato, me sinalize (...) Os riscos ao ambiente virtual foram reduzidos pela utilização dessa plataforma de fácil acesso limitada a nossa participação e acesso. (...) Você não terá nenhum gasto ou ônus com a participação desse estudo e também não receberão qualquer espécie de reembolso ou gratificação (...) A participação é voluntária não-obrigatória e você tem plena autonomia de retirar a participação a qualquer momento sem qualquer tipo de punição. (...) Os resultados da pesquisa serão amplamente disponibilizados à sociedade por meio do website do programa de pós-graduação <http://www.ppgpat.coc.fiocruz.br/index.php/br/> (...) Em caso de dúvidas, meus canais de comunicação estão abertos, bem como vocês do canal de comitê de ética e pesquisa da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio a qual a minha pesquisa foi submetida e aprovada. Bom, fiz aqui uma breve leitura do termo de consentimento livre esclarecido (...) Gostaria de saber se você concorda em participar da pesquisa.

**Luiz Antônio (3:55)** Concordo.

**Éric (4:14)** Tá ótimo (...) Luiz, mais uma vez queria agradecer a sua presença. Já entrando na pesquisa a gente vai começar a falar um pouquinho de você (...) De quem é Luiz da comunidade de Manguinhos (...) Qual bairro da comunidade você residia (...) Qual era a localidade que você morava?

**Luiz (4:41)** Eu sou originário do Morro da Cachoeirinha (...) Lins Vasconcelos, onde nós fomos (...) Após solicitação da Marinha do Brasil pelo terreno onde nós estávamos residindo, no início da década de 70 fomos transferidos para a comunidade de Manguinhos, o que hoje chamou CHP2 ou Parque São José (...) Passei a residir na Rua Maranhão 29. Esta rua se inicia aos fundos da Capela de São Daniel. Residi lá até o meu casamento em 1997.

**Éric (5:34)** E hoje você mora onde?

**Luiz (5:36)** Moro no bairro de Del Castilho.

**Éric (5:41)** E sua família ainda mora lá, né?

**Luiz (5:43)** Sim. Mãe. Minha família reside especialmente minha mãe em uma casa, meu irmão em outra (...) Uma outra o meu outro irmão.

**Éric (6:02)** Não é na mesma casa que vocês moravam anteriormente, né?

**Luiz (6:04)** Não. A casa que a gente morava é a atual casa da minha mãe; na Rua Maranhão.

**Éric (6:12)** E você (...) Desde quando você começou a frequentar a Igreja? Quando você conheceu ali? Você disse que morava bem atrás dela (...) Quando você passa a frequentar (...) Foi quando vocês foram removidos do Morro da Gasolina, correto?

**Luiz (6:54)** Não. Morro da Cachoeirinha.

**Éric (7:00)** Ah, sim. É porque falhou pra mim (...) Você tinha que idade?

**Luiz (7:15)** 10 anos.

**Éric (7:18)** Então você tem bastante memória disso, né?

**Luiz (7:30)** Recordando (...) Eu vim do Morro da Cachoeirinha, terreno que a Marinha do Brasil (...) Fomos transferidos no ano de 78 e eu tinha 10 anos.

**Éric (7:49)** Entendi. E aí você foi para trás da Igreja São Daniel Profeta (...) A partir de quando vocês começam a frequentar? Como você descobre/conhece a Igreja? Quais suas memórias daquele período?

**Luiz (8:04)** O caminho (...) Eu, obrigatoriamente para chegar a minha casa, tinha que passar pela Igreja. A questão de participar, eu já vinha. A minha família toda é católica e a gente participava da Igreja em Lins Vasconcelos: Igreja Sagrado Coração de Jesus, onde fiz minha primeira comunhão (...) Então quando eu vim já comecei a frequentar a Capela (...) A Capela mudou o movimento que ela tinha porque, neste período, final da década de 70, o Padre Sebastião Lourenço Vieira (...) Ele conseguiu um terreno - parte do abrigo Cristo Redentor - para construir, hoje, a Paróquia Santa Bernadete. (...) Então estávamos naquele período de transição entre ficar na Capela e na Paróquia, e nossa participação maior era na Paróquia. (...) A capela, nesse momento, deixa de ser Paróquia para ser uma Capela que pertenceria à Paróquia Santa Bernadete.

**Éric (9:02)** Entendi. Isso na década de 70, né?

**Luiz (9:08)** Início da década de 70.

**Éric (9:11)** E aí (...) Você disse que, para ir para a sua casa, você passava sempre pela Igreja (...) Quais eram os maiores obstáculos para ir à Igreja ou até mesmo para chegar em casa (...) O que você identificava como obstáculo naquele período?

**Luiz (9:27)** Naquele período (...) Nenhum. Ainda mais na minha idade, eu não percebia nada que acontecia em volta. Pra mim, eu não conhecia perceber nada que fosse anormal. (...) O terreno da Igreja não era como hoje - cercado por uma grade -, então a gente sempre estava ligado à igreja. A gente passava pelo jardim da Igreja. Fazia parte do nosso caminho.

**Éric (9:57)** Por exemplo, o padre (...) Até anotei aqui para comentar com você (...) Eu fiz algumas anotações de padres que já passaram, mas que sempre que eu pergunto as pessoas falam “Ah, isso aí o Luiz sabe”; e aí eu já identifiquei alguns padres: padre Júlio, Sebastião, Cristiano (...) Alguns que estão vindo à minha mente. (...) Queria saber de você quais são as lembranças e os períodos dos padres.

**Luiz (10:33)** O Padre (...) Eu conheci posteriormente quando cheguei à São Daniel (...) Padre Júlio foi ali 62/66.

**Éric (10:48)** Padre Júlio foi o primeiro então?

**Luiz (10:50)** É. Ele ficou pouco tempo lá (...) Veio Padre Sebastião, e aí houve um problema onde ele foi transferido em 83 (...) Saiu da Arquidiocese por determinação do Eugênio de Araújo Sales e foi residir em outra cidade. E quem assumiu como interventor foi o Padre José Carlos Guimarães. Ficou até o falecimento dele em 1998 (...) Porém tem uma ressalva: como o padre se colocou como interventor, ele não se dedicava na Capela. Com isso, a pedidos de



várias Sras. que rezavam o terço (...) Pediu ao Dom Augusto Zinho, responsável por nossa área, para colocar outro padre à função da Capela (...) Veio o Padre Pedro Paulo, que estava na Paróquia.

**Éric (12:36)** A Igreja já tinha, desde a década de 70 já tinha se tornado Capela. Não era mais Paróquia, né?

**Luiz (12:40)** Não era mais Paróquia, e aí o Padre José Carlos Guimarães (...) Porém o responsável pela Capela de 90 até 99 ficou o Padre Pedro Paulo, que faleceu em julho de 99. Quando o Padre Pedro faleceu, já não era mais responsável pela Capela. Assumiu o Padre Cristiano (...) Assume e depois do Padre Cristiano, fica um período pequeno sem (...) Depois vem o Padre José Carlos - que faleceu um ano depois de assumir -.

**Éric (13:38)** Mas em qual período?

**Luiz (13:39)** Quando ele saiu assume o Padre Geraldo.

**Éric (13:45)** No caso o Padre Cristiano fica até que período mais ou menos?

**Luiz (13:54)** Ele fica até (...)

**Éric (14:04)** Eu lembro que vi alguns documentos (...) O Padre Geraldo tá desde 2013 (...) Anotei inclusive a data que o Padre Geraldo entra porque outro dia o consultei (...) 6 de setembro de 2003.

**Luiz (14:42)** É isso mesmo. Estava calculando aqui (...) Então o padre Cristiano deve ter saído no final de 2002 porque ficou o Vigário Episcopal Dom Luiz Antônio (...) Depois o Padre José Carlos. Depois o Padre GG, que ficou junto com o José Carlos até o Padre José Carlos fosse pra Igreja dos Jesuítas em Santa Cruz.

**Éric (15:15)** Tem uma história aí muito grande de padres (...) Confesso que tá meio nebuloso de tanta informação dos padres que passaram (...) Mas na transcrição acho que vou conseguir entender melhor essa relação.

**Luiz (15:31)** Deixa eu falar. Padre Júlio. Padre Sebastião Lourenço Vieira. Padre José Carlos Guimarães. Padre Pedro Paulo.

**Éric (16:05)** Padre Pedro foi o interventor, né?

**Luiz (16:07)** Não. Padre interventor é o Padre José Carlos Guimarães. (...) É. Depois do Padre José Carlos veio, na capela somente, o Padre Pedro Paulo. (...) O Padre José Carlos ficava na Paróquia e o Padre Pedro Paulo ficava na Capela. (...) Depois veio o Padre Cristiano (...) Depois da saída do Cristiano, ficou um período com o Vigário Episcopal Luiz Antônio, mas não ficou como responsável pela Capela; ficou somente como administrador.

**Éric (16:51)** O que seria Vigário Episcopal?

**Luiz (17:11)** Depois veio o Padre José Carlos como administrador paroquial. Tem essa diferença (...)

**Éric (17:26)** E depois o Padre Geraldo.

**Luiz (17:29)** O Padre Geraldo, que tá até agora.

**Éric (17:32)** E qual a diferença desse Administrador Paroquial, Vigário Episcopal e também do Padre Convencional? E do interventor também (...)

**Luiz (17:50)** Vigário Episcopal é responsável por toda a área da Paróquia, que no caso é a Leopoldina. (...)

**Éric (18:07)** Luiz Antônio é o da (...)

**Luiz (18:09)** Das favelas.

**Éric (18:13)** Ele esteve recentemente lá em uma missa.

**Luiz (18:15)** Então, todo espaço era ordenado a ele. E tem o administrador paroquial: aquele que não é o palco, porque o titular da igreja é o pároco. O administrador administra até que o padre assuma.

**Éric (18:45)** Entendi. Esse período de transição (...) Um curto período, vamos colocar assim.

**Luiz (18:50)** É. Quando o Padre José Carlos estava como administrador, quando o Padre Geraldo chega; o Padre José Carlos continua com ele (...) Nesse momento o Padre Geraldo passa a ser pároco. O Padre José Carlos passa a ser Vigário. (...) O oficial do pároco.

**Éric (19:10)** Entendi. Bastante informação. (...) Acho que era José Carlos que eu estava vendo com a Elenice; vi um vídeo em homenagem ao falecimento dele (...) Vídeo de outro município. Interior se não me engano. (...) Desses padres, você sabe me dizer quais desses estão vivos?

**Luiz (19:35)** É, o Padre Cristiano está vivo (...) Está com ordem de dispensa; não tá como Padre.

**Éric (19:56)** O Padre Cristiano, né?

**Luiz (20:00)** Cristiano, mas tá vivo. E o Luiz Antônio - Vigário Episcopal -.

**Éric (20:19)** Você acha que eles topariam participar da entrevista?

**Luiz (20:22)** O Padre Cristiano não tem mais interesse, ele mora em São Paulo. Casou, não sei (...)

**Éric (20:33)** Mas você acha que ele toparia o convite para a pesquisa?

**Luiz (20:35)** Pelo que eu conheci, acredito que sim. Os dois padres.

**Éric (20:42)** Eu observei (...) Tava fazendo uma pesquisa ontem sobre o padre para já tentar identificar. E aí identifiquei que ele defendeu um trabalho de mestrado em março de 2020, só que não conheci nenhum contato. (...) Mandeí um e-mail para a PUC - A instituição na qual

ele defendeu - tentando um contato, mas a minha questão é que ele pode não se sentir mais confortável (...) Como você falou: ele não é mais padre.

**Luiz (21:09)** É. Ele tá, segundo informações, em São Paulo.

**Éric (21:15)** Eu não consegui achar em rede social nem nada (...) Se você tiver depois como colaborar com um contato, acho que ajuda bastante.

**Luiz (21:30)** Você sabe o nome do Padre Cristiano todo?

**Éric (21:31)** Cristiano Luiz de França.

**Luiz (21:37)** Parece que ele é da área de História não sei onde em São Paulo, mas também não tenho mais o contato.

**Éric (21:44)** Você consegue me descrever um pouquinho da história ou da característica (...) Alguma memória desses padres?

**Luiz (21:53)** Crítica de cada um?

**Éric (21:54)** É. Pode ser (...) Pode ser uma crítica, positiva ou negativa.

**Luiz (21:59)** Padre Júlio não convivi com ele como pároco. Conheci ele e tivemos muito contato; pessoa espontânea e expansiva pra caramba. Muito alegre. Mas conheci depois (...) Padre Cristiano muito amigo e eu não vou falar muito porque o pessoal vai achar que eu tô puxando o saco dele porque cresci com ele.

**Éric (22:23)** Pra mim você pode falar. Quanto mais informações você der, não tem problema (...) Essas coisas não vão todas pra pesquisa (...) Eu crio um filtro até pra entender, e tem outras pessoas que vão falar um pouquinho de cada um (...) É pra entender as características de cada um (...) Pode falar a vontade. Pode puxar o saco.

**Luiz (22:50)** Padre Sebastião, de todos eles, foi o meu grande amigo. Conheci-o com 10 anos. Cresci com ele (...) Perfil político dele era muito parecido com meu perfil político. Tinha uma ideologia ligada ao social e isso me encantava; talvez por isso que eu tenha ido, ao invés de ir para a faculdade, fui fazer o curso de Teologia porque ele me incentivou. E isso me fez levar à área do Direito, História (...) As áreas que eu estou hoje graças a essa pessoa que pra mim é um grande exemplo, não só de sacerdote mas de cidadão. (...) Em função disso, fez com que ele fosse retirado da Paróquia. E veio outro Padre que se colocava como interventor (...) O José Carlos Guimarães e eu tive problemas seríssimos com esse Padre (...) Eu era na época do Grupo Jovem - tinha centenas de pessoas - (...) Os jovens ficavam mais na Igreja e eu, como liderança, não podia permitir o que estava acontecendo. Achamos que a retirada dos 8 Padres (...) Outras Paróquias (...) Foi uma forma arbitrada. E fizemos muita luta (...) Fomos à Brasília. Mandamos carta para Roma (...) Vários eventos que nós fizemos e, com relação talvez não ao retorno do Padre São Sebastião, mas a forma com que a Arquidiocese estava nos tratando: “Vocês vão ter um interventor e o interventor vai acabar com tudo”. E aí entra a questão do Padre José Carlos (...) A Paróquia, a capela já estava abandonada mesmo - fazia questão de dizer isso -, a Paróquia também ficou abandonada. Acabou o Grupo Jovem. Acabou a catequese. Parou de ter batismo, e assim por diante: uma missa por domingo e olhe lá. (...) Então essa é a minha visão do Padre José Carlos, que com certeza tá lá na Graça de Deus, não foi um pároco que a Paróquia e a São

Daniel necessitavam ou mereciam. (...) O Padre Cristiano (...) Vou falar do Pedro Paulo: ele veio com bastante força, bastante vontade (...) E ficou muito sentido quando o Padre

Cristiano assumiu tudo, e aí ele teve que voltar à Paróquia (...) A ideia do Pedro Paulo era não só na Capela mas também na Paróquia (...) Ele ficou bastante surpreso, tanto que tempo depois ele acabou tendo um aneurisma cerebral e faleceu (...) Era pé no chão, de sentar contigo na sua casa, rasgar a alface (...) Era o cara que queria estar na sua casa conversando com a família mesmo (...) Era muito família. E um cara com milhões de ideias na cabeça - tanto para a Capela quanto pela Paróquia -. (...) E aí vem o Padre Cristiano: também uma pessoa mais tímida. Porém, era um guerreiro. Ele tinha a cabeça a mil, sempre pensando em alguma coisa (...) Inteligente; o primeiro ato dele foi convocar todas as lideranças que passaram pela Igreja em todo período (...) Chamou pra conversar. Botou em prato limpo “Quero que vocês coloquem um ponto de vista; o que você pode falar com ela, botar como resolver” (...) Acabando a reunião, tinha pessoas do lados opostos. O pessoal com o Pedro Paulo Guimarães x Padre Cristiano (...)

**Éric (28:26)** E aí qual foi essa decisão que colocou todo mundo junto pra discutir?

**Luiz (28:58)** E aí nós tínhamos pessoas de períodos diferentes; pessoas que vêm do tempo do Padre São Sebastião; do Pedro Paulo; José Carlos Guimarães (...) E essas pessoas tinham uma certa divergência até pessoal (...) No dia do velório do Padre José Carlos, o Padre Cristiano já tinha assumido (...) Então as pessoas não queriam interagir com o Padre Cristiano porque achavam que o Padre queria tomar o lugar do José Carlos. Mas o Padre Cristiano veio porque a situação do Padre José Carlos já era terminal (...) Tinha pontos de vistas diferentes: por exemplo, no dia do velório eu via as pessoas “Eles vieram confirmar se o Padre morreu mesmo”, mas eu estava ali a pedido do Padre Cristiano. Inclusive o próprio Padre Pedro Paulo. Por isso estávamos lá. (...) O Padre criou as pastorais que não existiam - o Padre Cristiano - (...)

**Éric (30:46)** Não. Eu estou te ouvindo (...) Quais foram as pastorais que ele criou?

**Luiz (30:57)** Paróquia não tinha pastoral nenhuma, mas na Capela tínhamos o Crisma, o pastoral da catequese, batismo (...) Dízimo. Pessoal do texto bíblico (...) Pessoal não entendia que o movimento da Capela era do Padre Pedro Paulo.

**Éric (31:26)** Por conta do Padre José Carlos?

**Luiz (31:29)** Padre José Carlos.

**Éric (31:32)** Então o Pedro Paulo movimentava muito mais a Capela do que a Paróquia - que era do José Carlos -, que tinha menos movimento?

**Luiz (31:39)** Com certeza.

**Éric (31:41)** Consegui entender melhor essa relação (...) E agora você falou até o Padre Cristiano (...) Agora têm o Vigário Episcopal Luiz Antônio. Em seguida, o José Carlos e depois o Padre Geraldo.

**Luiz (31:56)** O Vigário, na verdade, ele não ficava. Ele vinha em algumas missas ou mandava alguns Padres (...) Formou-se um conselho. O conselho criado pelo Padre Cristiano que na verdade estava administrando a Paróquia (...)

**Éric (32:22)** E quem celebrava as missas eram os Padres desse conselho, então?

**Luiz (32:29)** Era ou o Luiz Antônio ou alguém que ele mandava para celebrar (...) Como ele era o Vigário Geral da Leopoldina, então todos os padres estavam subordinados a ele.

**Éric (32:41)** Entendi. E tem então o José Carlos, que foi administrador.

**Luiz (32:48)** Ele ficou pouco tempo. Na verdade ficou segurando para que não houvesse um lapso (...) Veio o padre Geraldo de Santa Cruz.

**Éric (33:03)** E aí você falou do Padre Sebastião, que teve um problema eclesiástico (...) Eu vi algumas notícias de jornais que relatam um pouco isso, mas confesso que agora não consigo lembrar muito bem o que era. Você consegue me narrar esse problema eclesiástico - e até me dar o seu ponto de vista acerca da sua mobilização -?

**Luiz (33:24)** Eu vou contar um fato anterior que eu não estava lá (...) Mas é a história da nossa arquidiocese. Com a saída do bispo anterior Dom Eugênio, tinha que haver uma escolha (...) Roma publicou Dom Eugênio, então houve uma divergência com o clero, que não queria Dom Eugênio aqui. (...) Eles viam o Eugênio como muito elitista. Tinha um grupo de pessoas entre ele e o Padre Sebastião (...) E fazer movimento para que houvesse uma eleição (...) Numa eleição assim: vêm os 8 mais velhos e indicam. Votam. Vai somando 8 + 8 (...) Até dar o quantitativo de votação. E parece que o Dom Eugênio ficou em terceiro lugar na votação. Mas Roma decidiu que seria ele (...) Houve um grupo contrário, e isso fez com que, no final da década de 70, esses padres eram oposição (...) Teve uma Crisma que o próprio Dom Eugênio não apareceu: “O Senhor não apareceu porque estava no Maracanã” (...) E teve um bate boca. (...) No início da década de 80 houve a retirada de vários padres da arquidiocese, na sua maioria padres de congregações particulares (...) e o Padre Sebastião foi junto nesse grupo.

**Éric (35:49)** O Padre Sebastião era um militante, né?

**Luiz (35:57)** Militante político

**Éric (36:00)** Eu consigo me identificar um pouco a essa percepção com ele (...) Ficou mais forte ainda com você falando. Lembro que eram sempre questões polêmicas que ele abordava (...) Nesse sentido eu lembro que o álbum de fotografias que você tem. Acho que você contou um pouquinho isso: teve um movimento, uma transição da Igreja. E jogaram esse álbum fora. E você resgatou (...) Você me confirma essa história?

**Luiz (36:37)** Uma parte eu resgatei (...) Foi um pouquinho antes daquele momento que o Padre Cristiano estava chegando (...) Estavam jogando muita coisa fora e por acaso jogaram esse álbum fora. Mas como eu estava lá por acaso, eu peguei (...) Não sei se foi de propósito, como por exemplo: não consegui resgatar nenhum material da construção (...) Muita fotografia de quando começou a fazer a Santa Bernadete (...) O piso (...) As imagens da Santa Bernadete (...) A maioria dessas fotos sumiu. Não sei se de propósito para acabar com a história (...) Mas sumiu muito material.

**Éric (37:28)** Isso no final do período de José Carlos?

**Luiz (37:40)** Porque nós não tínhamos acesso. Eu tinha acesso a esse material antes (...) Quando fizeram com que o grupo jovem fosse extinto, eu tive que sair da Igreja (...) Da chegada do Padre até a chegada do Padre Paulo/Cristiano eu não podia entrar na Igreja (...) Ele falou pra mim mesmo “Você não é daqui, não tem que casar aqui”; e eu tive que casar em outro lugar.

**Éric (38:05)** E onde você casou?

**Luiz (38:08)** Igreja da Nossa Senhora em Inhaúma. (...) O que aconteceu: quando eu me casei o Padre Paulo (...) Nossa conversa nós falamos (...) Na verdade o padre responsável pela Paróquia estava adoentado internado no hospital de Bonsucesso (...) E aí o Padre Pedro Paulo foi apenas para ficar ali. (...) Quando ele se apresentou ao bispo, Augusto perguntou se ele queria trabalhar na capela e ele aceitou. (...) E aí ele foi pra lá.

**Éric (39:15)** Você falou desse grupo jovem (...) Já falou umas 4/5 vezes disso e me parece um momento muito marcante; você foi pra Igreja São Daniel enquanto criança, então você passou infância/juventude muito ligadas à Igreja, e acho que até hoje você é. (...) Pela sua fala, essa questão do grupo jovem te marcou muito (...) Quais são as lembranças desse grupo jovem? A Elenice já me contou que vocês brincavam muito, viajavam bastante (...) Érica também me adiantou que vocês tiveram um trabalho social com a comunidade (...) Queria que você me falasse um pouco mais de quando o grupo se inicia (...) Quais são os primeiros movimentos e anos de atuação? Você falou que em determinado momento ele deixou de existir (...) E aí quais são as principais lembranças que você tem desse grupo jovem?

**Luiz (40:29)** Esse grupo de jovem é fundado em 1974. Quem foi o coordenador faleceu esse ano, o Orlando. Quando foi criado esse grupo eu estava na igreja (...) Com meus 14/15 anos (...) Assim que começou eu entrei. Estou lá desde o início desse grupo. (...) Nessa época não tínhamos shopping, não tínhamos eventos como hoje; não tinha baile funk na comunidade (...) Eletrônicos (...) Então a Igreja era o momento de união do grupo jovem. O grupo jovem nem ia por uma questão religiosa (...) A gente namora, a gente fazia muita coisa (...) A gente acolhia muitos jovens, coisa diferente de hoje (...) Deve ter umas 20 pessoas e na época tínhamos centenas. (...) Para prender os jovens de forma nós fazíamos sempre passeios (...) Falando da Paróquia de Santa Bernadete.

**Éric (42:05)** Mas que também tinha jovens da Igreja São Daniel (...)

**Luiz (42:15)** Cerca de 70% dos jovens eram de Manguinhos

**Éric (42:20)** E quem não era de Manguinhos era de onde?

**Luiz (42:20)** Higienópolis. Bonsucesso (...)

**Éric (42:37)** E as atividades desse grupo jovem se concentravam somente na Paróquia?

**Luiz (42:41)** Na Paróquia.

**Éric (42:42)** Mesmo na época do José Carlos?

**Luiz (42:48)** Não. Padre Sebastião.

**Éric (42:54)** Ah, Padre Sebastião ficou até 1983 (...)

**Luiz (42:55)** Isso. É.

**Éric (42:57)** E aí, então (...) Em 1983 acaba o Grupo Jovem?

**Luiz (43:01)** Não. Acaba, não. O Vigário Episcopal da época, junto com o Padre José Carlos, extinguiu o grupo jovem (...) Quer saber como aconteceu? (...) Nós estávamos fazendo várias manifestações (...)

A ligação caiu por cerca de 2 minutos

**Luiz (45:22)** Então, como eu falei pra você, nós fazemos várias manifestações (...) Não era só o pessoal da Santa Bernadete, mas de 8 Paróquias. Essa manifestação acaba chegando aos bispos em São Paulo; então tornou-se grande. Em um determinado domingo, na missa das 18h, fomos surpreendidos com as portas da Igreja fechadas e vários policiais na porta. (...) E aí ele falou “A partir de hoje esse grupo jovem não existe mais”. Na frente de toda a Assembleia.

**Éric (47:04)** Gente (...) Caraca. Que situação.

**Luiz (47:09)** Na época eu estava fazendo Teologia lá no Edifício D. Paulo II (...) Pessoas já me conheciam como conheciam outras pessoas (...) As pessoas sabiam que nós éramos da Santa Bernadete, então, de forma sutil, fui aconselhado pelo Bispo D. João Dávilla a escolher entre ficar na Paróquia ou continuar o estudo (...) Continuei os estudos e fui para outra Paróquia.

**Éric (47:54)** Então você tem um histórico de bastante resistência, bem como o Padre Sebastião.

**Luiz (48:06)** Continuamos na luta por muito tempo.

**Éric (48:11)** Agora voltando nessas relações sociais (...) Políticas (...) Da arquitetura; quando você chegou no início da década de 70, quais são suas lembranças ainda de criança da Igreja? E como ela foi modificando ao longo dos anos? Quais foram sendo essas suas lembranças?

**Luiz (48:40)** Quando eu cheguei ela já tinha aqueles vitrais coloridos, o piso cimentado com friso de bronze (...) A divisão era de bronze em cada quadrado; Tínhamos uma imagem de São Daniel Profeta que, segundo informações, ela veio de um molde lá em Minas Gerais. Tínhamos vários objetos, como por exemplo a Cruz que fica no altar - e tá lá hoje -, tínhamos o confessionário, a pia batismal queriam jogar fora (...) Briguei e guardei no centro de São Daniel (...) Nós não tínhamos grade em volta; era uma planta cheia de espinho que não permitia que você chegasse à parede (...) Onde é hoje a imagem de Nossa Sra. era um sino; pessoal começou a quebrar (...) Teve um marginal, chefe na época, ele deu um tiro, pegou no tiro e gostou. De repente ele começou a atirar e quebrar os vidros (...) A mãe dizia que a maior tristeza era saber que o filho tinha começado a quebrar os vidros (...) Nós não íamos falar que o chefe do tráfico quebrou, então nos calamos por muito tempo. Ficamos só com a tela (...) Em determinado momento, em período de São Sebastião, eu trouxe um mutirão e foram feitas as paredes que têm hoje.

**Éric (50:36)** Então isso foi na década (...) Qual o nome do chefe do tráfico?

**Luiz (50:49)** Marçal. Ele já morreu.

**Éric (51:02)** De repente, vai que (...) Eu achei algumas reportagens sobre a violência em Manguinhos (...) Vai que aparece o nome dele em alguma reportagem (...) Isso foi mais ou menos em que período?

**Luiz (51:23)** No final da década de 70.

**Éric (51:27)** Então você já estava ali quase jovem (...) Já tinha 15/16 anos?

**Luiz (51:28)** É.

**Éric (51:30)** Então aí no final da década de 70 que vocês derrubaram as paredes?

**Luiz (51:40)** É. Nós fizemos o mutirão para o pedreiro (...) O pedreiro da paróquia comandou a obra.

**Éric (51:55)** Esse pedreiro é vivo ainda?

**Luiz (52:00)** Ele já era bem velho (...) Já tinha uns 60 (...)

**Éric (52:12)** E você lembra quem participou desse mutirão?

**Luiz (52:14)** Manuel (...)

**Éric (52:38)** Você consegue lembrar a cor dos vitrais? Consegue lembrar como era o ambiente com os vitrais?

**Luiz (52:43)** Cada parte daquela (...) Reinaldo não passou algumas fotografias com ela com vidro? (...) Uma colorida (...) O Padre Júlio está no fundo: aparecem os vidros, a imagem de São Daniel.

**Éric (53:27)** Sim, deixa eu só ver aqui se eu tenho e aí eu te mostro e você me confirma (...) Mas consegue a cor dos vidros?

**Luiz (53:38)** O total não. Sei que cada parte tinha 3 vidros. (...) Tinha o amarelo, branco, verde, vermelho (...)

**Éric (53:55)** Vermelho também?

**Luiz (53:59)** Deixa eu dar uma olhada aqui (...) Espera um pouquinho. Amarelo lembro bem. Amarelo, azul (...) Verde não sei se tinha (...) Tinha umas 3 ou 4 cores.

**Éric (54:17)** Da pia batismal, você contou um relato de que queriam destruir a pia (...) Essa pia ficou guardada no centro de Atividades de São Daniel até 2019, que foi quando a gente fez aquela oficina (...) E aí na oficina colocamos ela novamente em uso de volta à Igreja (...) A gente tá tentando viabilizar o restauro dela. (...) Tenta contar um pouquinho dessa história de que ia ser jogada fora (...) O que aconteceu?



**Luiz (55:03)** Eu tenho uma mãe que, apesar de 89 anos, ela não gosta de acumular nada (...) “Ah, vamos jogar fora” (...) As senhoras queriam na verdade abrir espaço na Igreja porque como Padre Pedro Paulo já não cabia gente dentro da igreja. Ela lotou (...) E tinha que eliminar o máximo possível. Tinha que abrir espaço.

**Éric (55:35)** Já sabia que era a sua mãe, mas não sabia o motivo pelo qual tinha ocorrido isso. (...) Dá pelo menos 3 pessoas no espaço da pessoa (...) Você me relatou, também, um confessorário.

**Luiz (56:07)** Foi mandada para a Paróquia Santa Bernadete e eliminado no período de José Guimarães.

**Éric (56:15)** E como ele ficava? Como que funcionava isso?

**Luiz (56:25)** Uma caixa de madeira com uma janelinha (...) Não tinha muito detalhe não.

**Éric (56:30)** Mas era desde o começo da Igreja? Você sabe?

**Luiz (56:32)** Foi.

**Éric (56:32)** Não achei aqui a imagem, mas eu sei de que imagem você tá falando (...) É uma imagem do Jornal Manchete. (...) Vamos seguindo aqui: Você estava falando do mutirão (...) Padre Manuel que foi seminarista (...) Queria saber se você se recorda da data desse mutirão; também que alguns jovens ao longo do tempo tornarão-se padres (...)

**Luiz (57:43)** Padre Manoel não era da nossa Arquidiocese, era de Parintins. Ele era seminarista. (...) Estava no trabalho pastoral.

**Éric (58:05)** Mas tiveram alguns jovens da Igreja que viraram padres, certo?

**Luiz (58:08)** Dois deles já estavam lá nessa época: Padre Marcelo de Araújo e Padre Gustavo Ribeiro estavam nesse período da reforma. Marcelo, Hoje ele é militar (...) Tenente coronel. Não sei onde é a Paróquia dele. Irmão do Antônio. (...) A casa do Marcelo hoje é o Centro de Atividades São Daniel.

**Éric (58:58)** Me fala um pouquinho mais do Centro.

**Luiz (59:03)** Então, o centro nós compramos no período do Padre Cristiano. Ela foi morar com o Marcelo e a casa ficou com o filho mais velho dela, que acabou falecendo. Como a casa ficou fechada, ela deixou que pagássemos em 500 parcelas (...) Ela parcelou porque não estava preocupada com o valor. Nós compramos. (...) Padre Marcelo morava na São Daniel; Padre Gustavo morava na Pernambuco, a rua depois da Maranhão. Não sei aonde está o Padre Gustavo.

**Éric (1:00:01)** Mas você sabe me dizer se ele é da Arquidiocese aqui do Rio?

**Luiz (1:00:05)** Do Rio. Lá também morando, mas não participou ativamente com a gente porque ele já é da época do José Carlos. No Padre Ramon.

**Éric (1:00:16)** O Padre Ramon (...) Também se formou lá?

**Luiz (1:00:21)** É. Padre Ramon era da Rua Santa Mariana (...) E ele é da época do José Carlos.

**Éric (1:00:39)** Período mais complicado (...) Já entendi.

**Luiz (1:00:46)** Padre William, que morava (...)

**Éric (1:00:56)** Não entendi.

**Luiz (1:01:04)** Ele morava ali na Brigadeiro (...) Na Vila Turismo. (...) Ele é da época do Padre Ramon (...)

**Éric (1:01:27)** Mas eles se tornaram padres posteriormente?

**Luiz (1:01:30)** Sim. Padre Marcelo e Gustavo sim. (...) Padre Ramon frequentava a Santa Bernadete do José Carlos. (...) Já no início do Sebastião tínhamos o Marcelo, que morava na Vila Turismo. A Capela ainda era Paróquia na época do Padre Marcelo. (...) Ele era da época da Paróquia São Daniel, mas foi para Niterói estudar.

**Éric (1:02:30)** E agora a gente vai falar um pouquinho dessa questão do entorno. O que mudou nesse entorno? A gente sabe que as construções, a violência aumentaram muito (...) O que você observou dessas mudanças?

**Luiz (1:02:45)** No início nós tínhamos a presença da Fundação Leão XIII (...) Então nenhuma obra poderia ser feita (...) Tínhamos o CHP2, tínhamos (...) Um prédio que cedeu na rua da São Daniel (...)

**Éric (1:04:29)** Você estava falando da Selva de Pedra que caiu, né?

**Luiz (1:04:30)** É. Era um conjunto residencial que foi removido (...) E na Avenida Dom Helder também tinha outro condomínio residencial (...) Então era Manguinhos aquela área ali. Conjuntos residenciais (...) Daí houve o aumento vertical; A Rua Maranhão tinha água (...) As casas foram aumentando e essa área (...) Esses prédios (...) Começaram a fazer barracos, becos e desorganizou a rua. Além da puxada porque, ao lado da São Daniel, passava o Rio Faria-Timbó. Houve o desvio do Rio para a Fundação Oswaldo Cruz (...) Então essa área aterrada também foi usada para construção (...)

**Éric (1:06:54)** Ali onde é a São José?

**Luiz (1:06:55)** É. Grande parte foi aterrada com a construção de grandes módulos ali.

**Éric (1:07:07)** Então onde a estação é hoje também foi um aterro?

**Luiz (1:07:10)** É. Logo na década de 70, você tinha visão da própria Capela da Avenida Democráticos (...) Podia vir pela Dom Helder Câmara ou pela Democráticos (...) Pela Leopoldo (...) Dava para ver a Paróquia (...) Moradores da área; todos frequentavam a Paróquia de São Daniel Profeta.

**Éric (1:08:04)** Era bem dizer a única Paróquia da região?

**Luiz (1:08:05)** Era a única Paróquia da região.

**Éric (1:08:18)** Você tá colocando, então, que a Igreja tinha um papel muito importante na época. Continua esse mesmo papel? Qual essa contribuição em representatividade que a igreja tem na comunidade?

**Luiz (1:08:39)** Ela teve essa representação até o final da década de 70, com a ida do Padre Sebastião à Paróquia de Santa Bernadete. Ela ficou realmente no papel de Capela. Tinha só a catequese; os trabalhos pastorais foram todos para a Santa Bernadete. (...) Ela volta a ter uma representatividade muito forte no retorno em 1998, com a chegada do Padre Pedro Paulo. E ela teve esse trabalho pastoral muito forte com a chegada do Padre Cristiano (...) Alguns serviços foram pra Paróquia, e esse trabalho continuou com o Padre Geraldo. (...) Deu uma diminuída, porém, o trabalho do período do Padre Cristiano para frente; ele continua com representatividade (...) por exemplo: são poucas Capelas do Rio de Janeiro que se preparam para batismo (...) Na São Daniel você encontra esse trabalho. Poucas Capelas têm o trabalho com Crisma; lá na Capela tem esse trabalho. A Capela de São Daniel tem um trabalho um pouco superior em relação às outras Capelas.

**Éric (1:10:04)** Bacana. Isso é muito legal. (...) Ela tem uma representatividade eclesial também.

Luiz mostra a Éric em (1:10:35) a imagem mencionada anteriormente por ele; imagem a qual Éric alegou ser do Jornal Manchete. Éric informa que a imagem estava melhor do que a do computador.

**Luiz (1:11:06)** Amarelo, verde, azul (...) É dos fundos. Essa porta era dos fundos.

**Éric (1:11:20)** Essa foto não é da entrada, não?

**Luiz (1:11:28)** Ah, desculpa. É a porta da entrada. É porque confundi com outra dos fundos.

Éric compartilha sua tela com Luiz em (1:11:54).

**Luiz (1:12:04)** Ela seria o lado contrário da imagem. (...) A porta está do lado de cá. (...) Nessa direção tinha uma porta dos fundos. Era a casa do Padre, que foi tomada depois.

**Éric (1:12:54)** Casa do Padre Sebastião, né?

**Luiz (1:12:55)** Eram dois espaços que perdemos (...) Hoje um é um restaurante. O outro, onde tinha a catequese, hoje é uma residência.

**Éric (1:13:18)** Entendi; foi quando Padre Sebastião se ausentou para a Paróquia nova, e aí deixou vazio.

**Luiz (1:13:23)** Não. Na verdade foi o seguinte: ele cedeu o espaço para uma família. Quando o Padre José Carlos chegou, a família foi e tomou.

**Éric (1:13:42)** Caramba, entendi (...) Dá pra ter uma reintegração de posse aí. (...) E na sua vida, Luiz, assim (...) A gente tá falando da contribuição para a comunidade (...) E na sua vida: o que a São Daniel teve como contribuição?

**Luiz (1:14:22)** A minha ligação forte com a São Daniel começou mesmo com a chegada do Padre Pedro Paulo. Eu estava em Bonsucesso; eu e meu irmão éramos responsáveis pelo jornal da paróquia e meu irmão falou “Vamos lá para a São Daniel”; e quando teve o Padre Cristiano, o período de grande movimento da Igreja, e da eleição fui escolhido para coordenar a capela. Fiquei como coordenador no período do Padre Pedro, fiquei durante o período do Padre Cristiano, Padre José Carlos e uma parte do Padre Sebastião. Dedicadamente indo quase todo dia pra lá.

**Éric (1:15:27)** E o que a Igreja deixaria de contribuir caso ela não existisse mais na comunidade?

**Luiz (1:15:30)** Não tenho nada a ver com a religião dos outros, mas você também precisa marcar o espaço. Nossa Igreja Católica sempre esteve lá durante muitos anos; Hoje ainda ela é mais um sonho (...) É a comunidade. Por exemplo, vários eventos não-religiosos que acontecem na região (...) Nós somos convidados a participar. (...) A comunidade vê a Igreja de São Daniel com muito respeito (...) Nossos irmãos evangélicos também vêm dessa forma, a Associação de Moradores, a Escola de Samba (...) Vêm a Capela de São Daniel com um respeito muito forte. Muitas vezes eles nem falam “Paróquia de Santa Bernadete”, mas sim “Igreja de São Daniel” (...) Ela é muito representativa na Igreja.

**Éric (1:16:42)** Por que ela tá dentro, né? Não tá fora como a Santa Bernadete (...) É interessante isso.

**Luiz (1:16:53)** Quando está, assim, para acontecer um movimento/evento, eles sempre lembra da São Daniel.

**Éric (1:16:57)** E você sabe que ela é tombada em duas instâncias, né?

**Luiz (1:17:01)** É. Tombada pela Prefeitura e pelo Estado.

**Éric (1:17:09)** E você sabe o que isso significa?

**Luiz (1:17:13)** Sinceramente? Nós solicitamos o destombamento dela algumas vezes.

**Éric (1:17:17)** Por quê? Me conta.

**Luiz (1:17:18)** Para poder reformar. Nós dependemos do INEPAC, do IPHAN, de tantos Órgãos (...) Que achamos melhor destombar.

**Éric (1:17:32)** E chegaram a concretizar a solicitação?

**Luiz (1:17:36)** Não. Tenho um processo aqui de 66 que já reclamava da questão da segurança; depois mandamos, em 68, solicitando providências em relação a reparos necessários (...) Assinado pelo Diretor do Departamento de Cultura. Mas nós provocamos (...) Fizeram um relatório - eu não estava lá - sobre a necessidade de uma restauração. Então esse pedido já vem desde 66 (...) Em 68 estava pedindo um diretor responsável pelo tombamento dessa reforma

(...) A Prefeitura tombou em 18 de setembro de 98\* (...) Aí nós pedimos, em 99, o Padre Cristiano manda um ofício para o INEPAC pedindo a autorização para impermeabilizar o piso da parte superior porque estava vazando. Tivemos que pagar, através dessa

empresa MANTENGE, para poder fazer (...) Porque tava caindo um bolso do teto (...) E mandamos esse documento em março de 2001. Pagamos, e esse recurso todo foi de coleta na comunidade.

**Éric (1:20:38)** E quanto foi?

**Luiz (1:20:52)** Aqui tem o prazo e o valor.

Luiz mostra a Éric em **(1:20:56)**:

*“3.0 - PRAZO:*

*3.1 - Início: imediato*

*3.2 - Conclusão: 15 (quinze) dias úteis.*

*4.0 - GARANTIA:*

*4.1 - 05 (cinco) anos, salvo danos causados por terceiros.*

*5.0 - FORMA DE PAGAMENTO:*

*5.1 - 50% de sinal e saldo restante em 30/60/90/120 dias de R\$ 900,00 (novecentos reais) e o restante R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais) em 4 (quatro) de R\$ 725,00 (setecentos e vinte e cinco reais).”*

**Luiz (1:21:44)** INEPAC aprovou. Não tinha nenhum gasto para eles (...) Ainda tinha que mandar relatório pra eles.

**Éric (1:22:06)** E foi você quem fez o relatório?

**Luiz (1:22:10)** A empresa que tem que fazer relatório.

**Éric (1:22:14)** Eu consegui algumas fotos desse relatório da impermeabilização da laje. (...) A questão da preservação você já falou um pouquinho que as atividades foram paradas por conta do estado de preservação em alguns momentos da Igreja. Sobre a questão da autoria, qual história que você já ouviu falar da Igreja? E aí também falar um pouquinho também da autoria do Niemeyer porque você esteve envolvido (...) Acho que você teve uma conversa.

**Luiz (1:23:10)** É. Nós tivemos uns contatos com o escritório do Oscar Niemeyer no Flamengo (...) Não lembro quem foi que eu falei, a gente só deu tchauzinho pra ele de longe (...) E aí, discutindo essa questão dele não reconhecer como obra dele. Ele disse “Não. É obra minha, mas eles mudaram. Porque, no desenho, a Igreja faz uma curva. Por isso que ele falou que mudaram um pouquinho. Pelo desenho dele, a cruz está do outro lado”; A ideia nossa era de pressionar o Governo do Estado/Municipal para fazer a reforma (...) Foi na época do Padre Cristiano.

**Éric (1:24:30)** E aí o Niemeyer estava lá e ele mesmo reconheceu a obra?

**Luiz (1:24:41)** Ele fala “Não. É minha, sim.”; Ele só diz que ele pensou, que foi convidado para fazer, porém na hora da confusão a pessoa mudou um pouco o projeto. (...) Ele falou que era sim, dele, mesmo de longe. (...) É porque nós fomos com o objetivo de pressionar, para ele poder falar em entrevistas sobre a situação (...)

**Éric (1:25:42)** Você observou se ele ficou entusiasmado ou apenas disse que era dele? Percebeu alguma ação dele? Alguma reação?

**Luiz (1:26:03)** É que na verdade ele já sabia que a gente ia lá. Como nós marcamos, acredito que ele já sabia. (...) Ele estava na dele lá.

**Éric (1:26:26)** E vocês discutiram com uma pessoa específica, né?

**Luiz (1:26:31)** O engenheiro. Ligamos antes e falamos. A ideia nossa era de chamar atenção da imprensa. (...)

**Éric (1:26:45)** E a reunião foi produtiva/satisfatória?

**Luiz (1:26:50)** Não paramos para discutir detalhe histórico, essa coisa não (...)

**Éric (1:27:20)** Queria saber se você tem mais alguma contribuição que gostaria de falar (...) Que por acaso eu não tenha abordado.

**Luiz (1:27:42)** É que atualmente nós estamos preocupados com a inclinação (...) Ficamos na dependência dos Institutos, que cobram mas não funcionam em nenhum momento (...) Ou decidem fazer qualquer coisa (...) Minha família continua residindo ali, então não tem como eu desviar da Igreja (...) Pessoas muito dedicadas estão lá, porém dedicação religiosa/pastoral. Essa questão da reforma está em outro nível. E esse nível, a não ser que instituições se mobilizem pra fazer (...)

**Éric (1:29:11)** Tenho mais uma: como você espera que seja uma possível reforma/restauração da Igreja?

**Luiz (1:29:23)** Como falei para você antes, até consideramos o destombamento para que a gente fizesse a mobilização (...) Hoje não tem como, ela vai acabar caindo pra gente começar uma nova obra (...)

**Éric (1:29:42)** E o que você vê de vantagem do destombamento?

**Luiz (1:30:01)** Com duas Instituições, tanto Municipal como Federal (...) Não aconteceu nada. Tudo que aconteceu foi uma iniciativa da comunidade, a gente sabe que a aquele parede não está no projeto. A parede. A cerca. Fizemos isso por segurança (...) Não tá no projeto. Então o destombamento traria uma liberdade jurídica maior para fazer alguma coisa.

**Éric (1:30:35)** Mas, de certo modo, vocês já não tiveram essa liberdade?

**Luiz (1:30:37)** Na verdade nós fizemos com objetivo de nos proteger. A grade que foi colocada era por proteção (...) A porta de ferro era para proteger de tiro (...) Isso tudo é questão de proteção. Não tem jeito (...) Para evitar o risco.

**Éric (1:31:23)** A parte do destombamento, vocês então tinham um grupo que conversava sobre isso ou era uma opinião pessoal sua? Ou existia um movimento até mesmo das pessoas à frente?

**Luiz (1:31:44)** Os coordenadores (...) Uma liderança, mas estava mais ali (...) Eu tinha uma certa liderança na comunidade (...)

**Éric (1:32:18)** E você já era advogado nessa época?

**Luiz (1:32:20)** Me formei em janeiro de 1990. (...) Queríamos ter um respaldo jurídico.

**Éric (1:32:53)** Num possível movimento de restauração, como você enxerga a igreja? Tendo verba pra viabilizar. Restauração (...) Mesmo caindo, vai precisar construir uma nova, vai precisar de dinheiro. Da mesma forma que precisa pra reformar. Como você espera que seja essa reforma?

**Luiz (1:33:18)** Trazer aquele passado da década de 60/70 (...) Trazer de voltar aqueles vitrais bonitos. Acho que uma questão com relação ao quadro de Guignard é outra questão (...) A quem pertence aquele bem. Trazer ao menos a questão estrutural (...) Trazer de volta a imagem de São Daniel, que segundo informações o Governo do Estado colocou em seu depósito (...) O piso original (...) Se possível tirar as grades e trazer o jardim de volta.

**Éric (1:34:04)** Você acha que o vitral é viável de ser retornado?

**Luiz (1:34:10)** Hoje sim. As grades foram colocadas porque (...) As pessoas colocavam carro, roupa (...) A grade foi isso (...) Num período de desrespeito. (...) A parede foi derrubada, que era de madeira, e as pessoas começaram a usar a Capela de caminho (...) Então essas grades e parede foram necessárias (...) Entre o final do período do Padre São Sebastião, em que os vitrais foram quebrados (...) Início da década de 80 foram construídas as paredes. (...)

**Éric (1:35:47)** Isso foi no início de 80, né?! Então a Igreja ficou um pouco abandonada no período que era Padre São Sebastião (...) E você falou do Marçal: ele foi velado na Igreja?

**Luiz (1:36:08)** Não, não. Essa questão de velar começou a usar a igreja no período de José Carlos. Não se usava para velório. Parou no período do Padre GG. (...) As pessoas associavam Capela a cemitério/velório, e até tirar essa ideia foi tempo (...) A Igreja não recusa.

**Éric (1:37:15)** Mas também me foi pontuado em algumas entrevistas que não era qualquer pessoa que era velada ali, né?

**Luiz (1:37:20)** Na verdade quem era velado ali tinha ligação com o pessoal do tráfico. Apesar de tudo, quero que fique claro que as pessoas tinham respeito por quem estava na Igreja. (...) Eles pediam.

**Éric (1:37:54)** Então as pessoas que estavam no movimento respeitavam a decisão da comunidade de São Daniel; solicitavam, então, a realização do velório.

**Luiz (1:38:14)** Eu não lembro de nada grave ter acontecido (...)

**Éric (1:38:42)** Me recordo de uma fala da Ana Paula, mãe do Jonathan - que faleceu -, que ela não queria que o filho dela fosse velado em Manguinhos porque ela lembrou desse período em que pessoas ligadas ao movimento eram velados em Manguinhos. Então ela queria que fosse velado na Capela do cemitério pra que não deixasse claro que ele não tivesse relação; pra que não existisse nenhuma possibilidade de alguém fazer essa correlação histórica. E isso virou um estigma na própria comunidade.

**Éric (1:40:00)** Então Luiz, acho que eu não tenho mais nenhuma pergunta específica (...) Quería deixar esse momento aberto pra você deixar uma fala sua (...) Se você pudesse falar para as futuras gerações, o que você falaria?

**Luiz (1:40:05)** Eu sou da área da História, então o passado é de suma importância para o presente, e com certeza ele é aquilo que vai trazer possibilidade pro futuro. Então nada disso pode ser esquecido; a História de São Daniel não pode ser esquecida. (...) Uma coisa é a questão eclesial, outra é a questão da presença da Capela nessa comunidade. É muita representatividade. (...) Prédio da década de 60 ou da época atual, a presença da Comunidade de São Daniel é muito marcante. E dentro dessa história da

comunidade entra o espaço físico. Entra o templo. Ele tem uma importância, não só na questão da luta para a manutenção dele/manutenção política. (...) Ele faz parte da história de Manguinhos com o prédio. A Comunidade de Manguinhos faz parte como comunidade religiosa. (...) Então o futuro vai depender do que é feito hoje, não esquecendo do que aconteceu no passado; Uma história bonita desses vários lutadores - que hoje já não estão mais conosco - , mas que fizeram uma grande luta para a manutenção daquele espaço físico.

**Éric (1:41:37)** Muito bom. Olha, me desculpa, mas vieram duas questões: você reforça muito essa questão da imaterialidade, que ela é tão importante quanto a materialidade na Igreja de São Daniel.

**Luiz (1:41:59)** Eu sou da parte do batismo, então a gente sempre fala que tem que relacionar as questões materiais com as espirituais. Então todo simbolismo que tem na cerimônia do batismo, você tem uma questão visível e invisível. Ou seja uma questão material e imaterial (...) Tudo isso tem história. São fontes históricas primárias.

**Éric (1:42:46)** E aí, falando em fontes, você é um grande entusiasta da história da Igreja de São Daniel, e também um grande pesquisador. Você já me trouxe várias informações que você guarda esses materiais, e você também tem uma coletânea de recortes de jornais/documentos da Igreja. Como você constituiu esse acervo próprio?

**Luiz (1:43:19)** Eu fico triste porque não consegui resgatar mais coisas (...) Tudo que vinha de São Daniel eu entregava na mão do Padre. Então eu e o Padre Cristiano fizemos um material bom (...) Deixei na mão do César, não sei se o César passou alguma coisa pra você ou para a Elenice. Fizemos uma apostila e, tudo aquilo que eu via/vejo de São Daniel, eu ia guardando. Fiquei triste porque eu não imaginava que todo material da São Daniel na Santa Bernadete seria descartado (...) Gostaria de ter muito mais coisa. Mas perdemos. Na questão política e religiosa. Ou Político-institucional.



**Éric (1:44:10)** A última coisa mesmo que, eu, que aí a gente fecha (...) A questão do postulado. Já ouvi falar um pouco, que ele ressurgiu junto com a Igreja. Você sabe um pouquinho mais dessa história?

**Luiz (1:44:27)** Da Oração?

**Éric (1:44:34)** Acho que é. Não tenho certeza (...) Eu lembro que na missa de 60 anos tinha um grupo com uma bandeira escrito “APOSTOLADO” escrito Santa Bernadete na verdade (...)

**Luiz (1:44:45)** Como eu falei com você, São Daniel era Paróquia (...) Como era Paróquia, o Apostolado surge na Paróquia São Daniel, e dá continuidade em Santa Bernadete.

**Éric (1:45:55)** E de festividade, você se lembra de algumas? Comemoração de Natal, festa junina (...)

**Luiz (1:46:00)** Vou lembrar a partir de 98. Anterior eu não lembro (...) Lembro da Paróquia Santa Bernadete, na São Daniel lembro a partir do Pedro Paulo. (...) As festas eram como toda Paróquia, junta todo mundo, faz barraca, pede doação (...) Junta pra botar o som.

**Éric (1:46:47)** E você chega a ter fotos dessas comemorações? Desses outros eventos além das fotos que você tem. De repente acervo pessoal mesmo.

**Luiz (1:47:01)** Quem tem mais é Érica (...) Como eu era coordenador eu não fotografava, eu ficava trabalhando. Tem algumas fotos de passeio do grupo indo à praia, indo a Santa Aparecida do Norte (...)

Éric e Luiz começam a conversar sobre as fotos em **(1:47:54)**. Éric compartilha novamente a tela. Éric diz que acredita ser da década de 70. Luiz comenta que deixou um material escrito com César. Material com documentos.

Padre Júlio batizando a Cláudia. Cláudia morava em Higienópolis **(1:48:49)**

Réplica da estátua de São Daniel **(1:49:10)**

Família da dona Palmira **(1:49:42)**

Luiz informa que tem uma entrevista com dona Palmira **(1:50:07)**; Estão gravadas em vídeo; tem entrevista da Gilda, Geralda e dona Palmira. Estão com o irmão da Érica e informa que tem uma delas.

Araruama **(1:54:28)**

Imagens históricas.

Confessionário **(1:56:18)**

Festa São Daniel Cristo **(1:56:52)**

Casa Paroquial (1:57:30)

Selva de Pedra (1:58:55)

Visita ao santuário (2:00:19); Saturim era a empresa de ônibus.

Casa Paroquial (2:01:22)

Família Maurício; Palmira e Geralda (2:01:45); Luiz acredita que a Família Maurício fora removida da Praia do Pinto

O Padre José Carlos Guimarães; Luana de Mello (2:03:00)

Oração do terço (2:03:36)

Padre Cristiano e dona Conceição (2:04:02)

A do meio, mãe da dona Geralda, as outras duas são tias; matriarca da família Maurício (2:04:54)

Dona Geralda da Paz; Marcos na ponta, Franciso, Eloína (2:06:34)

**Éric (2:07:11)** Essas foram algumas fotos que a gente levantou naquela oficina. A gente precisa continuar esse trabalho de conseguir mais fotos.

Luiz informa Éric sobre um fotógrafo que deve ter muita fotografia (2:07:30), ao que parece chama-se Waldo/Valo (2:07:40). Diz que vai ver se consegue falar com ele.

**Éric (2:08:01)** Queria muito agradecer a sua participação. Contribuiu muito, fico muito entusiasmado e vai ajudar muito a gente para contribuir mais para a questão do Patrimônio material, incluindo o material - vínculos afetivos, enfim -. Só tenho a agradecer e me coloco à disposição para ajudar no que for preciso.